SISTEMA
FINANCEIRO
Uma análise
a partir das
Contas Nacionais
1990 - 1995

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
Antonio Kandir

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Simon Schwartzman

Diretor de Planejamento e Coordenação
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Trento Natali Filho

Diretoria de Informática
Fernando Elyas Nóbrega Nasser

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Departamento de Contas Nacionais
Gilda Maria Cabral Santiago

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO ABERTO - ANDIMA

Presidente
Concetto Mazzarella

Vice-Presidentes
Renê Aduan
Katsumi Kihara

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS
DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS

SISTEMA FINANCEIRO

Uma análise a partir das Contas Nacionais

1990 - 1995

Rio de Janeiro
1997

ISBN 85-240-0630-7

NORMATIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO

Elizabeth Santos da Fontoura
Katia Vaz Cavalcanti
Luiz Carlos Chagas Teixeira

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

Blue Chip

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema Financeiro: Uma análise a partir das Contas Nacionais, 1990 - 1995/ IBGE, Departamento de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

p. 164

ISBN 85-240-0630-7

1. Instituições financeiras - Brasil. 2. Contas Nacionais - Brasil. I. IBGE, Departamento de Contas Nacionais.

IBGE, CDDI, Div. de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 336.71 ECO RJ/IBGE 96/42.

EQUIPE TÉCNICA

Coordenadoras do Trabalho

Gilda Maria Cabral Santiago (IBGE/DPE)
Heloisa Valverde Filgueiras (IBGE/DPE)

Técnicos

Dalton Boechat Filho (IBGE/ANDIMA)
Ida Kós (IBGE/ANDIMA)
Paula Marina Sarno (IBGE/ANDIMA)

Consultor

Fernando J.C. de Carvalho (IBGE/ANDIMA)

Apoio Informático

José Guedes (IBGE/DI)
Nelson de Mattos Coimbra (IBGE/DI)
José Luiz de Moraes F. Louzada (IBGE/DPE)

Estagiários

Moisés Eduardo M. Oliveira (IBGE/ANDIMA)
Nara Micheline Verderame (IBGE/ANDIMA)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Departamento de Cadastro do Banco Central, em particular aos técnicos Avanilton Pego, Geraldo Moreira de Melo e Tânia Lucas Dutra pela atenção com que atenderam nossas solicitações de tabulações especiais, sem as quais não seria possível desenvolver este trabalho; aos técnicos e inspetores da Delegacia Regional do Rio de Janeiro do Banco Central, dos Departamentos de Contabilidade do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Caixa Econômica Federal, que em inúmeras ocasiões nos auxiliaram na compreensão dos procedimentos contábeis, bem como nos forneceram informações complementares.
Agradecemos também aos membros do Comitê de Acompanhamento do Convênio por suas contribuições ao desenvolvimento do trabalho.

EQUIPE ANDIMA

Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto

Superintendente Técnica

Valéria Arêas Coelho

Gerente de Estudos Econômicos e Tributários

Mary Carmen Mendez

Assessores

Berenice Ribeiro Fontes
Glória Maria M. Baptista
Luiz Macahyba
Patrícia Fesch Menandro
Patrícia Herculano
Rogério Sobreira Bezerra

Assessoria de Comunicação

Cláudio Accioli
Marilene Loja Tapias

Editoração Eletrônica

André Lippmann
Cláudia Paiva
João Amarante
José Mira

Apresentação

Este trabalho resulta de um convênio assinado em junho de 1995 pela ANDIMA e pelo IBGE, visando a ampliar a gama de informações disponíveis sobre o setor financeiro brasileiro, a partir da base de dados utilizada pelo Departamento de Contas Nacionais para o cálculo do valor adicionado das instituições financeiras. Seu objetivo específico é estimar a participação do sistema financeiro no PIB nos anos de 1990 a 1995, por controle acionário privado e público, de acordo com os segmentos do setor, considerando as recomendações expressas no manual *System of National Accounts 1993*, editado pelas Nações Unidas.

Com a publicação, o IBGE atende a dois propósitos de grande relevância. O primeiro é a resposta a um anseio imediato da sociedade para ampliar seus conhecimentos sobre o setor financeiro, face à nova realidade econômica decorrente do Plano Real. O segundo está relacionado à contribuição que um tratamento mais aprofundado do setor proporciona para a melhoria da qualidade das informações das Contas Nacionais.

Coube à ANDIMA prover parte das condições materiais necessárias para que o trabalho se desenvolvesse a contento. Paralelamente, foi constituído um Comitê de Acompanhamento, integrado por técnicos da Associação, do IBGE e do Banco Central do Brasil, além de profissionais de alta qualificação, direta ou indiretamente, ligados ao mercado financeiro.

A conjugação de interesses entre a ANDIMA e o IBGE, que propiciou o convênio, certamente contribuirá, de modo substancial, para uma melhor compreensão do Sistema Financeiro Brasileiro.

Agradecemos a todos que, de alguma forma, participaram da elaboração deste trabalho, em especial aos membros do Comitê de Acompanhamento, que sempre colaboraram com observações e sugestões durante as reuniões de apresentação dos relatórios preliminares.

As estatísticas e conclusões apresentadas refletem um dos maiores esforços de investigação já realizados nos últimos anos. Apesar da estreita colaboração em que o trabalho foi realizado, o resultado final é de inteira responsabilidade do IBGE, não expressando, necessariamente, a opinião da ANDIMA ou de qualquer integrante do Comitê.

Simon Schwartzman
Presidente do IBGE

Concetto Mazzarella
Presidente da ANDIMA

Sumário

Introdução 11

1 - Conceitos e Classificações em Contas Nacionais 13

1.1 - Introdução 13

2 - Setor Financeiro: Análise e Resultados para o Período 1990/1995 17

2.1 - Economia Brasileira no Período 17

2.2 - Análise do Setor Financeiro 23

2.3 - Receitas Inflacionárias Transferidas ao Setor Bancário 44

2.4 - Receitas da Aplicação dos Recursos Próprios 47

3 - Sistema Financeiro Internacional: Análise Comparativa entre Países Selecionados 49

3.1 - Introdução 49

3.2 - Participação das Instituições Financeiras no PIB 52

3.3 - Tamanho do Setor Financeiro e Variáveis Selecionadas 53

3.4 - Conclusão 64

4 - Setor Bancário Brasileiro depois da Alta Inflação: Características e Perspectivas 65

4.1 - Introdução 65

4.2 - O Setor Bancário: Dados "Físicos" 66

4.3 - Produtividade 70

4.4 - Estrutura de Custos 75

4.5 - Estrutura do Valor de Produção 80

4.6 - Alavancagem, Rentabilidade e Fragilidade 83

4.7 - Conclusão 87

Referências Bibliográficas 89

Apêndice: Conta Intermediária das Instituições Financeiras 91

Relação de Tabelas

1 - Produto Interno Bruto - 1990-1995 19
2 - Taxa média de desemprego aberto no Brasil - 1990-1995 20
3 - Taxa média mensal do Índice Geral de Preços - IGP - disponibilidade interna e variação anual do deflator implícito - 1989-1995 21
4 - Balanço de pagamentos - 1990-1995 23
5 - Participação percentual das instituições financeiras no PIB, segundo os segmentos - 1990-1995 24
6 - Participação percentual das instituições financeiras privadas no PIB, segundo os segmentos - 1990-1995 24
7 - Participação percentual das instituições financeiras públicas no PIB, segundo os segmentos - 1990-1995 25
8 - Variação anual, em percentagem, do deflator implícito e das principais variáveis do setor financeiro, conforme o controle acionário - 1991-1995 26
9 - Participação percentual do valor adicionado bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995 26
10 - Participação percentual do valor adicionado bruto das instituições financeiras privadas no valor adicionado bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995 27
11 - Participação percentual do valor adicionado bruto das instituições financeiras públicas no valor adicionado bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995 27
12 - Número de empresas informantes do setor financeiro, em dezembro, conforme o controle acionário privado e público, segundo os segmentos - 1989-1995 28
13 - Estrutura percentual do valor da produção do setor financeiro - 1990-1995 34
14 - Estrutura percentual do valor da produção das instituições financeiras privadas - 1990-1995 35
15 - Estrutura percentual do valor da produção das instituições financeiras públicas - 1990-1995 35
16 - Desagregação do consumo intermediário das instituições financeiras - 1990-1995 35
17 - Estrutura percentual do consumo intermediário das instituições financeiras - 1990-1995 36
18 - Desagregação do consumo intermediário das instituições financeiras privadas - 1990-1995 36
19 - Estrutura percentual do consumo intermediário das instituições financeiras privadas - 1990-1995 37
20 - Desagregação do consumo intermediário das instituições financeiras públicas - 1990-1995 37
21 - Estrutura percentual do consumo intermediário das instituições financeiras públicas - 1990-1995 38
22 - Participação percentual da remuneração dos assalariados do setor financeiro, por segmento - 1990-1995 38
23 - Participação percentual da remuneração dos assalariados das instituições financeiras privadas na remuneração dos assalariados do setor financeiro, por segmento - 1990-1995 39
24 - Participação percentual da remuneração dos assalariados das instituições financeiras públicas na remuneração dos assalariados do setor financeiro, por segmento - 1990-1995 39
25 - Estrutura percentual do valor adicionado bruto do setor financeiro - 1990-1995 40
26 - Estrutura percentual do valor adicionado bruto das instituições financeiras privadas - 1990-1995 40
27 - Estrutura percentual do valor adicionado bruto das instituições financeiras públicas - 1990-1995 40
28 - Participação percentual dos salários e ordenados diretos e indiretos nos salários brutos do setor financeiro - 1990-1995 41
29 - Participação percentual dos salários e ordenados diretos e indiretos nos salários brutos das instiutições financeiras privadas - 1990-1995 41
30 - Participação percentual dos salários e ordenados diretos e indiretos nos salários brutos das instiutições financeiras públicas - 1990-1995 41
31 - Participação percentual do excedente operacional bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995 43
32 - Participação percentual do excedente operacional bruto das instituições financeiras privadas no excedente operacional bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995 43
33 - Participação percentual do excedente operacional bruto das instituições financeiras públicas no excedente operacional bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995 43

34 - Composição das receitas inflacionárias e participação na produção imputada e no PIB, das instituições bancárias - 1990-1995 44
35 - Composição das receitas inflacionárias e participação na produção imputada e no PIB, por controle acionário privado e público das instituições bancárias - 1990-1995 46
36 - Sistema Financeiro Nacional - correção monetária dos recursos próprios e participação na produção imputada e no PIB - 1990-1995 48
37 - Indicadores macroeconômicos para mostra selecionada de países - 1980/1991 50
38 - Dados "físicos" e indicadores de produtividade das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1994-1996 50
39 - Indicadores de produtividade das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1995 68
40 - Estrutura percentual das despesas administrativas das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995 74
41 - Participação percentual das despesas administrativas no volume de depósitos e operações de crédito das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995 76
42 - Participação percentual das despesas administrativas, do consumo intermediário e remuneração de pessoal no valor de produção das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995 78
43 - Composição do valor de produção das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995 79
44 - Grau de alavancagem - Relação percentual entre patrimônio líquido e ativos totais das dez maiores instituições e do total das instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995 81
45 - Grau de alavancagem - Relação percentual entre patrimônio líquido e operações de crédito das dez maiores instituições bancárias e do total das instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995 83
46 - Participação percentual do lucro líquido no patrimônio líquido das dez maiores instituições bancárias e do total das instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995 83
47 - Participação percentual dos créditos em liquidação nas operações de crédito das dez maiores instituições bancárias e do total das instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995 84

Relação de Gráficos

1 - Variação anual do produto real - 1990-1995 19
2 - Taxa média de desemprego aberto no Brasil - 1990-1995 20
3 - Taxa média mensal do Índice Geral de Preços - IGP - disponibilidade interna, por semestre - 1989-1995 21
4 - Variação anual do deflator implícito - 1990-1995 22
5 - Balanço de pagamentos - 1990-1995 23
6 - Participação das instituições financeiras no PIB - 1990-1995 29
7 - Número de empresas privadas do setor financeiro, em dezembro - 1989-1995 31
8 - Número de empresas públicas do setor financeiro, em dezembro - 1989-1995 32
9 - Participação das instituições financeiras privadas e públicas no valor adicionado bruto do setor financeiro - 1990-1995 34
10 - Participação das instituições financeiras privadas e públicas no excedente operacional bruto do setor financeiro - 1990-1995 42
11 - Participação das instituições financeiras e das receitas inflacionárias das instituições bancárias no PIB - 1990-1995 45
12 - Participação das receitas inflacionárias no PIB, por controle acionário privado e público das instituições bancárias - 1990-1995 47
13 - Participação das receitas inflacionárias na produção imputada das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995 47
14 - Participação das instituições financeiras e da correção monetária dos recursos próprios no PIB - 1990-1995 48
15 - Participação das instituições financeiras no PIB, segundo países selecionados - 1985-1991 52

16 - Média da taxa de inflação anual X Média da participação das instituições financeiras no PIB 54
17 - Média da taxa de crescimento do PIB real X Média da participação das instituições financeiras no PIB 55
18 - Média do PIB *per capita* X Média da participação das instituições financeiras no PIB 56
19 - Média da propensão a poupar X Média da participação das instituições financeiras no PIB 57
20 - Média da formação bruta de capital fixo X Média da participação das instituições financeiras no PIB 58
21 - Média da moeda e quase-moeda sobre o PIB X Média da participação das instituições financeiras no PIB 60
22 - Média da moeda e quase-moeda sobre o PIB X Média da participação das instituições financeiras no PIB - exclusive Uruguai e Chile. 60
23 - Média da moeda e quase-moeda sobre o PIB X Média da taxa de inflação anual 61
24 - Média do crédito doméstico sobre o PIB X Média da participação das instituições financeiras no PIB 62
25 - Média do crédito doméstico sobre o PIB X Média da participação das instituições financeiras no PIB - exclusive Uruguai e Chile. 62
26 - Média do crédito doméstico sobre o PIB X Média da taxa de inflação anual 63
27 - Média do crédito doméstico sobre o PIB X Média da taxa de crescimento do PIB real 64
28 - Número de empregados nas instituições bancárias - março de 1995/abril de 1996 69
29 - Número de dependências das instituições bancárias - dezembro de 1994/abril de 1996 69
30 - Empregados por dependência nas instituições bancárias - março de 1995/abril de 1996 69
31 - Número de contas correntes ativas nas instituições bancárias - dezembro de 1994/abril de 1996 70
32 - Contas correntes ativas, por empregado, nas instituições bancárias - março de 1995/abril de 1996 72
33 - Contas correntes ativas, por dependência, nas instituições bancárias - dezembro de 1994/abril de 1996 73
34 - Depósitos, por empregado, nas instituições bancárias - 1995 74
35 - Depósitos, por dependência, nas instituições bancárias - 1995 74
36 - Depósitos mais operações de crédito, por empregado, nas instituições bancárias - 1995 75
37 - Estrutura das despesas administrativas das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995 76
38 - Estrutura das despesas administrativas dos bancos comerciais, por controle acionário privado e público - 1990-1995 77
39 - Estrutura das despesas administrativas dos bancos múltiplos, por controle acionário privado e público - 1990-1995 77
40 - Participação das despesas administrativas líquidas no volume de depósitos somado às operações de crédito das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995 79
41 - Participação das despesas administrativas no valor de produção das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995 80
42 - Estrutura do valor de produção dos bancos comerciais privados - 1990-1995 81
43 - Estrutura do valor de produção dos bancos comerciais públicos - 1990-1995 82
44 - Estrutura do valor de produção dos bancos múltiplos privados - 1990-1995 82
45 - Estrutura do valor de produção dos bancos múltiplos públicos - 1990-1995 82
46 - Grau de alavancagem - Relação percentual do patrimônio líquido sobre os ativos totais dos bancos comerciais e múltiplos - 1993-1995 85
47 - Grau de alavancagem - Relação percentual do patrimônio líquido sobre as operações de crédito dos bancos comerciais e múltiplos - 1993-1995 85
48 - Participação do lucro líquido no patrimônio líquido das dez maiores instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995 86
49 - Participação dos créditos em liquidação nas operações de crédito das dez maiores instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995 87

Convenções:

.. Não se aplica dado numérico;
... Dado numérico não disponível;
X Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação.

Introdução

Após o Plano Real, o Brasil viveu momentos de rara perplexidade em relação ao futuro do setor financeiro, diante das violentas mudanças na economia. Depois de anos de conforto, sustentado por contexto inflacionário e relativa flexibilidade monetária, o País começou a assistir cenas contínuas de falências bancárias, muitas das quais envolvendo aparentemente sólidas e insuspeitas instituições. Com esse panorama, na ausência de dados para subsidiar estudos sérios, surgem arautos tão rápidos quanto assustadores. Particularmente em períodos de transição, face a um futuro incerto, torna imperativo aos agentes econômicos conhecer mais sobre o ambiente em que atuam, criando uma demanda urgente por informações, como amparo ao planejamento em níveis governamental e empresarial.

Questão fundamental para compreender possíveis mudanças, presente desde as primeiras horas, trata-se do dimensionamento do setor. Supunha-o inchado, no caso brasileiro, e, portanto, devendo ocorrer a eliminação natural dos menos eficientes, até atingir novo formato, mais adequado à nova realidade econômica.

Uma informação comumente utilizada como referência ao tamanho do setor é seu peso no Produto Interno Bruto - PIB. Este trabalho procura dar sua contribuição no conhecimento do setor, basicamente através dos dados do Sistema de Contas Nacionais apresentados de forma mais desagregada, por segmento e controle acionário.

No capítulo 1 estão apresentados os principais conceitos e classificações contidos no manual das Nações Unidas em *System of National Accounts (SNA)*, com ênfase no setor Instituições Financeiras, como auxílio na compreensão dos resultados aos leitores menos acostumados ao universo conceitual das Contas Nacionais.

O capítulo 2 apresenta a análise dos resultados obtidos nas estimativas das Contas Nacionais, referentes aos anos 1990-95, para os diversos segmentos do setor financeiro e segundo o controle acionário. Também constam desse capítulo as estimativas da receita inflacionária transferida ao setor financeiro e do componente inflacionário das receitas de aplicação dos recursos próprios.

O capítulo 3 trata da construção de hipóteses a respeito da trajetória esperada de ajuste do setor financeiro brasileiro, face às condições de estabilidade, com base na experiência internacional. O estudo relaciona, para 18 países, o tamanho do setor financeiro no PIB com variáveis selecionadas.

O capítulo 4 complementa as informações sobre o setor bancário brasileiro. Inicia caracterizando o setor em termos dos insumos de sua *função de produção*; prossegue elaborando cálculos de produtividade dos diversos segmentos, no ano de 1995, e discutindo o comportamento dos custos de produção nos bancos comerciais e múltiplos; e, por fim, apresenta cálculos de grau de alavancagem, rentabilidade e fragilidade do setor. Uma seção conclusiva encerra este capítulo.

Em anexo, para 1990/95, divulgam-se os quadros com as contas intermediárias das instituições financeiras, por segmento e por controle acionário. Esses quadros não apresentam o conjunto completo das contas não-financeiras que fazem parte do Sistema de Contas Nacionais. Assim, o saldo resultante entre o excedente operacional bruto deduzido das rendas de propriedade líquidas a receber e da provisão do Imposto de Renda foi denominado autofinanciamento.

Por fim, é importante tecer algumas considerações gerais sobre este trabalho. Os resultados desenvolvidos a partir dos conceitos de Contas Nacionais tiveram como fonte os balancetes semestrais analíticos das instituições financeiras, na forma do Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF, consolidados pelo Banco Central.

Também é fundamental destacar que, diferentemente das Contas Consolidadas para a Nação - o sistema oficial em vigor -, o âmbito do setor financeiro aqui considerado não compreende o Banco Central, as empresas de previdência privada e as empresas de seguro. Para fim deste trabalho, as informações estão desagregadas nos onze segmentos abaixo:

1 - Bancos comerciais e caixas econômicas
2 - Bancos múltiplos
3 - Bancos de desenvolvimento
4 - Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM)
5 - Bancos de investimento
6 - Sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI)
7 - Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM)
8 - Sociedades de arrendamento mercantil
9 - Sociedades de crédito imobiliário (SCI)
10 - Cooperativas de crédito
11 - Auxiliares financeiros

No segmento Auxiliares financeiros estão incluídos: bolsas de valores, administradoras de cartão de crédito, casas e corretoras de câmbio.

Vale, ainda, ressaltar que a estimativa das receitas inflacionárias, embora preliminar, é um primeiro passo para retirar, das receitas e despesas de juros , a correção monetária do principal aplicado. Assim, este estudo é apresentado em seção separada, da mesma forma que o cálculo da parcela dos recursos próprios aplicada. Esses estudos deverão ser incorporados aos resultados de um sistema amplo e articulado de informações, voltado à descrição dos processos econômicos, que o IBGE, já há algum tempo, vem desenvolvendo em paralelo ao sistema ora em vigor, buscando se aproximar das normas e práticas atualmente preconizadas pelas Nações Unidas.

1 - Conceitos e Classificações em Contas Nacionais

1.1 - Introdução

As Contas Nacionais visam a representar a vida econômica do país através de um conjunto de informações macroeconômicas integradas e coerentes no tempo.

São múltiplos os usos das Contas Nacionais. Como meio de informação permitem o conhecimento da estrutura e evolução da economia. Como instrumento de previsão e projeção econômicas possibilitam o estudo dos efeitos, sob certas condições, das medidas de política econômica, contribuindo para a tomada de decisões mais racionais. A médio prazo, permitem explorações na forma de variantes de cenários de política econômica, de comportamento de agentes econômicos etc. Permitem, também, comparações internacionais, uma vez que seus resultados são obtidos a partir de normas e conceitos padronizados, preconizados pelas Nações Unidas no manual *System of National Accounts (SNA)*.

Desde sua implantação no pós-guerra, o trabalho sistemático de Contas Nacionais tem evoluído. Recentemente, as Nações Unidas, junto com outros organismos internacionais, promoveram nova revisão do manual, buscando acompanhar a evolução das economias nos últimos 25 anos que decorreram desde a publicação do *SNA 1968*, mantendo, porém, seu referencial teórico básico. O *System of National Accounts 1993 (SNA 1993)* traz as mais recentes recomendações no domínio da Contabilidade Nacional.

Apresentam-se a seguir os principais conceitos e classificações, em Contas Nacionais, utilizados neste trabalho.

1.1.1 - Serviços de Intermediação Financeira

A natureza dos serviços prestados pelas instituições financeiras é bastante distinta das outras espécies de serviços. A intermediação financeira é definida como a atividade produtiva através da qual uma unidade institucional (empresa) assume dívidas por conta própria com o fim de adquirir ativos financeiros, realizando operações financeiras no mercado. O papel dos intermediários financeiros é canalizar fundos dos credores aos que pedem crédito, agindo na qualidade de intermediários, recebendo depósitos, emitindo letras, obrigações ou outros títulos para adquirir ativos financeiros sob a forma de adiantamentos, empréstimos e também adquirindo títulos.

1.1.2 - Âmbito do Setor Empresas Financeiras

As empresas financeiras são classificadas como aquelas que se dedicam principalmente à intermediação financeira ou a atividades financeiras auxiliares estreitamente ligadas a ela.

De acordo com o *SNA*, o setor instituições financeiras compõe-se dos seguintes subsetores:

- Instituições reguladoras: Banco Central e outras;

- Sociedades de depósitos: constitui-se das empresas que captam através de depósitos podendo ser divididas em dois grupos:

- Sociedades de depósitos monetários: referem-se às que captam através de depósitos à vista como instituições bancárias e cooperativas de crédito;

- Outras: referem-se às instituições que captam através de depósitos de poupança - sociedades de poupança, sociedade de crédito imobiliário etc;

- Instituições que captam sob outras formas que não depósitos: bancos de investimento, sociedade de crédito pessoal etc;

- Auxiliares financeiros: sociedades corretoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio, sociedades que organizam instrumentos de cobertura como os *swaps*, opções e futuros etc;

- Sociedade de seguros e fundos de pensão: entidades cuja função principal consiste no fornecimento de seguros em geral e as estabelecidas com o fim de prover pensões e aposentadorias.

1.1.3 - Principais operações

Valor de Produção (VP) - valor dos bens e serviços produzidos no processo produtivo, através da utilização de trabalho, capital e bens e serviços intermediários.

Consumo Intermediário (CI) - valor dos bens e serviços utilizados como insumos no processo de produção.

Valor Adicionado (VA) - saldo que resulta do Valor de Produção menos o valor do Consumo Intermediário.

Remuneração dos assalariados - somatório de salários e ordenados brutos e contribuições sociais a cargo dos empregadores.

Salários e ordenados brutos - correspondem ao valor dos ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em espécie. Os salários são contabilizados em bruto, isto é, antes de qualquer dedução para previdência social a cargo dos assalariados ou recolhimento de Imposto de Renda.

Salários e ordenados diretos - referem-se às importâncias pagas no período a título de salários, remuneração de férias, honorários etc.

Salários e ordenados indiretos - compreendem as despesas não contratuais efetuadas pelas empresas em benefício de seus empregados, tais como: programa de alimentação ao trabalhador, assistência médica etc.

Contribuições sociais - compreendem todos os pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados para as instituições de seguro social.

Excedente operacional - saldo resultante do valor adicionado deduzido das remunerações pagas aos empregados. É uma medida do excedente gerado pela produção antes da dedução de quaisquer encargos na forma de juros, rendas ou outros rendimentos de propriedade a pagar sobre ativos financeiros, terrenos ou outros ativos tangíveis.

Renda de propriedade - consiste na renda a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo tangível não produzido (terrenos, por exemplo).

Impostos correntes sobre o rendimento, patrimônio etc. - compreendem os impostos sobre o rendimento das famílias ou sobre os lucros das sociedades e os impostos sobre o patrimônio que são devidos regularmente em cada período fiscal.

Transferências correntes - compreendem operações na qual uma unidade institucional fornece um bem, serviço ou ativo a outra unidade sem receber como contrapartida qualquer bem, serviço ou ativo.

Produto Interno Bruto (PIB) - é uma medida do valor gerado pela atividade produtiva, expressando o valor adicionado bruto total gerado na economia.

1.1.4 - Mensuração do Valor de Produção das Instituições Financeiras

Os serviços relativos à atividade de intermediação financeira propriamente dita não apresentam uma forma de cobrança explícita, como as que existem para outros serviços através de comissões, taxas e honorários. Por conseguinte, inexistem receitas de venda que permitam avaliar essa produção, tornando necessário definir metodologicamente qual procedimento a ser adotado para estimar essa parcela.

Parte substancial dos recursos que os intermediários financeiros obtêm advém do diferencial entre juros recebidos e juros pagos. Nesse sentido, o procedimento adotado pelo *SNA* considera o diferencial de juros como medida indireta do valor dos serviços, para os quais não ocorre uma cobrança explícita.

Dessa forma, a produção dos serviços das instituições financeiras compreende dois elementos:

- a produção proveniente dos serviços vendidos;
- a produção de serviços indiretamente medida (Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos - SIFIM).

A produção proveniente dos serviços vendidos compreende as receitas na forma de comissões, honorários, ou taxas associadas a serviços como câmbio de divisas, cobranças, administração de fundos de investimento etc.

A produção dos serviços indiretamente medida é calculada como a diferença entre os juros totais recebidos pelos intermediários financeiros menos os juros totais pagos. Conceitualmente deve ser excluído das receitas de juros o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimentos de fundos próprios, uma vez que este rendimento não surge da intermediação financeira.

Com relação ao setor financeiro, duas principais alterações são propostas pelo *SNA 1993* face às recomendações anteriores. A primeira implica na distribuição da produção dos Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (SIFIM). A segunda propõe ajustar os juros nominais para juros efetivos, retirando o componente de proteção da inflação (correção monetária) do capital aplicado, em países com alta inflação.

1.1.5 - Distribuição da Produção de Serviços Indiretamente Medida

Em princípio, o *SNA 1993* recomenda a distribuição da produção de serviços indiretamente medida entre os utilizadores dos serviços, tratando os montantes distribuídos como consumo intermediário, como consumo final ou exportação. Contudo, dada a dificuldade de se criar uma metodologia conceitualmente satisfatória do ponto de vista econômico e para qual os dados requeridos estejam disponíveis, o *SNA 1993* admite que se continue a utilizar a convenção proposta no *SNA* de 1968, segundo a qual todos os serviços são considerados consumo intermediário de uma atividade fictícia, não interferindo no valor do PIB.

1.1.6 - Tratamento Paralelo dos Juros em Caso de Inflação Significativa

A fim de obter medidas mais significativas dos rendimentos de propriedade, da renda disponível e da poupança, dos vários setores institucionais, assim como da economia como um todo, o *SNA 1993* propõe deduzir dos juros nominais o componente de proteção da inflação para o capital aplicado.

2 - Setor Financeiro: Análise e Resultados para o Período 1990.1995

2.1 - Economia Brasileira no Período

2.1.1 - Panorama Geral

Os seis anos que são objeto desta pesquisa, definem um período curto mas bastante volátil na economia, política e política econômica brasileira. A década dos anos 90 iniciou-se em meio a muitas incertezas, com as taxas mensais da inflação atingindo no final de 1989 e nos primeiros dois meses de 1990 os maiores níveis da história do País. Entretanto, algo igualmente inédito para a maior parte da população brasileira, o período termina, em 1995, no limiar da primeira conjuntura sustentada de estabilidade de preços em décadas, gerando-se expectativas amplamente otimistas com relação ao controle do processo inflacionário no futuro próximo.

Em termos políticos, o período 1990/95 abre-se com a posse do primeiro presidente civil eleito pelo voto direto desde os anos 60. O presidente Collor de Mello, no entanto, viria a renunciar pouco mais de dois anos depois, sob ameaça de um processo de *impeachment,* sendo sucedido pelo seu vice-presidente, que completa o mandato. O ano final coberto pela pesquisa é também o primeiro do sucessor eleito em 1994, em situação já mais estabilizada. Também relevante no período foi a crise, que consumiu boa parte de 1993, em torno das acusações de corrupção nas votações do orçamento da República pelo Congresso Nacional, culminando na cassação ou renúncia de alguns deputados. Politicamente, portanto, esta foi uma época marcada, em sua maior parte, por grandes incertezas, largamente dissipadas, contudo, em seu ano final.

A política econômica aplicada no período não poderia deixar de refletir a preocupação com que toda a sociedade brasileira encarava a progressiva deterioração da economia resultante da inflação, bem como a instabilidade que cercou os governos que a aplicaram. O período foi amplamente dominado pela adoção de sucessivos planos de estabilização de preços.

De fato, já em 1990 assistiu-se à aplicação de um plano de estabilização extremamente duro, com impacto especialmente intenso nas atividades do sistema financeiro nacional, dado que estava apoiado no seqüestro temporário de parcela majoritária da poupança financeira do País. O plano revelou-se, porém, malsucedido, decorridos poucos meses de sua implementação, forçando o governo a adotar, em 1991, outra estratégia, igualmente fracassada, de combate à inflação, conhecida como Plano Collor II.

Os sucessivos fracassos na política anti-inflacionária levaram o Governo, já com sua influência reduzida pelo início do processo político que resultaria na formalização do *impeachment* do presidente, a adotar uma nova estratégia, conduzida pelo então ministro Marcílio Moreira, baseada na imposição de taxas de juros que atingiram picos históricos, visando estimular a população a manter sua poupança na circulação financeira, evitando-se o colapso hiperinflacionário que se mostrava como possibilidade concreta.

Por sua própria natureza e impactos - por exemplo, sobre a dívida pública - essa estratégia teria duração limitada, sendo abandonada quando o sucessor do presidente Collor de Mello, Itamar Franco, assumiu o poder. Com o novo presidente, após um breve período em busca de

alternativas, acabou-se por adotar uma nova estratégia anti-inflacionária, ao final de 1993, em um processo que conduziu à reforma monetária que criou o Real, em julho de 1994. Este plano, ao contrário dos anteriores, tentados desde 1986, foi extremamente bem-sucedido, com taxas decrescentes de aumentos de preços.

A economia passou também por importantes mudanças estruturais entre 1990 e 1995, que certamente tiveram forte impacto nas formas de operação do setor financeiro. A principal destas mudanças, e de reflexo mais duradouro na atividade econômica em geral, e financeira em particular, é certamente o processo de abertura ao exterior, iniciada com o presidente Collor de Mello e impulsionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Barreiras de natureza administrativa às importações de bens e serviços e à movimentação de capitais são praticamente eliminadas. As de natureza fiscal são drasticamente reduzidas, apesar de algumas oscilações neste processo. As expectativas são de que a abertura à competição externa e a integração nos fluxos mundiais de capital acelerem o crescimento e melhorem a eficiência da produção local.

Outra mudança também de conseqüências profundas para a operação da economia brasileira é a redução da influência do setor público sobre a atividade econômica, cuja face mais visível é o processo de privatização de empresas estatais, gerando, para o setor financeiro, importantes oportunidades de ganho na intermediação das operações de compra e venda daquelas firmas.

Finalmente, o que é amplamente esperado como uma mudança estrutural duradoura, temos a redução do processo inflacionário, almejando-se taxas anuais de inflação de um dígito para o futuro próximo. O controle da inflação, se se mantiver como até agora, deverá estender significativamente os horizontes de planejamento e a tomada de decisões, melhorando a alocação de recursos, e impulsionando a diversificação e o progresso do sistema financeiro.

Durante estes anos, porém, algumas mudanças não foram favoráveis como as anteriores. De especial significação para o entendimento das condições de operação do sistema financeiro no período conta-se o crescimento da dívida pública e o encurtamento de seus prazos, implicando a sua virtual monetização, que criaram oportunidades insustentáveis de ganho à medida em que papéis públicos ofereciam retornos e liquidez simplesmente inatingíveis por papéis privados.

Em resultado, o Governo tornou-se o absorvedor quase exclusivo de poupança financeira no País, prejudicando o financiamento das atividades produtivas. O desmonte desta estrutura, contudo, não é simples, constituindo-se em uma das principais dificuldades do processo de adaptação do sistema financeiro à situação de quase estabilidade de preços aberta pelo Plano Real.

No que segue, algumas informações mais detalhadas são apresentadas sobre o comportamento da produção e emprego, dos preços e do balanço de pagamentos, para servirem de pano de fundo para a análise dos dados sobre o sistema financeiro brasileiro.

2.1.2 - Produção e Emprego

Dada a combinação de políticas econômicas constituída, por um lado, por uma sucessão de planos discricionários de estabilização, sempre sucedidos por uma taxa de inflação crescente e, por outro, pela permanente manutenção de taxas de juros muito elevadas, não é surpreendente que talvez a melhor caracterização do período, em termos do comportamento da produção e do emprego, seja a de estagnação. O encurtamento dos horizontes de cálculo causado pela inflação

crescente, o racionamento da oferta de recursos financeiros pela política de juros altos, voltada para a garantia de financiamento prioritário dos desequilíbrios do setor público, e a incerteza institucional e, face às freqüentes intervenções nos sistemas de contratos e de preços, são particularmente prejudiciais à decisão de investir, fazendo com que a tendência à estagnação do produto no curto prazo se some ao estrangulamento das oportunidades de crescimento no longo prazo.

Nos meses imediatamente posteriores à reforma monetária de julho de 1994, um crescimento eufórico da demanda agregada se delineou, apoiado, principalmente, na expansão do crédito e na redução do imposto inflacionário incidente especialmente sobre as classes de renda mais baixa, sem acesso às defesas do poder de compra da riqueza monetária garantida até então pelo sistema financeiro. Naquelas circunstâncias, temeroso de perder o controle do processo de estabilização, o Governo Federal adotou uma série de medidas de contração do crédito destinada a desaquecer a demanda agregada. A maior parte destas medidas foi revogada, no entanto, em 1996.

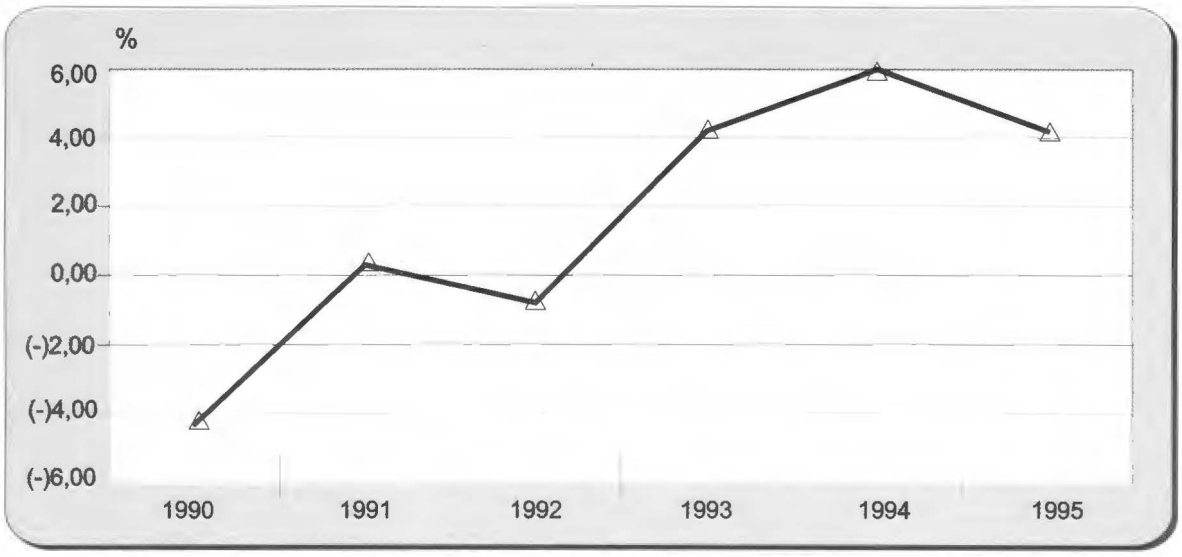
Na verdade, o Produto Interno Bruto cresceu pouco menos de 15% entre 1991 e 1995, em um processo cíclico em que fases de crescimento e de contração se sucederam umas às outras (tabela 1 e gráfico 1).

Tabela 1 - Produto Interno Bruto - 1990-1995

Ano	Preços correntes (1 000 R$)	Preços de 1980 (R$)	Índice do produto real	
			Base: 1980 = 100	Variação anual (%)
1990	10 973	5,33	117,10	(-) 4,30
1991	57 389	5,35	117,50	0,30
1992	619 493	5,30	116,60	(-) 0,80
1993	14 116 170	5,52	121,40	4,20
1994	360 919 362	5,85	128,70	6,00
1995	658 141 237	6,10	134,20	4,20

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - PIB a preços de mercado.

Gráfico 1 - Variação anual do produto real - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

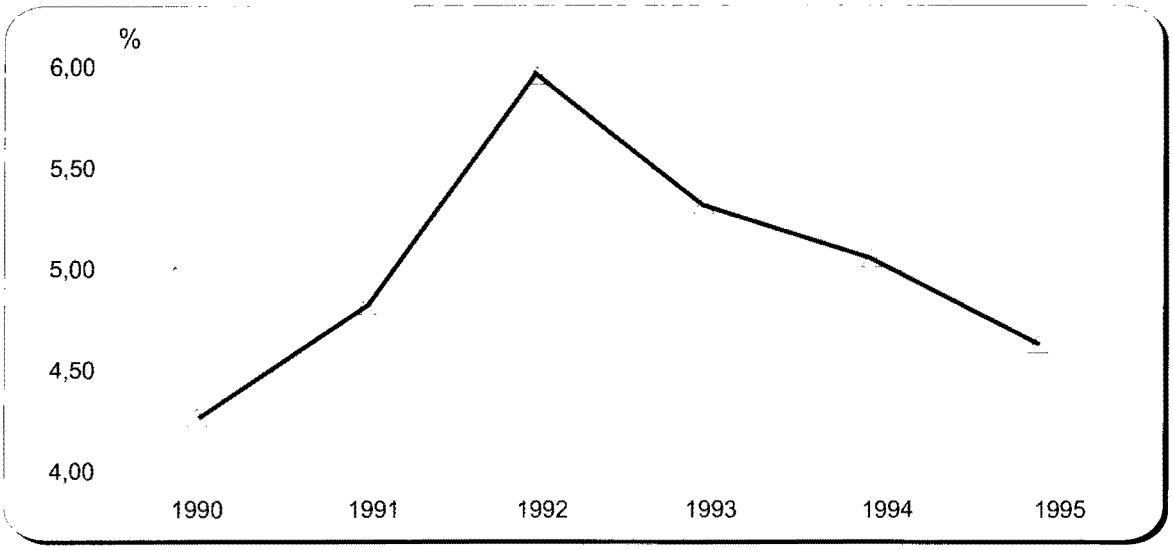
O nível de emprego acompanhou a evolução do nível de atividade econômica. A taxa de desemprego aberto estimada pelo IBGE demonstrou crescimento até 1992 e queda a partir de então (tabela 2 e gráfico 2). Esta reversão refletiu, em grande parte, o crescimento do PIB a taxas relativamente mais significativas, se opondo aos resultados negativos ou praticamente insignificantes apresentados nos anos anteriores.

Tabela 2 - Taxa média de desemprego aberto no Brasil - 1990-1995

Ano	Taxa média (%)	Ano	Taxa média (%)
1990	4,28	1993	5,32
1991	4,83	1994	5,06
1992	5,97	1995	4,64

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

Gráfico 2 - Taxa média de desemprego aberto no Brasil - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

2.1.3 - Preços

Duas fases são bem marcadas na evolução do nível geral de preços entre 1990 e 1995. O divisor de águas é, naturalmente, a terceira etapa do Plano Real, definida em torno da reforma monetária de julho de 1994 que criou uma nova moeda legal em substituição ao Cruzeiro Real. A primeira fase é marcada pela continuidade das oscilações das taxas de inflação associada à sucessiva adoção de planos de estabilização, seguida por períodos de rápida ascensão da inflação, acima mesmo dos níveis alcançados a cada intervenção.

Na verdade, entre 1990 e 1994, o comportamento da inflação, medida pela variação do deflator implícito do PIB, foi peculiar no sentido de que a reaceleração do aumento de preços, principalmente após o Plano Collor II, foi relativamente lenta.

O gradualismo da reescalada inflacionária é explicado basicamente pela política anti-inflacionária adotada no último ano do Governo Collor de Mello, já referida, de elevação drástica das taxas de juros.

A segunda fase começa, na verdade, em dezembro de 1993, quando as primeiras medidas de preparação do Plano Real são anunciadas, com a criação do Fundo Social de Emergência, seguida, no início de 1994 pela criação de uma nova unidade de medida de valor, a URV. Durante este período de preparação, a inflação em Cruzeiros Reais, a moeda legal de então, na verdade se acelera, muito embora seus efeitos reais fossem em larga medida neutralizados pela realização de contratos denominados em URV. A conversão de valores em URV para o Real, ao par, e em Cruzeiros Reais para Real à taxa de CR$ 2.750,00/R$1,00 marcou o início da estabilização (tabela 3 e gráficos 3 e 4).

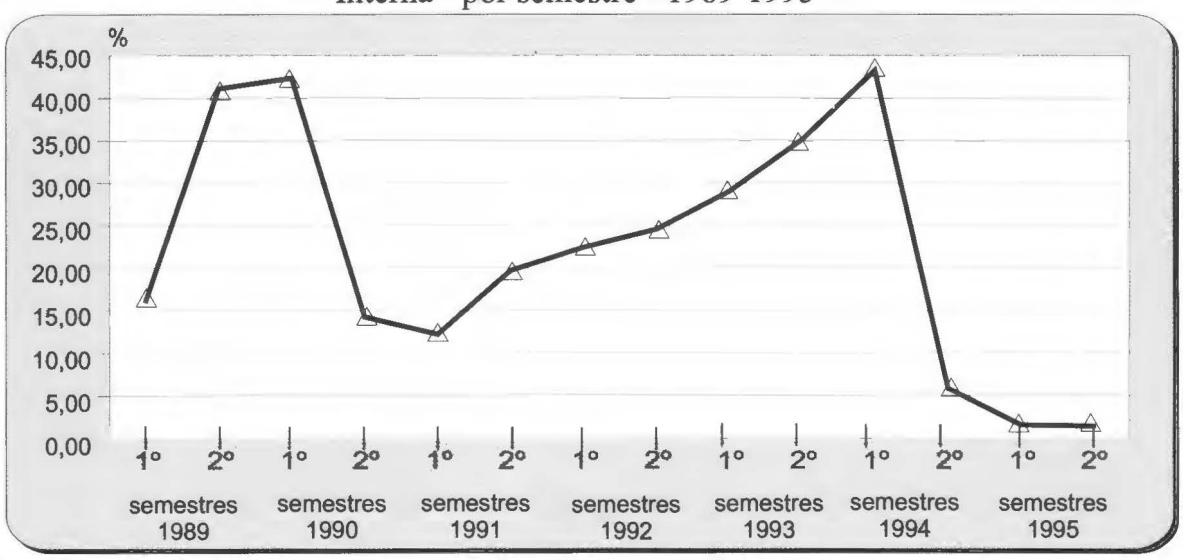
Os dois anos decorridos desde a criação da nova moeda foram marcados por uma inflação cadente e, fato de importância ainda maior, de ampla estabilização de expectativas inflacionárias, enraizando-se a percepção de que, no futuro previsível, são poucas as chances de uma retomada do aumento acelerado de preços, apesar da sobrevivência de desequilíbrios importantes, seja com relação às contas públicas, seja com relação ao comportamento do setor externo.

Tabela 3 - Taxa média mensal do Índice Geral de Preços - IGP - disponibilidade interna e variação anual do deflator implícito - 1989-1995

Ano	Taxa média mensal do IGP-DI (disponibilidade interna) (%)		Variação anual do deflator implícito (%)
	1º semestre	2º semestre	
1989	16,23	41,12	1 322
1990	42,38	14,28	2 596
1991	12,22	19,70	421
1992	22,45	24,57	988
1993	29,03	35,13	2 087
1994	43,25	5,87	2 312
1995	1,61	1,46	75

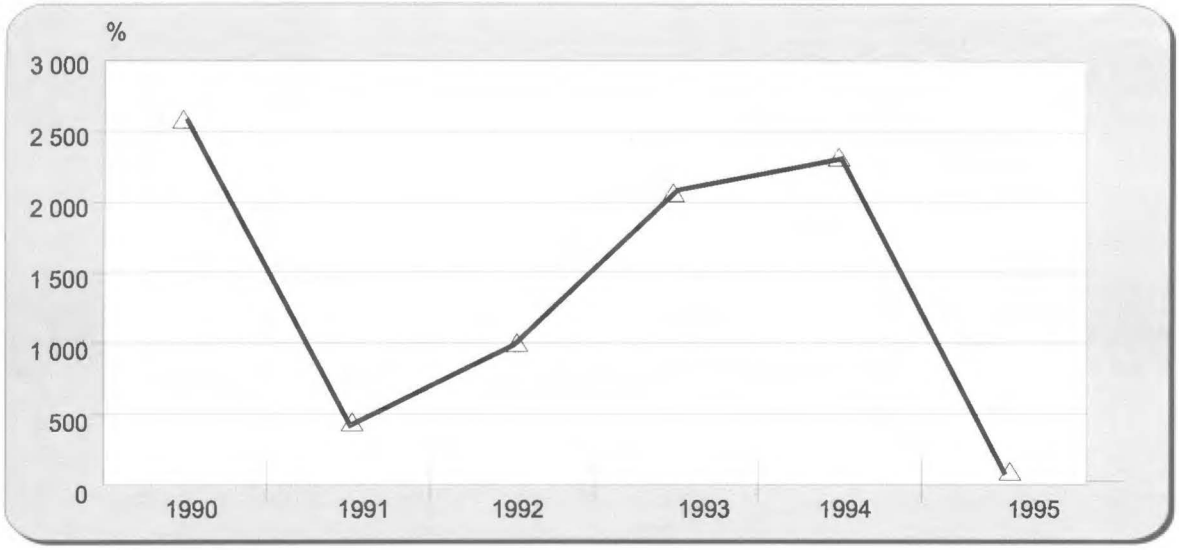
FONTES - Fundação Getulio Vargas - IBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais.

Gráfico 3 - Taxa média mensal do Índice Geral de Preços - IGP - Disponibilidade Interna - por semestre - 1989-1995



FONTE - Fundação Getulio Vargas.

Gráfico 4 - Variação anual do deflator implícito - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

2.1.4 - Balanço de Pagamentos

A tabela 4 e o gráfico 5 mostram o comportamento do saldo das transações comerciais do Brasil com o exterior e o volume de reservas internacionais acumulado pelo País. Estes dados ilustram as duas grandes características da evolução do setor externo no período pesquisado. Na primeira, a abertura da economia, acentuada no Governo Fernando Henrique Cardoso - utilizada amplamente, inclusive, como instrumento anti-inflacionário - se mostra na reversão dos saldos comerciais excedentários tradicionalmente buscados como objetivo de política econômica no Brasil desde os anos 70.

A segunda característica, mais marcada no final do período em tela, reflete a intensificação do ritmo de entrada de capitais estrangeiros, de todas as naturezas, que levou a um acúmulo inédito de reservas internacionais. Este movimento se intensificou após o Plano Real. Nos seus primeiros meses, ele foi constituído especialmente de capitais de curto prazo, buscando os elevados ganhos oferecidos pelos juros reais muito altos pagos no País.

Estes capitais, de natureza fundamentalmente especulativa, foram momentaneamente afugentados pela crise mexicana de fins de 1994, apenas para retornar pouco depois, em volumes na verdade tão elevados que o Governo viu-se obrigado a impor restrições à sua entrada. Desde então, e com a consolidação das perspectivas de estabilização de preços, capitais de prazos mais longos, inclusive capitais de risco para produção, passaram a assumir papel cada vez mais importante.

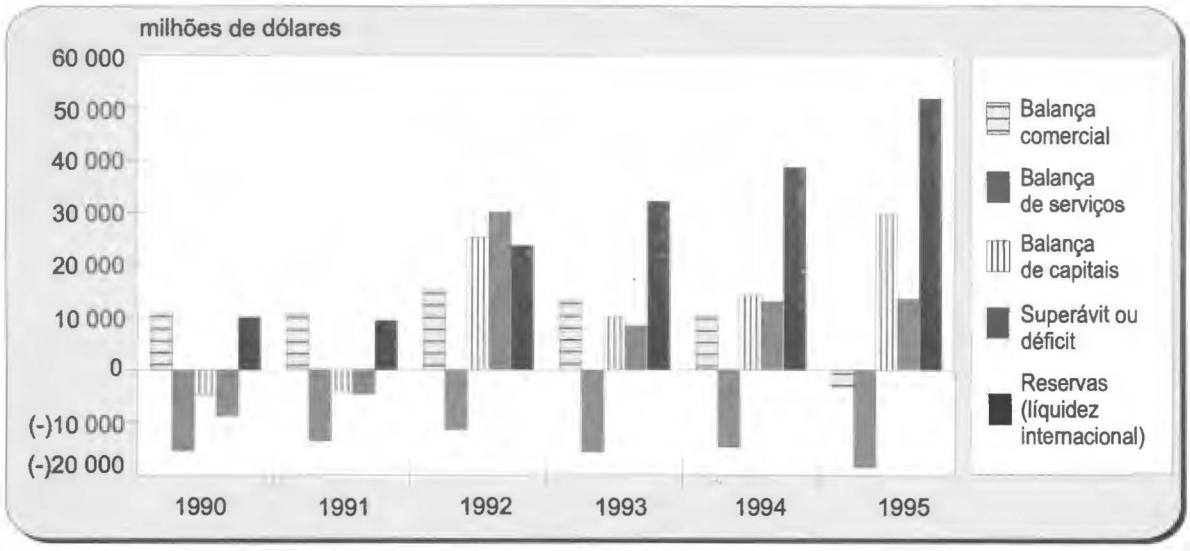
As reservas acumuladas se transformaram em trunfo importante para a garantia da sustentabilidade do plano de estabilização, já que a ameaça da competição de importados permanece como importante elemento repressor de possíveis pressões inflacionárias. Há, no entanto, impactos negativos a serem considerados. Por um lado, a necessidade de manutenção de elevadas reservas leva à sustentação de altas taxas de juros internas, e, por outro, a intensa entrada de capitais força as autoridades monetárias a promover sua esterilização através da colocação crescente de títulos da dívida pública no mercado, novamente forçando as taxas de juros para cima.

Tabela 4 - Balanço de pagamentos - 1990-1995

Ano	Balança comercial	Balanço de serviços	Balanço de capitais	Superávit (+) ou déficit (-) do balanço	Reservas (liquidez internacional)
	1 000 000 US$				
1990	10 753	(-) 15 369	(-) 4 715	(-) 8 825	9 973
1991	10 579	(-) 13 542	(-) 4 148	(-) 4 679	9 406
1992	15 239	(-) 11 339	25 271	30 028	23 754
1993	13 307	(-) 15 585	10 115	8 404	32 211
1994	10 466	(-) 14 743	14 294	12 939	38 806
1995	(1) (-) 3 157	(1) (-) 18 600	(1) 29 820	(1) 13 480	51 840

FONTE - Banco Central do Brasil.
(1) Dados preliminares.

Gráfico 5 - Balanço de pagamentos - 1990-1995



FONTE - Banco Central do Brasil.

2.2 - Análise do Setor Financeiro

2.2.1 - Participação do Setor Financeiro no PIB

O período em estudo foi marcado por alta inflação, seguida - a partir do Plano Real - de queda durável do patamar inflacionário. Caracterizou-se também por elevadas taxas de juros, fruto de política monetária quase ininterruptamente contracionista, seja no período inflacionário, com o objetivo de evitar a hiperinflação ou, como no período do Real, para sustentar o processo de estabilização de preços. Destacou-se, ainda, o crescimento da dívida pública que manteve a posição do setor público como principal demandante de crédito.

Neste quadro desenvolve-se ambiente propício ao elevado peso do setor financeiro na economia. De acordo com os dados desta pesquisa, ao longo do período 1990/94, a participação média do setor financeiro no PIB foi de aproximadamente 12,7% (tabelas 5, 6 e 7)[1]. No entanto, vale ressaltar que há um sobredimensionamento desses resultados devido à apropriação das receitas de juros resultantes da aplicação dos recursos próprios[2].

Tabela 5 - Participação percentual das instituições financeiras no PIB, segundo os segmentos - 1990-1995

Total	Participação percentual das instituições financeiras no PIB (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	12,78	10,53	12,13	15,61	12,37	6,94
Bancos	9,97	8,06	8,61	11,05	9,54	5,99
Comerciais e caixas econômicas	5,36	3,58	2,59	2,28	2,47	2,12
Múltiplos	4,61	4,48	6,02	8,77	7,07	3,87
Bancos de desenvolvimento	1,43	0,71	1,50	1,49	0,89	0,25
Corretoras de títulos - SCTVM	0,28	0,34	0,51	0,70	0,43	0,20
Bancos de investimento	0,30	0,35	0,45	1,06	0,71	0,06
Financeiras - SCFI	0,24	0,27	0,26	0,34	0,22	0,13
Distribuidoras de títulos - SDTVM	0,17	0,29	0,33	0,41	0,22	0,14
Arrendamento mercantil	0,20	0,28	0,21	0,26	0,14	0,03
Crédito imobiliário	0,08	0,11	0,11	0,07	0,06	0,04
Cooperativas	0,02	0,05	0,08	0,12	0,07	0,05
Auxiliares financeiros	0,09	0,07	0,07	0,11	0,09	0,05

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - O PIB utilizado é a custo de fatores.

Tabela 6 - Participação percentual das instituições financeiras privadas no PIB, segundo os segmentos - 1990-1995

Privadas	Participação percentual das instituições financeiras no PIB (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	4,62	4,28	5,85	8,51	6,88	3,59
Bancos	3,73	3,24	4,72	7,35	6,17	3,21
Comerciais e caixas econômicas	0,51	0,35	0,57	1,12	0,93	0,20
Múltiplos	3,22	2,89	4,15	6,23	5,24	3,01
Bancos de desenvolvimento	..	..	..	..	..	..
Corretoras de títulos - SCTVM	0,11	0,14	0,21	0,32	0,24	0,14
Bancos de investimento	0,19	0,13	0,19	...	...	...
Financeiras - SCFI	0,22	0,23	0,23	0,26	0,16	0,08
Distribuidoras de títulos - SDTVM	0,14	0,22	0,25	0,31	0,13	0,09
Arrendamento mercantil	0,16	0,17	0,11	0,13	0,11	0,02
Crédito imobiliário	0,05	0,10	0,06	0,02	...	...
Cooperativas	0,02	0,05	0,08	0,12	0,07	0,05
Auxiliares financeiros	...	...	...	...	...	...

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - O PIB utilizado é a custo de fatores.

[1] Para comparações com o peso do setor financeiro em outros países, ver capítulo 3.

[2] As receitas de juros oriundas da aplicação de recursos próprios não deveriam ser computadas no cálculo da produção do setor, porque não surgem da intermediação financeira. O item 2.4 apresenta os valores estimados de parcela significativa dos rendimentos da aplicação desses recursos - a correção monetária - restando na produção, porém, a parte dos juros efetivos por serem de difícil mensuração.

Tabela 7 - Participação percentual das instituições financeiras públicas no PIB, segundo os segmentos - 1990-1995

Públicas	Participação percentual das instituições financeiras no PIB (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	8,05	6,17	6,22	5,92	4,64	3,20
Bancos	6,24	4,81	3,89	3,69	3,38	2,78
Comerciais e caixas econômicas	4,85	3,22	2,02	1,15	1,55	1,92
Múltiplos	1,39	1,59	1,87	2,54	1,83	0,86
Bancos de desenvolvimento	1,43	0,71	1,50	1,49	0,89	0,25
Corretoras de títulos - SCTVM	0,17	0,20	0,30	0,38	0,19	0,06
Bancos de investimento	0,10	0,22	0,26	x	x	x
Financeiras - SCFI	0,01	0,04	0,04	0,08	0,06	0,05
Distribuidoras de títulos - SDTVM	0,03	0,07	0,08	0,09	0,09	0,05
Arrendamento mercantil	0,04	0,11	0,10	0,14	0,03	0,01
Crédito imobiliário	0,03	0,01	0,05	0,05	x	x
Cooperativas	..	..	..	..	..	..
Auxiliares financeiros	...	...	...	...	...	...

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - O PIB utilizado é a custo de fatores.

O ano de 1995, sendo um período de transição e adaptação das instituições financeiras às novas condições de estabilidade, representou uma quebra em relação aos anos anteriores. Os resultados demonstram redução da participação do setor financeiro no PIB de 12,4%, em 1994, para 6,9% (tabela 5). Como fatores explicativos básicos apontam-se a tão anunciada queda das receitas inflacionárias e a política monetária fortemente restritiva que reduziu a capacidade das instituições financeiras em criar e distribuir crédito e que, em grande parte, conduziu, também, ao recrudescimento do grau de inadimplência[3].

As receitas inflacionárias, comumente apontadas como parcela importante das receitas bancárias em períodos de inflação alta, representaram em média 3,7% do PIB, no período 1990/94, e 35% da produção imputada dessas instituições (segmentos bancos comerciais e múltiplos e caixas econômicas). Em 1995, vê-se que essas receitas tornaram-se irrelevantes, caindo para 0,6% da produção imputada (tabela 34 do item 2.3)[4].

Quanto à evolução das receitas do setor financeiro, a produção imputada de intermediação financeira (diferença entre juros recebidos e pagos) e a produção de serviços bancários, observa-se um crescimento nitidamente mais significativo do segundo, em 1995. Nesse ano, para o setor como um todo, enquanto a produção imputada se mantém estagnada em termos nominais, a produção de serviços acompanha a inflação do período medida pelo deflator implícito (tabela 8). Para as instituições bancárias a participação dessas receitas no Valor de Produção (VP) apresenta uma média de 11%, no período 1990/94, e cresce abruptamente em 1995 atingindo 21,5% (tabela 43 do capítulo 4).

[3] De acordo com os procedimentos contábeis ditados pela legislação na forma da Resolução de nº 1.748 (03/09/90), face à ameaça de não recebimento dos créditos, consubstanciada nos atrasos dos pagamentos correspondentes, as instituições devem se precaver, retificando o valor do ativo e aproximando-o do provável valor de realização. Para isso são provisionados créditos de liquidação duvidosa, num montante que não pode ser inferior à aplicação do percentual de 100% sobre os créditos em liquidação e 20% ou 50%, dependendo das especificidades, sobre os créditos em atraso. Eliminam, também, a apropriação, como rendas efetivas, dos juros provenientes dos créditos em liquidação e créditos em atraso após 120 dias de registro, ou a reduzem, em caso dos créditos em atraso até 120 dias, a fim de que não se registrem sob o regime de competência receitas indevidas.

[4] Para estudo mais detalhado da composição das receitas ver item 2.3.

Tabela 8 - Variação anual, em percentagem, do deflator implícito e das principais variáveis do setor financeiro, conforme o controle acionário - 1991-1995

Especificação	Variação anual do setor financeiro (%)				
	1991	1992	1993	1994	1995
Deflator implícito	421	988	2 087	2 312	75
Total					
Valor de produção	354	1 146	2 721	1 928	10
Produção imputada	349	1 099	2 733	1 848	0
Produção de serviços bancários	500	1 121	2 525	2 687	80
Consumo intermediário	421	1 106	2 297	2 173	56
Valor adicionado bruto	342	1 155	2 807	1 888	2
Remuneração dos assalariados	386	1 359	2 548	1 498	25
Juros recebidos	475	1 800	3 333	1 113	(-) 49
Juros pagos	508	1 920	3 389	1 050	(-) 56
Privado					
Valor de produção	410	1 313	3 030	1 992	6
Produção imputada	407	1 261	3 073	1 895	(-) 4
Produção de serviços bancarios	602	1 181	2 476	3 158	78
Consumo intermediário	464	1 076	2 350	2 348	58
Valor adicionado bruto	396	1 386	3 194	1 927	(-) 5
Remuneração dos assalariados	424	1 191	2 628	1 819	54
Juros recebidos	523	2 044	3 301	1 163	(-) 48
Juros pagos	549	2 181	3 327	1 094	(-) 54
Público					
Valor de produção	317	1 016	2 064	1 859	30
Produção imputada	312	971	2 024	1 799	18
Produção de serviços bancários	463	1 085	2 360	2 313	100
Consumo intermediário	370	1 154	2 130	1 853	53
Valor adicionado bruto	311	997	2 053	1 860	26
Remuneração dos assalariados	373	1 428	2 506	1 372	12
Juros recebidos	440	1 597	3 090	1 017	(-) 47
Juros pagos	478	1 703	3 189	962	(-) 56

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

2.2.2 - Evolução dos Segmentos

Em termos de sua composição, o setor financeiro brasileiro sempre caracterizou-se pelo peso majoritário dos bancos, em um mercado relativamente diversificado. Como pode-se observar nas tabelas 9, 10 e 11, ao longo do período 1990/94, os bancos comerciais e múltiplos representam em média 75% do Valor Adicionado (VA) gerado pelo setor. Considerando-se os bancos de desenvolvimento, esse total chega a 84% do VA do setor.

Tabela 9 - Participação percentual do valor adicionado bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995

Total	Participação percentual do valor adicionado bruto (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Bancos	78,04	76,57	71,00	70,78	77,08	86,34
Comerciais e caixas econômicas	41,97	33,99	21,37	14,59	19,96	30,59
Múltiplos	36,07	42,58	49,63	56,19	57,12	55,75
Bancos de desenvolvimento	11,16	6,77	12,35	9,56	7,23	3,56
Corretoras de títulos - SCTVM	2,19	3,21	4,20	4,49	3,45	2,88
Bancos de investimento	2,33	3,33	3,69	6,79	5,71	0,86
Financeiras - SCFI	1,87	2,55	2,18	2,17	1,78	1,84
Distribuidoras de títulos - SDTVM	1,32	2,74	2,68	2,61	1,82	2,06
Arrendamento mercantil	1,57	2,63	1,77	1,69	1,12	0,43
Crédito imobiliário	0,63	1,07	0,89	0,45	0,49	0,55
Cooperativas	0,17	0,44	0,64	0,76	0,60	0,71
Auxiliares financeiros	0,72	0,69	0,60	0,70	0,72	0,77

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 10 - Participação percentual do valor adicionado bruto das instituições financeiras privadas no valor adicionado bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995

Privadas	Participação percentual do valor adicionado bruto (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	36,22	40,64	48,11	54,53	55,62	51,59
Bancos	29,23	30,81	38,89	47,13	49,83	46,24
Comerciais e caixas econômicas	4,03	3,34	4,68	7,19	7,48	2,85
Múltiplos	25,20	27,47	34,21	39,94	42,35	43,39
Bancos de desenvolvimento	..	..	..	..	..	..
Corretoras de títulos - SCTVM	0,84	1,28	1,69	2,03	1,94	1,95
Bancos de investimento	1,51	1,26	1,58	...	...	...
Financeiras - SCFI	1,76	2,21	1,87	1,66	1,31	1,09
Distribuidoras de títulos - SDTVM	1,11	2,10	2,05	2,01	1,06	1,32
Arrendamento mercantil	1,23	1,61	0,93	0,81	0,88	0,28
Crédito imobiliário	0,37	0,93	0,46	0,13	...	...
Cooperativas	0,17	0,44	0,64	0,76	0,60	0,71
Auxiliares financeiros	...	...	...	...	...	...

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 11 - Participação percentual do valor adicionado bruto das instituições financeiras públicas no valor adicionado bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995

Públicas	Participação percentual do valor adicionado bruto (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	63,08	58,67	51,27	37,98	37,47	46,22
Bancos	48,82	45,74	32,10	23,66	27,25	40,10
Comerciais e caixas econômicas	37,95	30,63	16,69	7,40	12,49	27,74
Múltiplos	10,87	15,11	15,41	16,26	14,76	12,36
Bancos de desenvolvimento	11,16	6,77	12,35	9,56	7,23	3,56
Corretoras de títulos - SCTVM	1,35	1,93	2,50	2,46	1,52	0,92
Bancos de investimento	0,82	2,08	2,11	x	x	x
Financeiras - SCFI	0,11	0,35	0,31	0,51	0,47	0,75
Distribuidoras de títulos - SDTVM	0,22	0,64	0,63	0,60	0,76	0,74
Arrendamento mercantil	0,34	1,02	0,84	0,88	0,24	0,15
Crédito imobiliário	0,26	0,14	0,43	0,31	x	x
Cooperativas	..	..	..	..	..	..
Auxiliares financeiros	...	...	...	...	...	...

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

O modelo adotado nos anos 60 buscava a segmentação do mercado através da especialização de funções das instituições financeiras e da vinculação da captação com a aplicação de recursos, de acordo com as características de maturidade dessas operações. A Reforma Bancária de 1988 representou uma reorientação desse modelo e definiu através da Resolução nº 1524 um ambiente favorável à criação dos bancos múltiplos[5].

A autorização para o funcionamento de novas instituições passou a ser feita com base em requisitos de capital mínimo e grau de alavancagem, como também através de critérios de idoneidade e competência de seus gestores, sendo, portanto, inegociável e intransferível. Tendo em vista que a entrada no setor estava anteriormente associada à obtenção de carta-patente, constituindo em uma barreira à entrada, a Reforma implementada representou um incentivo à formação de bancos múltiplos.

[5] O Conselho Monetário Nacional facultou aos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedade de crédito e financiamento, a organização opcional em uma única instituição financeira com personalidade jurídica própria - os bancos múltiplos, através de fusão, incorporação, cisão, transformação ou constituição direta. Esta instituição deveria ter no mínimo duas carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento.

Ao longo da série em estudo, esse processo caracterizou-se, nos bancos privados, pela transformação de bancos comerciais, corretoras, distribuidoras, SCFI e até bancos de investimento em bancos múltiplos, enquanto nos bancos públicos observou-se basicamente a transformação de bancos comercias em múltiplos (tabela 12). Ao todo, de 1989 a 1994, foram 75 novos bancos múltiplos criados, totalizando 184 ao final do período.

Tabela 12 - Número de empresas informantes do setor financeiro, em dezembro, conforme o controle acionário privado e público, segundo os segmentos - 1989-1995

Especificação	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total geral	1 654	1 698	1 779	1 812	1 939	1 993	1 966
Total sem as cooperativas	1 037	1 027	1 037	1 034	1 063	1 068	1 009
Bancos comerciais e caixas econômicas	67	52	47	40	38	35	37
Bancos múltiplos	114	165	179	198	206	209	203
Bancos de desenvolvimento	10	10	9	8	8	7	7
Corretoras de títulos - SCTVM	260	260	270	274	285	285	271
Bancos de investimento	34	24	23	21	17	17	16
Financeiras - SCFI	63	49	44	39	41	43	46
Distribuidoras de títulos - SDTVM	390	378	375	362	375	374	329
Arrendamento mercantil	61	61	63	64	67	77	78
Crédito imobiliário	38	28	27	28	26	21	22
Cooperativas	617	671	742	778	876	925	957
Privadas	1 559	1 611	1 699	1 736	1 866	1 925	1 896
Privadas sem as Cooperativas	942	940	957	958	990	1 000	939
Bancos comerciais e caixas econômicas	39	32	32	32	31	29	31
Bancos múltiplos	108	155	165	176	183	184	178
Corretoras de títulos - SCTVM	253	253	263	268	279	279	265
Bancos de investimento	32	22	21	19	16	16	15
Financeiras - SCFI	53	41	37	33	36	39	42
Distribuidoras de títulos - SDTVM	377	365	363	351	363	362	317
Arrendamento mercantil	56	55	57	58	61	71	70
Crédito imobiliário	24	17	19	21	21	20	21
Cooperativas de Crédito Mútuo	407	412	448	470	528	546	563
Cooperativas de Crédito Rural	210	259	294	308	348	379	394
Públicas	95	87	80	76	73	68	70
Bancos comerciais e caixas econômicas	28	20	15	8	7	6	6
Bancos múltiplos	6	10	14	22	23	25	25
Bancos de desenvolvimento	10	10	9	8	8	7	7
Corretoras de títulos - SCTVM	7	7	7	6	6	6	6
Bancos de investimento	2	2	2	2	1	1	1
Financeiras - SCFI	10	8	7	6	5	4	4
Distribuidoras de títulos - SDTVM	13	13	12	11	12	12	12
Arrendamento mercantil	5	6	6	6	6	6	8
Crédito imobiliário	14	11	8	7	5	1	1

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Do ponta de vista operacional, duas mudanças importantes foram permitidas com a Reforma. Primeiro, os conglomerados financeiros, que já atuavam na prática como instituições múltiplas, mas com uma empresa jurídica e contabilidade própria para cada carteira específica, puderam, a partir de então, desenvolver uma contabilização única e simplificar uma série de procedimentos administrativos. Segundo, tornou possível a desvinculação entre as fontes de captação de recursos e suas aplicações, a não ser para aquelas previstas por legislação específica.

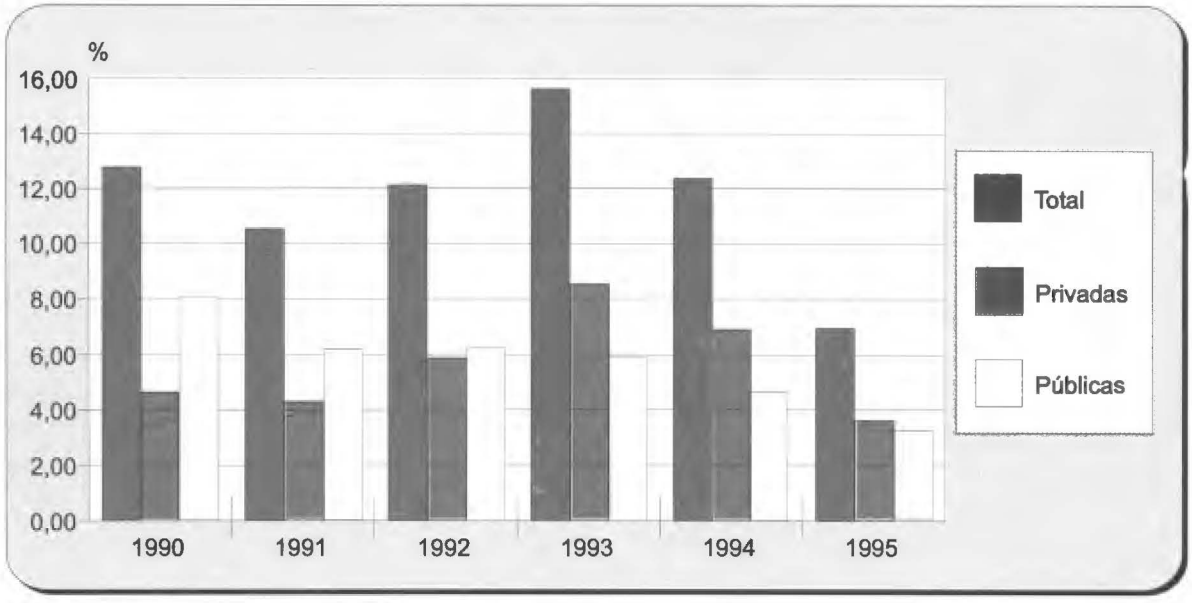
Em relação à evolução da participação no PIB dos demais segmentos ao longo dos anos considerados, destaca-se a queda significativa dos bancos de desenvolvimento a partir de 1994, frente a uma trajetória relativamente estável no período precedente, exceto em 1991 (tabela 5). Observa-se, também, no caso das corretoras, bancos de investimento e distribuidoras, uma tendência de crescimento no período 1990/93 e queda a partir desse ponto.

No que se refere à participação relativa no VA gerado pelo setor, apresentada na tabela 9, os bancos múltiplos, que detinham em 1990 uma participação de cerca de 36%, substituíram, em 1991, a posição de liderança dos bancos comerciais, passando a contribuir com 42%, e, a partir de 1993, com mais da metade do VA.

2.2.3 - Controle Acionário Privado e Público

A partir das tabelas 6 e 7, verificam-se mudanças significativas em termos da participação no PIB por controle acionário privado e público. Observa-se clara tendência de expansão das instituições privadas e decréscimo das instituições públicas. Em 1990, o setor como um todo representava 12,8% do PIB; destes, 8,0% referiam-se à contribuição das instituições públicas e 4,6% à participação das empresas privadas. Em 1993 esse comportamento é invertido, e a participação das empresas privadas atinge 8,5% do PIB, suplantando as públicas que apresentam uma contribuição de 5,9% (gráfico 6).

Gráfico 6 - Participação das instituições financeiras no PIB- 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Essa inversão decorre, principalmente, de dois fatores. Primeiramente, a deterioração dos resultados operacionais da Caixa Econômica Federal - CEF, e, em menor medida, do Banco do Brasil - BB e bancos estaduais, e, em segundo lugar, os resultados favoráveis apresentados pelas instituições bancárias privadas. De acordo com os dados disponíveis nas tabelas 6 e 7, as instituições bancárias privadas crescem sua participação no PIB de 3,7%, em 1990, para aproximadamente 6,2%, em 1994, enquanto as instituições bancárias públicas decrescem sua contribuição de 6,2% para 3,4% no mesmo período.

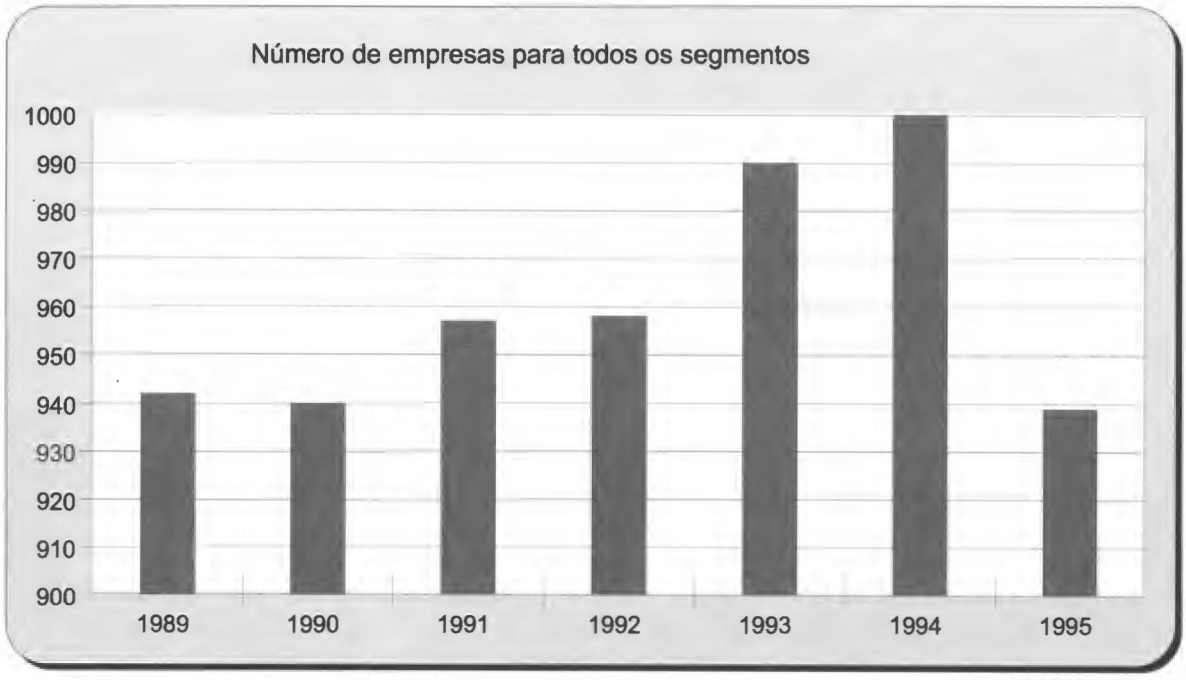
Em relação à CEF, os resultados negativos verificados refletiram as dificuldades encontradas nos últimos anos. Avolumaram-se, ao final da década de 80, os problemas derivados ora da elevação do grau de inadimplência dos créditos habitacionais e ora da concessão de subsídios

aos mutuários na forma de bônus, índices de reajustes inferiores aos pactuados, reajustes inferiores à correção monetária e outros. Como decorrência elevou-se sobremaneira a dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS para com a CEF[6]. A partir de 1990, essas dificuldades se aprofundaram, destacando-se os efeitos decorrentes do descasamento entre índices e prazos das operações ativas e passivas dessa instituição: de um lado, detinha créditos de longo prazo, em geral com cláusulas de reajustes associadas às variações salariais e, de outro, obrigações de curto prazo que rendem TR mais 6%. Os desequilíbrios econômico-financeiros do FGTS dificultaram também a canalização de recursos públicos para os financiamentos de habitação popular.

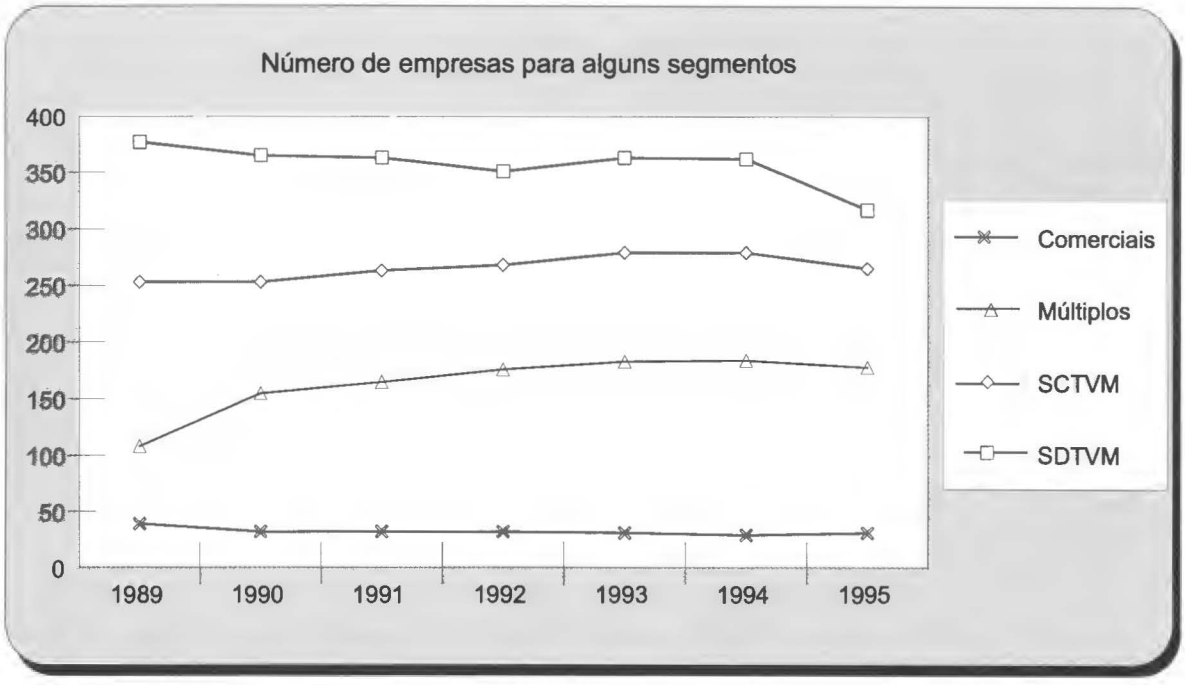
Observam-se também movimentos de expansão e retração no painel das empresas do setor, ao longo do período 1990/94. Excluindo as cooperativas, observou-se clara tendência de redução do número de instituições públicas, de 95 para 68, e crescimento do número de empresas privadas, de 942 para 1000 (tabela 12 e gráficos 7 e 8). No caso das instituições públicas, ocorre redução do número de empresas no segmento bancos comerciais e caixas econômicas, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito e financiamento. No caso das instituições privadas, para o período 1990/94, o impacto maior na variação do número de empresas decorre dos segmentos bancos múltiplos, corretoras e arrendamento mercantil.

[6]O Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS foi criado em 1967 com a responsabilidade de cobrir o valor de eventuais resíduos de saldos devedores desses financiamentos junto aos agentes financeiros. Esses resíduos seriam decorrentes dos descompassos entre os indexadores e as periodicidades dos reajustes de saldos devedores e das prestações. Sua finalidade era garantir limite de prazo para a amortização da dívida aos adquirentes da casa própria financiados pelo SFH.

Gráfico7 - Número de empresas privadas do setor financeiro, em dezembro - 1989-1995



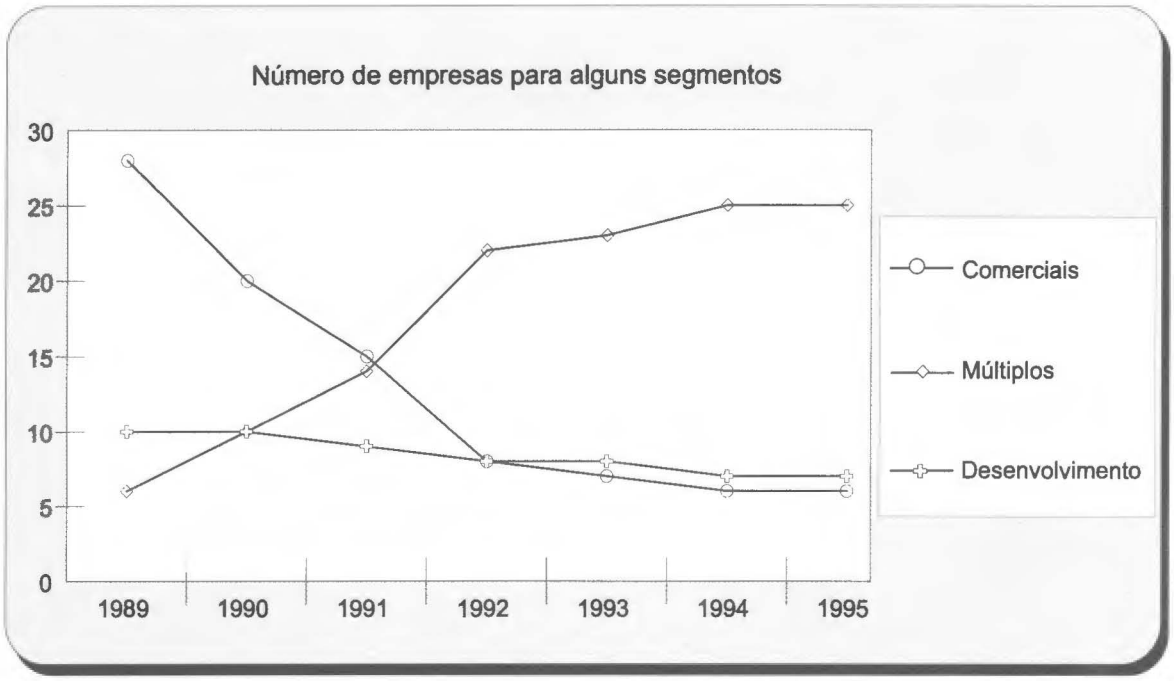
FONTE- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - Exceto Cooperativas



FONTE- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Gráfico 8 - Número de empresas públicas do setor financeiro, em dezembro - 1989-1995

FONTE- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.



FONTE- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Os resultados para o ano de 1995 demonstraram queda da participação no PIB dos dois grupos. No caso das instituições privadas decresceu de 6,9%, em 1994, para 3,6%, em 1995 e, de forma bem menos acentuada, caiu a participação das instituições oficiais, de 4,6% para 3,2%, mostrando uma aproximação dos pesos desses dois grupos (tabelas 6 e 7 e gráfico 6).

Ainda para 1995, no grupo das instituições privadas, observa-se queda das participações no PIB de todos os segmentos. Os resultados para as instituições oficiais demonstraram queda dos segmentos bancos de desenvolvimento e bancos múltiplos[7]. Os bancos comerciais públicos, surpreendentemente, destacaram-se dos demais e apresentaram um pequeno acréscimo de sua participação no PIB. Este resultado foi atribuído principalmente à *performance* da CEF e, em menor medida, do Banco do Brasil.

No caso da CEF, vários fatores positivos foram capazes de compensar os aspectos negativos já mencionados, que haviam predominado nos anos anteriores, e permitiram um crescimento significativo do seu VA em 1995, com relação ao ano de 1994. Os ajustes decorrentes dos atrasos nos pagamentos relativos aos créditos concedidos já tinham sido, em grande parte, realizados em 1994, e seus efeitos, portanto, apresentaram-se de forma mais diluída em 1995. Outro aspecto refere-se ao fato de que a CEF foi largamente acionada pelo Governo no sentido de prover recursos aos bancos privados em dificuldades, a fim de impedir que essas instituições pagassem as taxas punitivas cobradas pelo Banco Central nas operações de redesconto. Esses empréstimos cresceram de R$ 550 milhões, em finais de 1994, para R$ 7,3 bilhões em dezembro de 1995 e, frente à alta rentabilidade dessas operações, as rendas de aplicações interfinanceiras expandiram-se enormemente. A CEF apresentou ainda recuperação expressiva de créditos concedidos aos estados e municípios e elevou as rendas de tarifas de prestação de serviços.

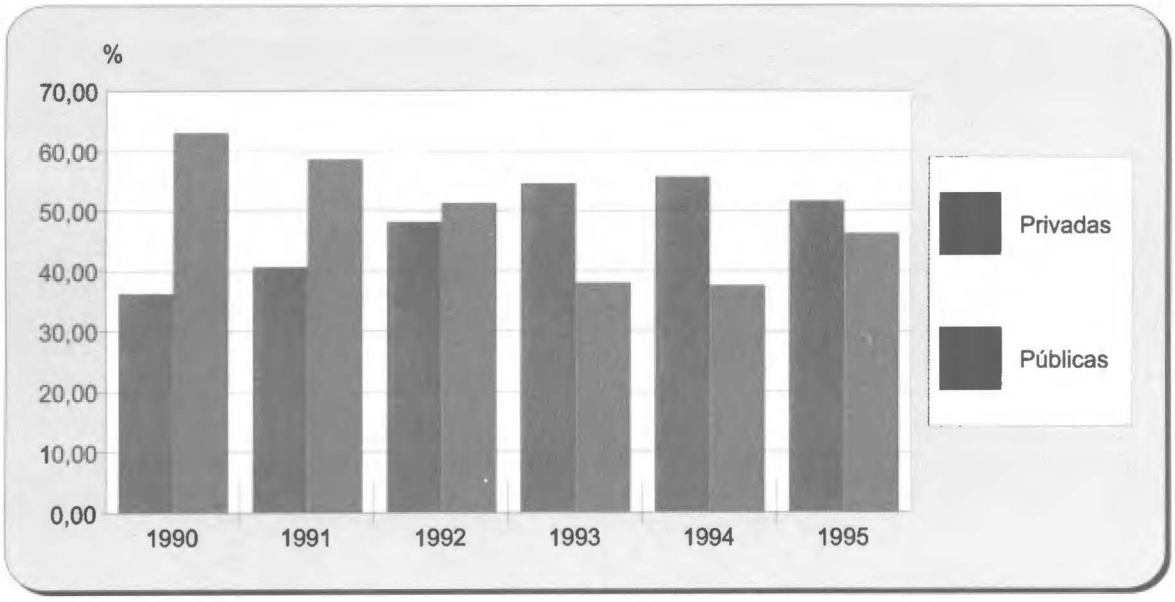
Em relação ao Banco do Brasil o resultado de intermediação financeira é positivo e maior que o verificado no ano anterior, apesar do prejuízo recorde anunciado em 1995[8]. A justificativa pode residir em dois campos. Primeiro, alguns aspectos positivos devem ser considerados, como o fato, não esperado, de expansão da participação no mercado do BB, decorrente da queda do grau de confiança do público nas instituições privadas após intervenção em dois grandes bancos. Constata-se, assim, a ampliação de sua participação no total de depósitos a prazo e de depósitos de poupança do sistema financeiro. Além disso, em outro campo, os ajustes sobre as receitas de intermediação financeira decorrentes do elevado grau de inadimplência parecem não ter sido realizados em sua totalidade. As campanhas de recuperação de créditos, anunciadas para o ano de 1996, indicavam ainda um elevado grau de problemas nos créditos concedidos.

A distribuição do VA apresentada nas tabelas 9, 10 e 11 e no gráfico 9 demonstra que, em 1995, os bancos privados praticamente mantêm a participação apresentada no ano anterior, e os bancos públicos, aumentam sua participação significativamente em 1995.

[7] O BANESPA, que se encontra sob intervenção do Banco Central em Regime de Administração Especial Temporária (RAET) desde finais de 1994, não publicou o balanço para 1994 e 1995, e não está, portanto, sendo considerado nos dados apresentados. Dadas as dimensões e a importância desta instituição, a análise de alguns resultados apresentados fica, em parte, prejudicada, principalmente, no que diz respeito ao segmento dos bancos múltiplos públicos.

[8] O prejuízo contábil recorde de R$ 4,3 bilhões apresentado pelo BB é, em grande parte, explicado pelas despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa (R$ 3,8 bilhões), que crescem sete vezes e meia em relação ao ano anterior, e pela parcela resultante da amortização do diferimento da perda cambial sofrida sobre a carteira de títulos da dívida externa do banco, nos seis primeiros meses do Plano Real. Como já visto, esses procedimentos de reavaliação de estoques não são considerados na estimativa da produção.

Gráfico 9 - Participação das instituições financeiras privadas e públicas no valor adicionado bruto do setor financeiro - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

2.2.4 - Consumo Intermediário

De acordo com as tabelas 13 a 21, a participação do consumo intermediário (CI) no valor de produção do setor mantém-se relativamente estável no período 1990/94 e apresenta um crescimento em 1995. Esta relação é, em média, mais elevada no caso das instituições privadas devido a maior participação das despesas relativas a aluguéis, serviços de terceiros e serviços do setor financeiro. Para estas, a relação CI/VP decresce nos anos de 1992 e 1993, para crescer a partir de então, dando um salto em 1995. No caso das públicas, apesar de um pequeno crescimento em 1995, esse indicador mantém-se relativamente estável ao longo da série.

Tabela 13 - Estrutura percentual do valor da produção do setor financeiro - 1990-1995

Ano	Estrutura percentual do valor da produção (%)		
	Produção	Consumo intermediário	Valor adicionado bruto
1990	100	15	85
1991	100	17	83
1992	100	17	83
1993	100	14	86
1994	100	16	84
1995	100	23	77

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 14 - Estrutura percentual do valor da produção das instituições financeiras privadas - 1990-1995

Ano	Estrutura percentual do valor da produção (%)		
	Produção	Consumo intermediário	Valor adicionado bruto
1990	100	21	79
1991	100	23	77
1992	100	20	80
1993	100	15	85
1994	100	18	82
1995	100	27	73

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - As informações para bancos de investimento, a partir de 1993, e sociedade de crédito imobiliário (SCI), a partir de 1994, não estão disponíveis por controle acionário.

Tabela 15 - Estrutura percentual do valor da produção das instituições financeiras públicas - 1990-1995

Ano	Estrutura percentual do valor da produção (%)		
	Produção	Consumo intermediário	Valor adicionado bruto
1990	100	11	89
1991	100	12	88
1992	100	14	86
1993	100	14	86
1994	100	14	86
1995	100	17	83

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - As informações para bancos de investimento, a partir de 1993, e sociedade de crédito imobiliário (SCI), a partir de 1994, não estão disponíveis por controle acionário.

Tabela 16 - Desagregação do consumo intermediário das instituições financeiras - 1990-1995

Especificação	Valor (1 000 R$)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	212	1 113	13 374	320 593	7 287 115	1 340 112
Despesas de água, energia e gás	6	30	384	8 898	202 131	288 566
Despesas de aluguéis	18	93	955	20 163	443 554	773 013
Despesas de comunicações	20	111	1 498	34 165	709 497	1 000 553
Despesas de manutenção e conservação de bens	12	69	765	18 130	453 236	764 316
Despesas de material	9	44	499	10 659	243 276	379 547
Despesas de pessoal-treinamento	2	10	143	3 066	102 206	151 910
Despesas de processamento de dados	30	185	2 472	54 099	1 152 231	1 719 639
Despesas de promoções e relações públicas	3	18	245	5 728	179 606	255 616
Despesas de propaganda e publicidade	9	53	582	13 959	352 901	400 421
Despesas de publicações	1	5	51	1 155	28 294	47 746
Despesas de seguros	1	7	69	1 164	39 757	80 353
Despesas de serviços do sistema financeiro	26	54	659	18 909	588 749	937 977
Despesas de serviços de terceiros	13	82	1 026	28 425	728 642	1 133 803
Despesas de serviços de vigilância e segurança	11	61	685	14 609	323 684	546 609
Despesas de serviços técnicos especializados	7	39	520	12 062	374 611	675 272
Despesas de transporte	10	52	583	13 465	358 419	547 221
Despesas de viagem ao exterior	0	2	27	647	15 792	23 217
Despesas de viagem no país	4	22	261	5 732	136 533	208 860
Outras despesas administrativas	26	147	1 738	53 828	848 338	1 389 140
Despesas administrativas de fundos e programas sociais	1	4	31	295	1 148	321
Despesas de administração de loterias	3	23	184	1 436	4 510	16 012

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 17 - Estrutura percentual do consumo intermediário das instituições financeiras - 1990-1995

Especificação	Estrutura percentual (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	100	100	100	100	100	100
Despesas de água, energia e gás	3	3	3	3	3	3
Despesas de aluguéis	8	8	7	6	6	7
Despesas de comunicações	9	10	11	11	10	9
Despesas de manutenção e conservação de bens	6	6	6	6	6	7
Despesas de material	4	4	4	3	3	3
Despesas de pessoal-treinamento	1	1	1	1	1	1
Despesas de processamento de dados	15	18	19	17	17	15
Despesas de promoções e relações públicas	1	2	2	2	2	2
Despesas de propaganda e publicidade	4	5	4	4	5	4
Despesas de publicações	0	0	0	0	0	0
Despesas de seguros	1	1	1	0	1	1
Despesas de serviços do sistema financeiro	13	5	5	6	8	8
Despesas de serviços de terceiros	6	7	8	9	10	10
Despesas de serviços de vigilância e segurança	5	5	5	5	4	5
Despesas de serviços técnicos especializados	3	3	4	4	5	6
Despesas de transporte	5	5	4	4	5	5
Despesas de viagem ao exterior	0	0	0	0	0	0
Despesas de viagem no país	2	2	2	2	2	2
Outras despesas administrativas	12	13	13	17	12	12
Despesas administrativas de fundos e programas sociais	0	0	0	0	0	0
Despesas de administração de loterias	2	2	1	0	0	0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 18 - Desagregação do consumo intermediário das instituições financeiras privadas - 1990-1995

Especificação	Valor (1 000 R$)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	119	669	7 860	197 616	4 885 759	7 674 194
Despesas de água, energia e gás	3	16	193	4 476	104 821	150 367
Despesas de aluguéis	14	74	755	15 690	349 550	601 673
Despesas de comunicações	11	60	792	19 249	408 415	586 097
Despesas de manutenção e conservação de bens	7	40	419	10 655	264 715	503 381
Despesas de material	5	25	267	6 145	149 786	245 445
Despesas de pessoal-treinamento	1	7	75	2 085	67 165	105 046
Despesas de processamento de dados	16	108	1 313	30 874	678 228	1 004 348
Despesas de promoções e relações públicas	2	12	136	3 675	113 095	178 223
Despesas de propaganda e publicidade	5	28	344	7 854	184 171	267 515
Despesas de publicações	1	4	33	786	19 075	35 249
Despesas de seguros	1	5	41	750	30 784	50 281
Despesas de serviços do sistema financeiro	10	46	569	16 343	505 611	776 649
Despesas de serviços de terceiros	7	54	725	20 557	594 726	993 366
Despesas de serviços de vigilância e segurança	6	29	280	5 802	133 115	235 267
Despesas de serviços técnicos especializados	5	27	389	9 150	303 308	555 951
Despesas de transporte	6	33	341	8 410	227 349	341 771
Despesas de viagem ao exterior	0	2	25	618	15 174	22 894
Despesas de viagem no país	3	16	167	4 014	91 099	138 296
Outras despesas administrativas	15	83	995	30 484	645 551	882 341
Despesas administrativas de fundos e programas sociais	0	0	0	1	21	34
Despesas de administração de loterias	0	0	0	0	0	0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 19 - Estrutura percentual do consumo intermediário das instituições financeiras privadas - 1990-1995

Especificação	Estrutura percentual (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	100	100	100	100	100	100
Despesas de água, energia e gás	3	2	2	2	2	2
Despesas de aluguéis	12	11	10	8	7	8
Despesas de comunicações	9	9	10	10	8	8
Despesas de manutenção e conservação de bens	6	6	5	5	5	7
Despesas de material	4	4	3	3	3	3
Despesas de pessoal-treinamento	1	1	1	1	1	1
Despesas de processamento de dados	14	17	18	17	15	14
Despesas de promoções e relações públicas	1	2	2	2	2	2
Despesas de propaganda e publicidade	5	4	4	4	4	3
Despesas de publicações	0	1	0	0	0	0
Despesas de seguros	1	1	1	0	1	1
Despesas de serviços do sistema financeiro	9	7	7	8	10	10
Despesas de serviços de terceiros	6	8	9	10	12	14
Despesas de serviços de vigilância e segurança	5	4	4	3	3	3
Despesas de serviços técnicos especializados	4	4	5	5	6	7
Despesas de transporte	5	5	4	4	5	4
Despesas de viagem ao exterior	0	0	0	0	0	0
Despesas de viagem no país	2	2	2	2	2	2
Outras despesas administrativas	13	12	13	16	14	11
Despesas administrativas de fundos e programas sociais	0	0	0	0	0	0
Despesas de administração de loterias	0	0	0	0	0	0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 20 - Desagregação do consumo intermediário das instituições financeiras públicas - 1990-1995

Especificação	Valor (1 000 R$)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	93	443	5 514	122 978	2 401 356	3 665 918
Despesas de água, energia e gás	3	14	191	4 422	97 310	138 199
Despesas de aluguéis	3	19	200	4 473	94 004	171 340
Despesas de comunicações	9	51	705	14 916	301 082	414 456
Despesas de manutenção e conservação de bens	5	29	346	7 475	188 521	260 935
Despesas de material	4	18	231	4 514	93 490	134 102
Despesas de pessoal-treinamento	1	4	68	981	35 041	46 864
Despesas de processamento de dados	14	77	1 159	23 226	474 003	715 291
Despesas de promoções e relações públicas	1	6	109	2 053	66 511	77 393
Despesas de propaganda e publicidade	3	25	238	6 104	168 730	132 906
Despesas de publicações	0	2	18	370	9 219	12 497
Despesas de seguros	1	2	28	414	8 973	30 072
Despesas de serviços do sistema financeiro	16	8	90	2 566	83 138	161 328
Despesas de serviços de terceiros	6	28	302	7 868	133 916	140 437
Despesas de serviços de vigilância e segurança	6	31	405	8 808	190 569	311 342
Despesas de serviços técnicos especializados	2	11	131	2 911	71 303	119 321
Despesas de transporte	4	19	241	5 055	131 070	205 450
Despesas de viagem ao exterior	0	0	1	29	618	323
Despesas de viagem no país	1	6	95	1 718	45 434	70 564
Outras despesas administrativas	10	64	742	23 344	202 787	506 799
Despesas administrativas de fundos e programas sociais	1	4	31	294	1 127	287
Despesas de administração de loterias	3	23	184	1 436	4 510	16 012

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 21 - Estrutura percentual do consumo intermediário das instituições financeiras públicas - 1990-1995

Especificação	Estrutura percentual (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	100	100	100	100	100	100
Despesas de água, energia e gás	3	3	3	4	4	4
Despesas de aluguéis	3	4	4	4	4	5
Despesas de comunicações	10	12	14	12	13	11
Despesas de manutenção e conservação de bens	6	7	6	6	8	7
Despesas de material	4	4	4	4	4	4
Despesas de pessoal-treinamento	1	1	1	1	1	1
Despesas de processamento de dados	15	17	22	20	21	20
Despesas de promoções e relações públicas	1	1	2	2	3	2
Despesas de propaganda e publicidade	4	6	4	5	7	4
Despesas de publicações	0	0	0	0	0	0
Despesas de seguros	1	1	1	0	0	1
Despesas de serviços do sistema financeiro	16	2	2	2	3	4
Despesas de serviços de terceiros	6	6	5	6	6	4
Despesas de serviços de vigilância e segurança	6	7	7	7	8	8
Despesas de serviços técnicos especializados	3	3	2	2	3	3
Despesas de transporte	4	4	4	4	5	6
Despesas de viagem ao exterior	0	0	0	0	0	0
Despesas de viagem no país	1	1	2	1	2	2
Outras despesas administrativas	11	15	13	19	8	14
Despesas administrativas de fundos e programas sociais	1	1	1	0	0	0
Despesas de administração de loterias	4	5	3	1	0	0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

2.2.5 - Remuneração dos Assalariados

As tabelas 22 a 24 apresentam a participação do grupo das instituições privadas e públicas no total da remuneração dos assalariados do setor financeiro. No período 90/94, a remuneração paga pelas empresas públicas representa, em média, 70% do total da remuneração do setor. Em 1995, essa participação reduz-se para 60%.

Tabela 22 - Participação percentual da remuneração dos assalariados do setor financeiro, por segmento - 1990-1995

Total	Participação percentual da remuneração dos assalariados (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Bancos	96,41	96,49	97,01	97,00	95,89	95,22
Comerciais e caixas econômicas	59,31	52,64	52,06	46,57	44,82	44,59
Múltiplos	37,10	43,85	44,95	50,43	51,07	50,63
Bancos de desenvolvimento	0,81	0,79	0,78	0,79	0,88	1,17
Corretoras de títulos - SCTVM	0,65	0,67	0,62	0,61	0,91	1,08
Bancos de investimento	0,39	0,32	0,31	0,35	0,69	0,38
Financeiras - SCFI	0,18	0,18	0,13	0,12	0,18	0,25
Distribuidoras de títulos - SDTVM	0,47	0,47	0,36	0,28	0,35	0,41
Arrendamento mercantil	0,24	0,25	0,16	0,16	0,23	0,48
Crédito imobiliário	0,28	0,27	0,18	0,14	0,13	0,20
Cooperativas	0,11	0,16	0,15	0,17	0,25	0,38
Auxiliares financeiros	0,46	0,40	0,30	0,38	0,49	0,43

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 23 - Participação percentual da remuneração dos assalariados das instituições financeiras privadas na remuneração dos assalariados do setor financeiro, por segmento - 1990-1995

Privadas	Participação percentual da remuneração dos assalariados (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	26,42	28,49	25,21	25,98	31,20	38,47
Bancos	24,43	26,52	23,54	24,69	29,45	36,08
Comerciais e caixas econômicas	2,88	3,16	2,62	2,33	2,84	3,63
Múltiplos	21,55	23,36	20,92	22,36	26,61	32,45
Bancos de desenvolvimento	..	..	..	..	..	..
Corretoras de títulos - SCTVM	0,55	0,55	0,51	0,52	0,80	0,95
Bancos de investimento	0,37	0,31	0,30	...	...	...
Financeiras - SCFI	0,16	0,15	0,12	0,11	0,17	0,24
Distribuidoras de títulos - SDTVM	0,42	0,42	0,34	0,26	0,32	0,37
Arrendamento mercantil	0,23	0,24	0,15	0,15	0,21	0,45
Crédito imobiliário	0,15	0,14	0,10	0,08	...	...
Cooperativas	0,11	0,16	0,15	0,17	0,25	0,38
Auxiliares financeiros	...	...	...	...	...	...

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 24 - Participação percentual da remuneração dos assalariados das instituições financeiras públicas na remuneração dos assalariados do setor financeiro, por segmento - 1990-1995

Públicas	Participação percentual da remuneração dos assalariados (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	73,12	71,10	74,46	73,27	67,50	60,52
Bancos	71,97	69,98	73,45	72,30	66,45	59,15
Comerciais e caixas econômicas	56,42	49,49	49,42	44,23	41,99	40,97
Múltiplos	15,55	20,49	24,03	28,07	24,46	18,18
Bancos de desenvolvimento	0,81	0,79	0,78	0,79	0,88	1,17
Corretoras de títulos - SCTVM	0,10	0,11	0,10	0,09	0,11	0,13
Bancos de investimento	0,02	0,01	0,01	x	x	x
Financeiras - SCFI	0,02	0,03	0,01	0,00	0,01	0,01
Distribuidoras de títulos - SDTVM	0,05	0,04	0,02	0,02	0,03	0,04
Arrendamento mercantil	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02
Crédito imobiliário	0,13	0,13	0,08	0,06	x	x
Cooperativas	..	..	..	..	..	..
Auxiliares financeiros	...	...	...	...	...	...

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

As tabelas 25 a 30 mostram o peso das despesas com remuneração no Valor Adicionado do setor e a composição dos salários e ordenados brutos. Para o setor financeiro como um todo, este indicador apresenta comportamento volátil no período, crescendo nos primeiros anos da série e caindo a partir de 1993, para em 1995 apresentar movimento de recuperação. A relação remuneração/VA média para o período 1990/95 é bem mais elevada no caso das instituições públicas, comparativamente às instituições privadas.

Verificam-se também movimentos distintos para os dois grupos ao longo da série. Para as instituições privadas, esse indicador apresenta tendência decrescente a partir de 1992, interrompida com o crescimento significativo apresentado em 1995 (tabela 21). Esta reversão em 1995 resulta do fato de que o VA mantém-se estagnado, com relação ao ano anterior, enquanto a remuneração apresenta crescimento mais próximo à inflação do período (tabela 8). No caso das instituições oficiais, verifica-se expansão da relação - remuneração/VA no período 1990/93, seguida de queda para os dois últimos anos da série. Este último movimento refletiu a melhora nos resultados operacionais e, portanto, recuperação da parcela correspondente ao excedente.

Tabela 25 - Estrutura percentual do valor adicionado bruto do setor financeiro - 1990-1995

Ano	Estrutura percentual do valor adicionado bruto (%)			
	Valor adicionado bruto	Remuneração dos assalariados	Excedente operacional bruto	Despesas tributárias
1990	100	51	46	3
1991	100	57	40	3
1992	100	66	32	2
1993	100	60	39	1
1994	100	48	50	2
1995	100	59	39	2

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 26 - Estrutura percentual do valor adicionado bruto das instituições financeiras privadas - 1990-1995

Ano	Estrutura percentual do valor adicionado bruto (%)			
	Valor adicionado bruto	Remuneração dos assalariados	Excedente operacional bruto	Despesas tributárias
1990	100	38	58	4
1991	100	40	56	4
1992	100	34	63	3
1993	100	29	70	1
1994	100	27	70	3
1995	100	44	53	3

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - As informações para bancos de investimento, a partir de 1993, e sociedade de crédito imobiliário (SCI), a partir de 1994, não estão disponíveis por controle acionário.

Tabela 27 - Estrutura percentual do valor adicionado bruto das instituições financeiras públicas - 1990-1995

Ano	Estrutura percentual do valor adicionado bruto (%)			
	Valor adicionado bruto	Remuneração dos assalariados	Excedente operacional bruto	Despesas tributárias
1990	100	60	38	2
1991	100	69	29	2
1992	100	95	3	2
1993	100	116	(-) 17	1
1994	100	87	11	2
1995	100	77	21	2

FONTE - IBGE, Diretôria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - As informações para bancos de investimento, a partir de 1993, e sociedade de crédito imobiliário (SCI), a partir de 1994, não estão disponíveis por controle acionário.

Tabela 28 - Participação percentual dos salários e ordenados diretos e indiretos nos salários brutos do setor financeiro - 1990-1995

Ano	Participação percentual dos salários (%)		
	Salários e ordenados brutos	Salários e ordenados diretos	Salários indiretos
1990	100	80	20
1991	100	78	22
1992	100	77	23
1993	100	77	23
1994	100	75	25
1995	100	78	22

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 29 - Participação percentual dos salários e ordenados diretos e indiretos nos salários brutos das instituições financeiras privadas - 1990-1995

Ano	Participação percentual dos salários (%)		
	Salários e ordenados brutos	Salários e ordenados diretos	Salários indiretos
1990	100	89	11
1991	100	90	10
1992	100	90	10
1993	100	91	9
1994	100	86	14
1995	100	83	17

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - As informações para bancos de investimento, a partir de 1993, e sociedade de crédito imobiliário (SCI), a partir de 1994, não estão disponíveis por controle acionário.

Tabela 30 - Participação percentual dos salários e ordenados diretos e indiretos nos salários brutos das instituições financeiras públicas - 1990-1995

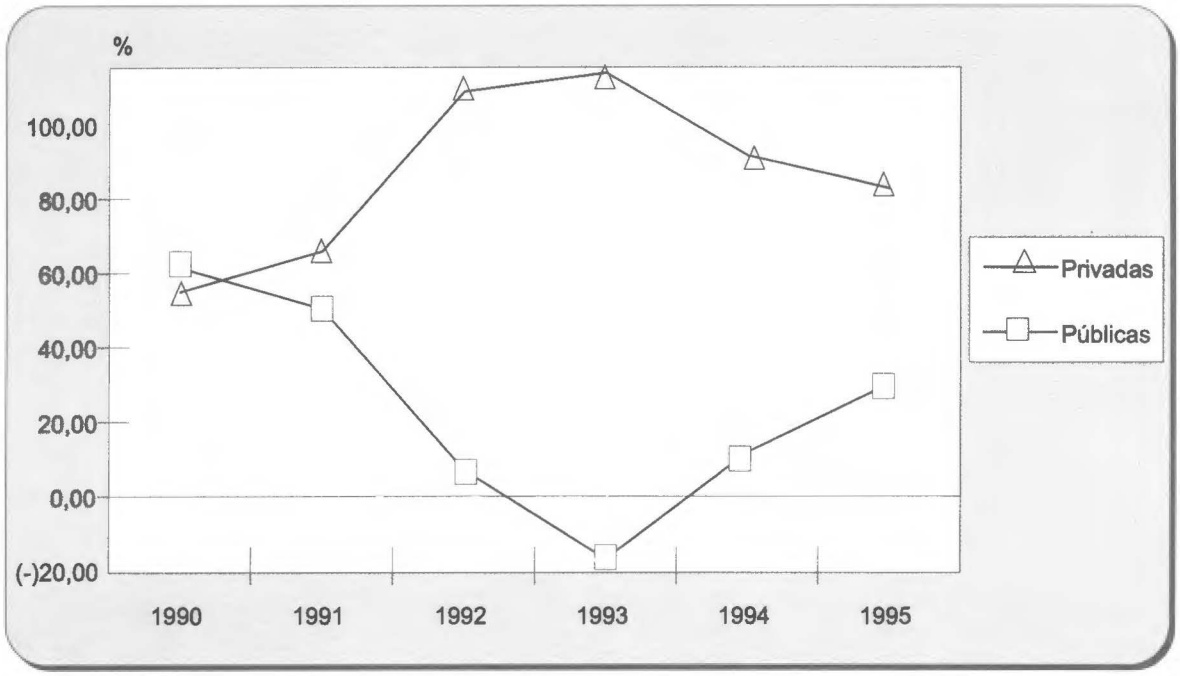
Ano	Participação percentual dos salários (%)		
	Salários e ordenados brutos	Salários e ordenados diretos	Salários indiretos
1990	100	77	23
1991	100	73	27
1992	100	73	27
1993	100	72	28
1994	100	70	30
1995	100	74	26

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - As informações para bancos de investimento, a partir de 1993, e sociedade de crédito imobiliário (SCI), a partir de 1994, não estão disponíveis por controle acionário.

2.2.6 - Excedente Operacional

Tendo como base as tabelas 31, 32 e 33, o gráfico 10 mostra a participação do grupo das instituições privadas e públicas no excedente operacional gerado pelo setor financeiro. O excedente gerado pelas instituições privadas, em 1990, representava aproximadamente metade do excedente gerado pelo setor financeiro, e passa a responder, em 1992 e 1993, por quase sua totalidade, decrescendo a partir de 1994, mas mantendo-se ainda num patamar elevado (gráfico 10). O grupo das instituições oficiais apresentou baixa participação no excedente do setor nos anos de 1992/1994, devido aos resultados desfavoráveis apresentados pelos segmentos bancos comercias e caixas econômicas (1992/94) e bancos múltiplos (1992/93) que resultaram em excedentes negativos nos anos indicados. Em 1995 ocorre uma recuperação dessa participação, embora não chegue a atingir o nível apresentado em 1990.

Gráfico 10 - Participação das instituições financeiras privadas e públicas no excedente operacional bruto do setor financeiro - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 31 - Participação percentual do excedente operacional bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995

Total	Participação percentual do excedente operacional bruto (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Bancos	57,36	48,53	16,73	30,03	58,83	72,96
Comerciais e caixas econômicas	22,52	8,30	(-) 42,29	(-) 35,01	(-) 4,21	9,40
Múltiplos	34,84	40,23	59,02	65,04	63,04	63,56
Bancos de desenvolvimento	23,25	15,54	36,74	23,34	13,68	7,33
Corretoras de títulos - SCTVM	3,95	6,90	11,71	10,55	5,98	5,63
Bancos de investimento	4,48	7,59	10,65	16,87	10,57	1,57
Financeiras - SCFI	3,81	5,99	6,46	5,36	3,37	4,31
Distribuidoras de títulos - SDTVM	2,23	6,04	7,54	6,22	3,24	4,59
Arrendamento mercantil	2,65	5,20	4,88	3,84	1,58	(-) 0,01
Crédito imobiliário	0,97	2,22	2,36	0,92	0,83	1,04
Cooperativas	0,24	0,86	1,68	1,68	0,96	1,25
Auxiliares financeiros	1,06	1,13	1,25	1,19	0,96	1,33

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 32 - Participação percentual do excedente operacional bruto das instituições financeiras privadas no excedente operacional bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995

Privadas	Participação percentual do excedente operacional bruto (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	46,61	56,24	94,26	98,67	78,94	71,14
Bancos	34,47	36,05	69,64	82,01	69,59	61,53
Comerciais e caixas econômicas	5,38	3,47	8,48	14,79	12,03	1,52
Múltiplos	29,09	32,58	61,16	67,22	57,56	60,01
Bancos de desenvolvimento	..	..	..	..	..	..
Corretoras de títulos - SCTVM	1,15	2,32	4,12	4,37	3,06	3,50
Bancos de investimento	2,75	2,49	4,12	...	...	...
Financeiras - SCFI	3,59	5,18	5,53	4,07	2,44	2,40
Distribuidoras de títulos - SDTVM	1,85	4,53	5,63	4,72	1,76	2,78
Arrendamento mercantil	1,96	2,72	2,32	1,62	1,13	(-) 0,32
Crédito imobiliário	0,60	2,09	1,22	0,20	...	...
Cooperativas	0,24	0,86	1,68	1,68	0,96	1,25
Auxiliares financeiros	...	...	...	...	...	...

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 33 - Participação percentual do excedente operacional bruto das instituições financeiras públicas no excedente operacional bruto do setor financeiro, por segmento - 1990-1995

Públicas	Participação percentual do excedente operacional bruto (%)					
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Instituições financeiras	52,34	42,61	4,48	(-) 16,74	8,69	24,94
Bancos	22,88	12,47	(-) 52,92	(-) 51,98	(-) 10,75	11,43
Comerciais e caixas econômicas	17,13	4,83	(-) 50,78	(-) 49,80	(-) 16,24	7,88
Múltiplos	5,75	7,64	(-) 2,14	(-) 2,18	5,49	3,55
Bancos de desenvolvimento	23,25	15,54	36,74	23,34	13,68	7,33
Corretoras de títulos - SCTVM	2,80	4,58	7,58	6,17	2,92	2,13
Bancos de investimento	1,74	5,10	6,53	x	x	x
Financeiras - SCFI	0,22	0,81	0,93	1,29	0,93	1,91
Distribuidoras de títulos - SDTVM	0,38	1,51	1,91	1,50	1,47	1,82
Arrendamento mercantil	0,70	2,48	2,56	2,22	0,44	0,32
Crédito imobiliário	0,37	0,12	1,15	0,72	x	x
Cooperativas	..	..	..	..	..	..
Auxiliares financeiros	...	...	...	...	...	...

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

2.3 - Receitas Inflacionárias Transferidas ao Setor Bancário

Como já ressaltado, durante o longo período inflacionário pré-Plano Real, as receitas derivadas das intermediações financeiras tiveram como importante componente ganhos resultantes da manutenção nos passivos dos bancos de saldos não remunerados que, aplicados, rendiam, pelo menos, algo próximo da correção monetária. Apresentam-se neste item os resultados encontrados no período de 1990 à 1995 para essa parcela das receitas bancárias.

Antes porém, cabe fazer algumas advertências: primeiro, dos saldos não remunerados são deduzidos os valores das contas ativas indisponíveis para aplicação; segundo, o cálculo abrange apenas as contas que não recebem qualquer tipo de remuneração, não contemplando as receitas que porventura tenham sido obtidas com contas remuneradas abaixo do índice de correção monetária; terceiro, não está sendo mensurada a receita total com as aplicações dos saldos, mas somente a parte referente à corrosão inflacionária destes apropriada pelos bancos[9] e, por fim, os valores encontrados estão desconsiderando que parte dessas receitas retornam para os próprios usuários do sistema bancário, dentre outras formas, pela não cobrança ou cobrança a menor de tarifas sobre os vários serviços oferecidos aos clientes.

A participação das receitas inflacionárias na produção imputada das instituições bancárias e no PIB, no período de 1990/1994, foi, em média, de 35% e 3,7%, respectivamente (tabela 34 e gráfico 11). Considerando os anos em estudo, observa-se que para o período 1990/1993 o peso dessas receitas na produção imputada foi elevado e permaneceu em um intervalo de 35% a 40%. Em 1994 essa relação cai significativamente e, em 1995, aproxima-se de um percentual nulo.

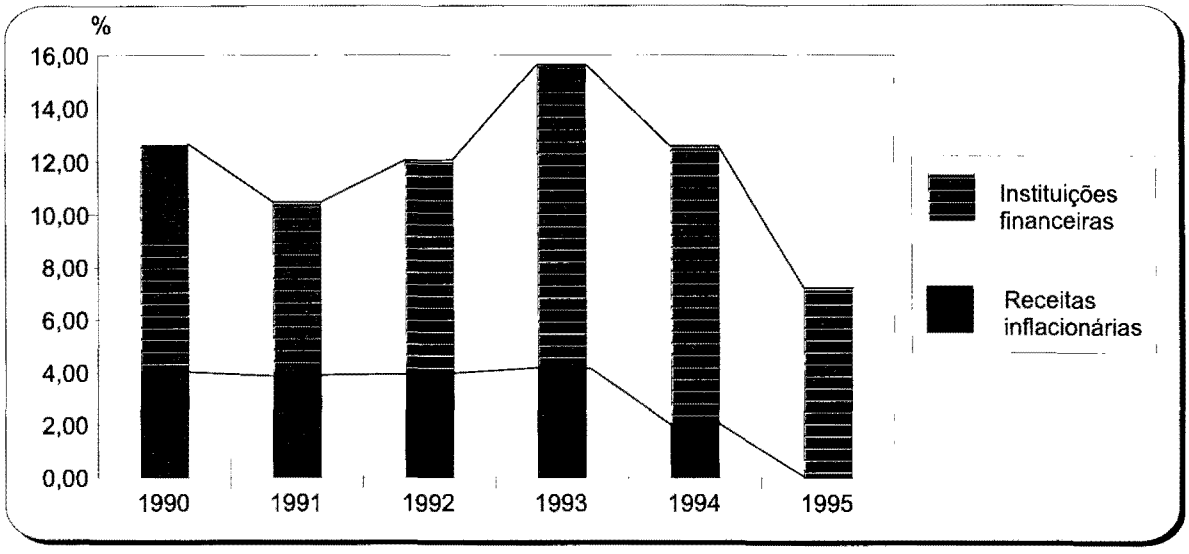
Tabela 34 - Composição das receitas inflacionárias e participação na produção imputada e no PIB, das instituições bancárias - 1990-1995

Contas	1990	1991	1992	1993	1994	1995
			Valores a preços correntes (1 000 R$)			
Receitas inflacionárias (A)-(B)	378	1 945	21 980	521 185	6 324 786	192 375
Correção monetária dos passivos sem encargos (A)	770	3 022	32 701	752 136	9 547 235	2 507 336
Depósitos à vista	549	2 584	26 279	592 900	7 676 030	2 201 128
Recebimento de tributos e contribuições	101	232	4 138	78 046	1 180 810	194 936
Operações intra-setoriais	120	207	2 285	81 190	690 395	111 271
Correção monetária dos ativos indisponíveis para aplicação (B)	392	1 077	10 721	230 951	3 222 448	2 314 961
Caixa	35	138	1 584	53 482	777 103	235 248
Depósitos bancários	2	8	86	1 896	34 214	16 288
Reservas livres e compulsórias em espécie	242	847	8 297	164 030	2 223 227	1 873 043
Operações intra-setoriais	112	73	691	11 275	107 736	72 234
Depósitos vinculados	2	9	58	126	78 832	116 999
Cheques a receber	0	0	5	142	1 336	1 149
			Números relativos (%)			
Receitas inflacionárias/produção imputada	35,7	41,3	41,9	35,3	20,4	0,6
Receitas inflacionárias/PIB	4,0	3,9	4,0	4,2	2,0	0,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - Os resultados apresentados referem-se às receitas inflacionárias apuradas para os segmentos bancos comerciais (incluindo caixas econômicas) e bancos múltiplos. O mesmo se aplica ao dado de produção imputada.

[9] Para se obter um cálculo aproximado da receita total com a aplicação dos passivos sem encargos, seria mais adequado utilizar taxas de juros nominais de curto prazo, ao invés, como será visto adiante, da variação de um índice de preços.

Gráfico 11 - Participação das instituições financeiras e das receitas inflacionárias das instituições bancárias no PIB - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Analisando-se os dados por controle acionário (tabela 35 e gráfico 13), observa-se que as participações médias, entre 1990 e 1994, daquelas receitas na produção imputada por grupo foram bem distintas. Nos bancos públicos a média foi de 50%, bem mais elevada que os 26% encontrados para os bancos privados. Com relação ao PIB, verifica-se também uma participação média das receitas inflacionárias maior para os primeiros - 2,3% contra 1,4 % dos bancos privados (gráfico 12).

A evolução das receitas inflacionárias nesses dois grupos revela movimentos opostos. Para os bancos públicos, a tendência observada no período 1990/1993 foi de aumento gradativo da sua importância, em parte explicado pelos fracos resultados dessas instituições nesses anos. Inversamente, os bancos privados reduzem para quase a metade o peso das receitas inflacionárias na sua produção imputada. Em 1994, a reversão do processo inflacionário e o forte aperto monetário, verificados no segundo semestre, explicam a queda da participação dessas receitas nesses dois grupos, ainda que, para as instituições oficiais, esse peso mantenha-se num nível bem superior ao encontrado para os bancos privados.

Essa diferença refletiria as distintas bases de cálculo do recolhimento compulsório entre esses dois grupos, tanto sobre os depósitos à vista como para as operações de crédito. Os bancos públicos podem excluir da sua base os depósitos dos governos, das autarquias, empresas públicas e à disposição da justiça e, com relação às operações de crédito, as de crédito rural e os financiamentos habitacionais, sabidamente mais relevantes na carteira desse grupo.

Em 1995, os resultados para os dois grupos foram praticamente irrisórios. O resultado negativo encontrado para os bancos privados (tabela 35) reflete novamente o aperto monetário. Os ganhos com depósitos à vista desse grupo foram, pela primeira vez no período, um pouco maiores do que os das empresas públicas, mas o compulsório nas instituições privadas mais que anulou o efeito dos ganhos, gerando esse resultado desfavorável.

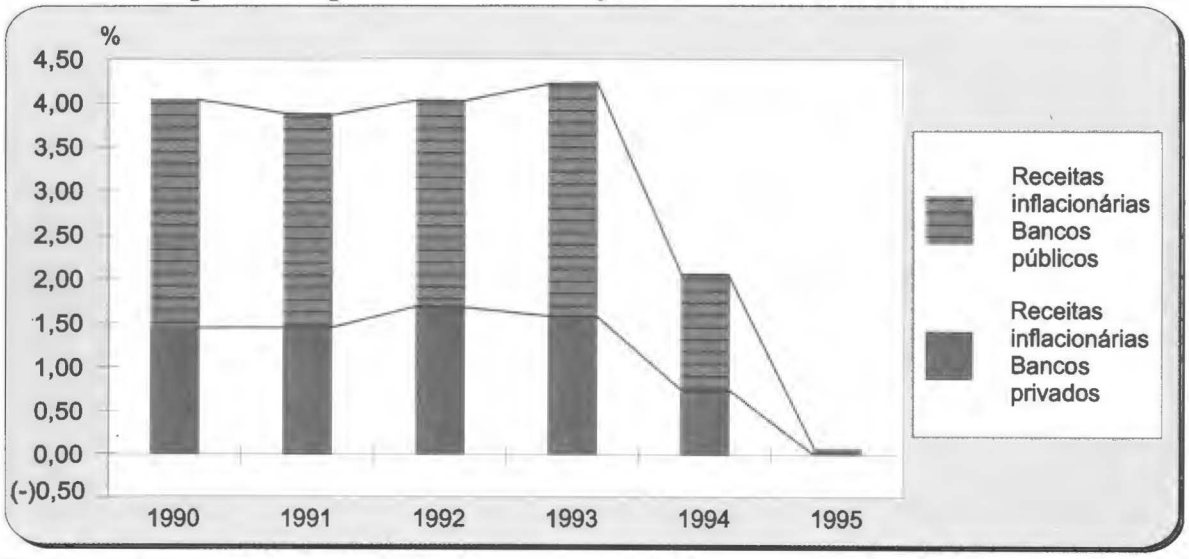
Tabela 35 - Composição das receitas inflacionárias e participação na produção imputada e no PIB, por controle acionário privado e público das instituições bancárias - 1990-1995

Contas	1990		1991		1992	
	Privados	Públicos	Privados	Públicos	Privados	Públicos
	Valores a preços correntes (1 000 R$)					
Receitas inflacionárias (A)-(B)	135	243	726	1 220	9 238	12 742
Correção monetária dos passivos sem encargos (A)	355	415	1 335	1 687	14 810	17 891
Depósitos à vista	236	313	1 105	1 479	10 827	15 452
Recebimento de tributos e contribuições	59	41	116	116	2 605	1 533
Operações intra-setoriais	59	61	115	92	1 379	906
Correção monetária dos ativos indisponíveis para aplicação (B)	220	172	610	467	5 573	5 149
Caixa	19	15	72	66	808	777
Depósitos bancários	1	1	7	1	41	45
Reservas livres e compulsórias em espécie	127	115	479	367	4 377	3 920
Operações intra-setoriais	73	39	51	23	342	349
Depósitos vinculados	0	2	0	9	0	58
Cheques a receber	0	0	0	0	4	0
	Números relativos (%)					
Receitas inflacionárias/produção imputada	31,3	38,7	34,7	46,5	31,3	55,5
Receitas inflacionárias/PIB	1,4	2,6	1,4	2,4	1,7	2,3

Contas	1993		1994		1995 (1)	
	Privados	Públicos	Privados	Públicos	Privados	Públicos
	Valores a preços correntes (1 000 R$)					
Receitas inflacionárias (A)-(B)	194 421	326 765	2 277 357	4 047 429	(-) 176 533	368 908
Correção monetária dos passivos sem encargos (A)	312 390	439 746	3 931 778	5 615 457	1 304 626	1 202 710
Depósitos à vista	245 640	347 259	3 151 156	4 524 874	1 129 654	1 071 475
Recebimento de tributos e contribuições	39 574	38 473	510 260	670 550	101 962	92 974
Operações intra-setoriais	27 176	54 014	270 362	420 032	73 010	38 262
Correção monetária dos ativos indisponíveis para aplicação (B)	117 969	112 981	1 654 421	1 568 028	1 481 158	833 802
Caixa	25 407	28 076	322 339	454 764	155 554	79 694
Depósitos bancários	1 206	689	14 373	19 841	15 319	969
Reservas livres e compulsórias em espécie	83 173	80 857	1 252 398	970 829	1 287 595	585 448
Operações intra-setoriais	7 992	3 283	63 180	44 556	21 680	50 554
Depósitos vinculados	50	77	806	78 026	1	116 998
Cheques a receber	142	0	1 325	11	1 009	140
	Números relativos (%)					
Receitas inflacionárias/produção imputada	19,6	67,7	11,1	38,4	(-) 0,9	2,5
Receitas inflacionárias/PIB	1,6	2,7	0,7	1,3	0,0	0,1

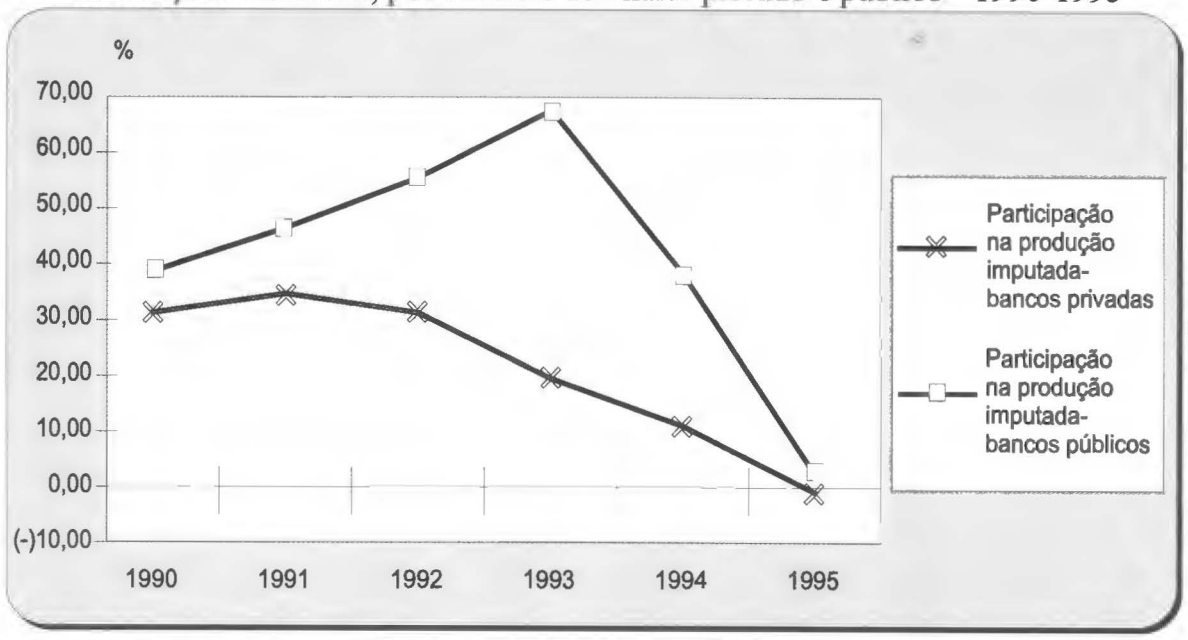
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - Os resultados apresentados referem-se às receitas inflacionárias apuradas para os segmentos bancos comerciais (incluindo caixas econômicas) e bancos múltiplos. O mesmo se aplica ao dado de produção imputada.
(1) Os resultados negativos encontrados para os bancos privados resultam do forte aperto da política monetária nesse ano, traduzido num maior volume de recolhimento compulsório.

Gráfico 12 - Participação das receitas inflacionárias no PIB, por controle acionário privado e público das instituições bancárias - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Gráfico 13 - Participação das receitas inflacionárias na produção imputada das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - Os resultados apresentados referem-se às receitas inflacionárias apuradas para os segmentos bancos (incluindo caixas econômicas) e bancos múltiplos. O mesmo se aplica ao dado de produção imputada.

2.4 - Receitas da Aplicação dos Recursos Próprios

Em Contas Nacionais, de acordo com as recomendações internacionais, é clara a orientação de excluir, dos rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros, o valor de qualquer rendimento de propriedade proveniente de investimento de fundos próprios, uma vez que este rendimento não surge da intermediação financeira.

Com o objetivo de reduzir o efeito desses recursos nos resultados encontrados para o setor financeiro, estima-se a parcela referente à correção monetária embutida nas receitas provenientes da aplicação dos recursos próprios. Os juros efetivos permanecem nos resultados, devido a sua difícil mensuração.

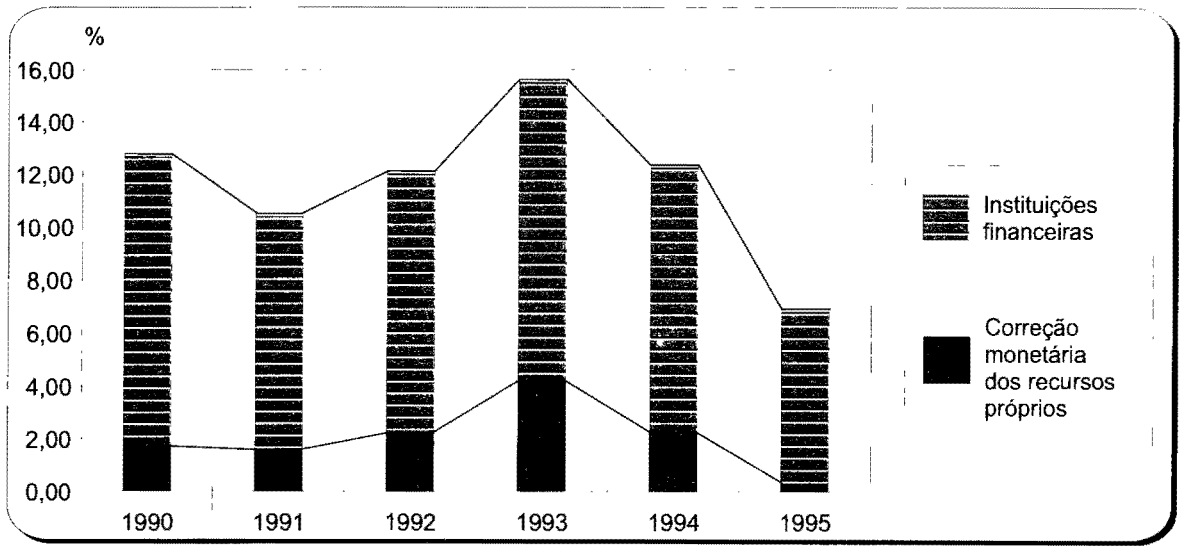
A premissa do trabalho parte do princípio que o montante dos recursos próprios aplicado resulta da diferença entre o valor do patrimônio líquido e do permanente[10]. Desta forma, assume-se como *proxy* do valor da receita dessa aplicação, a ser deduzida das receitas de juros geradoras do valor da produção, o saldo da "conta de correção monetária", em cada ano. A tabela 36 e o gráfico 14 resumem os resultados encontrados para o período de 1990 a 1995.

Tabela 36 - Sistema Financeiro Nacional - correção monetária dos recursos próprios e participação na produção imputada e no PIB - 1990 - 1995

Especificação	1990	1991	1992	1993	1994	1995
			Valores a preços correntes (1 000 R$)			
Saldo da conta de correção monetária	(-) 160	(-) 804	(-) 12 418	(-) 517 577	(-) 6 968 176	(-) 1 846 304
			Números relativos (%)			
Saldo da conta de correção monetária/produção imputada	12,09	13,51	17,39	25,58	17,68	4,69
Saldo da conta de correção monetária/PIB	1,72	1,61	2,28	4,20	2,26	0,33

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Gráfico 14 - Participação das instituições financeiras e da correção monetária dos recursos próprios no PIB - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

[10] O imobilizado de arrendamento não está incluído dado o tratamento específico que o segmento arrendamento mercantil recebe em Contas Nacionais.

3 - Sistema Financeiro Internacional: Análise Comparativa entre Países Selecionados

3.1 - Introdução

A participação média das instituições financeiras no PIB brasileiro no período 1990/94 foi de 12,7%. Em 1991 verificou-se a menor participação do período, 10,5%, e em 1993, a maior, 15,6%. Em 1995, após a drástica redução da inflação obtida pelo Plano Real, esta participação sofreu intensa redução, caindo para 6,9%, em ambiente de instabilidade, marcado pelo desaparecimento de dois grandes bancos privados, intervenção em dois importantes bancos estaduais e desequilíbrios no principal banco federal, além da extinção de um número relativamente elevado de pequenos bancos privados.

Estas dificuldades não são inteiramente surpreendentes. O sistema financeiro brasileiro, o bancário em particular, evoluiu nos últimos 25 anos, adaptando-se ao ambiente de alta inflação que caracterizou a economia brasileira desde a década de 60. Na verdade, as instituições financeiras brasileiras foram surpreendentemente bem-sucedidas na implementação de inovações financeiras e no aproveitamento de oportunidades regulatórias, que lhes permitiram não apenas sobreviver em um contexto visto no resto do mundo como hostil à atividade econômica, como também acumular capital, desenvolver-se tecnologicamente e crescer absorvendo parte considerável do imposto inflacionário gerado em nossa economia. Taxas de inflação que em outras experiências históricas levaram a economia à desmonetização e o sistema financeiro ao colapso fizeram com que a participação do setor financeiro na renda nacional chegasse aos níveis agora levantados por esta pesquisa.

Atualmente, a expectativa generalizada é a de que, como resultado do processo de estabilização, esta participação caia a níveis muito menores, seja em função da eliminação das receitas inflacionárias, que beneficiavam o setor, seja da necessidade de redirecionamento (e redimensionamento) de suas atividades. É de grande importância para *policy-makers* e operadores dos mercados financeiros tentar formar alguma expectativa quanto às dimensões do ajuste a que estará submetido o setor no futuro imediato. Ainda que tal previsão não possa, naturalmente, ser feita com precisão, é possível buscar na experiência internacional guias que nos permitam tentar balizar o processo de adequação do sistema financeiro à operação em condições de estabilidade, ou de semi-estabilidade, de preços. Para tanto, neste capítulo são apresentadas informações a respeito do tamanho do setor financeiro em uma amostra de países, escolhidos em função da compatibilidade de seus métodos de levantamento da participação de suas instituições financeiras no PIB com os utilizados no Brasil. Estas informações, por sua vez, são complementadas por dados que descrevem aspectos das economias em que estes sistemas financeiros estão inseridos, que podem exercer influência sobre a dimensão do setor financeiro.

O intuito deste exercício é tornar possível a construção de *hipóteses* a respeito das trajetórias que se abrem para o setor no Brasil, dadas as características relevantes de sua economia, bem como de variáveis objeto de políticas governamentais. Na tabela 37 estão contidas as informações básicas, a partir das quais este capítulo foi preparado.

Tabela 37 - Indicadores macroeconômicos para amostra selecionada de países - 1980/1991

Países	Média da (%)							Média do PIB *per capta* 1 US$ (1985/1990)
	Participação das instituições financeiras no PIB (1985/1991)	Taxa de inflação anual (1980/1990)	Taxa de crescimento do PIB real (1980/1990)	Propensão a poupar (1980/1990)	Relação FBKF/PIB (1980/1990)	Relação moeda e quase-moeda/PIB (1980/1990)	Relação crédito doméstico/PIB (1980/1990)	
Estados Unidos	(1) 4,5	5	2,3	5,0	18,8	65,9	111,6	19 287
Alemanha	(2) 4,3	3	2,1	12,1	20,4	59,4	116,9	17 682
França	4,5	7	2,3	9,1	20,7	98,4	94,6	15 644
Reino Unido	5,7	7	2,2	5,4	17,6	(3) 89,1	(3) 109,7	12 429
Holanda	3,9	3	2,0	14,1	20,0	76,6	90,3	14 337
Canadá	(4) 2,0	5	2,8	9,5	21,4	46,0	79,6	17 482
Espanha	(5) 6,6	10	2,8	10,3	21,5	74,4	(6) 103,6	8 190
Islândia	4,5	35	2,9	7,2	20,9	31,5	42,6	19 633
Coréia	3,8	8	8,1	23,2	30,1	35,7	60,8	3 783
Tailândia	3,4	5	7,5	19,3	25,9	56,0	78,5	1 101
Hong Kong	6,4	-	(7) 7,1	-	-	-	-	9 219
Jamaica	(4) 5,1	18	1,1	(8) 5,5	21,5	45,3	61,7	1 340
Peru	2,4	702	(-) 0,4	(9) 17,2	22,3	21,6	22,8	1 681
Venezuela	2,6	24	0,7	(7) 15,8	20,3	38,3	51,5	2 967
Equador	(10) 2,2	35	2,3	1,5	19,8	20,3	26,7	1 154
Chile	(11) 11,2	21	3,4	(12) (-)4,3	17,8	36,9	86,4	1 799
Uruguai	9,8	52	(13) 0,5	-	12,5	50,5	72,1	2 278
Brasil	(14) 12,4	300	2,2	(8) 19,7	21,1	14,1	(12) 50,2	2 365

FONTES - Média da participação das instituições financeiras no PIB para todos os países, exceto Brasil e Chile, estimada a partir das informações disponíveis em *National Accounts Statistics: Main Aggregates and Detailed Tables*, 1992, *United Nations*, New York, 1994 (tabela 4.1; 8a).

Para o Brasil, fonte: IBGE/DECNA; Para o Chile, fonte: *Anuario Estadistico de America Latina y El Caribe, Seccion Cuentas Nacionales, Division de Estadísticas e Proyecciones*. Taxa de inflação média para o Brasil estimada a partir das informações disponíveis em Conjuntura Econômica, Fundação Getulio Vargas, junho, 1995. Para os demais países, em *International Financial Statistics Yearbook, International Monetary Fund*, 1994 (99bi). Taxa média de crescimento do PIB real estimada para todos os países, exceto Hong Kong, a partir das informações disponíveis em *International Financial Statistics, International Monetary Fund*, Washington, 1994. Para Hong Kong a fonte é *Statistical Yearbook, forthieth issue, United Nations*, New York, 1995 (99b). PIB *per capita* médio estimado a partir das informações disponíveis em *Statistical Yearbook, fortieth issue, United Nations*, New York, 1995. Média da propensão a poupar estimada a partir das informações disponíveis em *National Accounts Statistics: Main Aggregates and Detailed Tables*. 1992, *United Nations*, New York, 1994 (tabela 1.12).

Média da relação - Formação Bruta de Capital Fixo/PIB estimada a partir das informações disponíveis em *International Financial Statistics, International Monetary Fund*, 1994 (93e). Média da relação moeda e quase-moeda/PIB idem (35l). Média da relação do crédito doméstico/PIB idem.

NOTAS - 1. O âmbito das instituições financeiras aqui considerado exclui as empresas de seguros e previdência privada, exceto quando dito o contrário. 2. Considera-se aqui o PIB a *custo de fatores*. 3. A taxa de inflação foi calculada com base no deflator implícito.

(1) Período de 1987-1991. (2) Considerou-se o Produto Nacional Bruto. (3) Período de 1987-1990. (4) Exclusive o ano de 1991. (5) Período de 1985-1988. (6) Período de 1983-1990. (7) Período de 1984-1990. (8) Período de 1980-1989. (9) Período de 1980-1988. (10) Como instituição financeira estão sendo consideradas também as empresas de seguro. (11) Período de 1985-1988; o PIB é a *preços de mercado*; como instituição financeira estão sendo consideradas também as empresas de seguros. (12) Período de 1980-1985. (13) Período de 1981-1990. (14) Exclusive o ano de 1989 e o cálculo do valor adicionado exclui o Banco Central.

Algumas advertências, no entanto, devem ser preliminarmente explicitadas. Em primeiro lugar, é preciso observar que, apesar do cuidado de apenas incluir no estudo países cujo cálculo da renda do setor financeiro fosse comparável ao realizado nesta pesquisa, não se pode esquecer que a definição de funções exercidas pelas diversas classes de instituições financeiras e, mesmo, pelo setor em geral diferem de país a país. A atenção a este ponto é especialmente importante em exercícios prospectivos como este, onde se tentam antecipar trajetórias para a evolução do setor. Apenas um exemplo destas diferenças basta para ilustrar sua relevância. Na economia brasileira, uma das funções mais importantes desempenhadas pelo sistema bancário é centralizar o sistema de pagamentos entre as famílias, as empresas que lhes vendem produtos e o Estado. O uso generalizado do cheque para pagamentos de produtos em geral, tarifas públicas e impostos, com a presença física do pagador na agência bancária, é característica quase única da economia brasileira, onde formas alternativas de pagamento (como o uso de cartões de crédito ou o envio de cheques pelo correio), que envolvem menor custo de realização, são ainda pouco relevantes. A oferta deste tipo de serviços, implicando maiores custos de operação para a instituição bancária, foi atrativa durante o período inflacionário, porque maximizava a possibilidade de captação de depósitos à vista, sobre os quais se pagava juros nominais nulos ou inferiores à inflação. Isto pode ou não prosseguir sob condições de estabilidade de preços. A perda das receitas inflacionárias por parte dos bancos, naturalmente, faz com que estas instituições busquem compensação na imposição de tarifas explícitas, o que, por sua vez, gera resistências entre os usuários que podem inibir sua cobrança. Em suma, a comparação entre as diversas experiências internacionais deve levar em conta a diversidade das cestas de produtos ofertadas pelas empresas financeiras em cada país, o que, naturalmente, não é detectado pelo critério usado neste exercício.

Outra observação preliminar importante concerne à heterogeneidade das estruturas financeiras características dos países aqui considerados. Tradicionalmente, distinguem-se os sistemas financeiros baseados em mercado, como o norte-americano, daqueles baseados em crédito, como o alemão ou o japonês. Adicionalmente, reconhece-se também a distinção entre modelos segmentados - como o norte-americano, o britânico e o japonês - e os modelos de banco universal - o alemão e o suíço. Da escolha entre estes "modelos" de estruturação do sistema financeiro podem depender características muito importantes, como sua eficiência alocativa, a capacidade de apoio ao desenvolvimento econômico e à inovação tecnológica etc. Os dados apresentados no item seguinte mostram, no entanto, que tais diferenças não são importantes para a determinação do tamanho "típico" do setor financeiro. Economias dotadas de estruturas tão diferentes, quanto a americana e a alemã, têm participações do setor financeiro na renda nacional relativamente semelhantes. Por esta razão, aliada à tendência cada vez mais intensa à convergência entre os sistemas financeiros nacionais em termos de organização institucional, este elemento não foi considerado no presente exercício. Em outras palavras, o tamanho "normal" do setor financeiro (tomando-se por normal aquele observado na maioria dos casos aqui levantados, particularmente os de economias maduras e de preços estáveis) parece independer da estrutura financeira específica adotada em cada país.

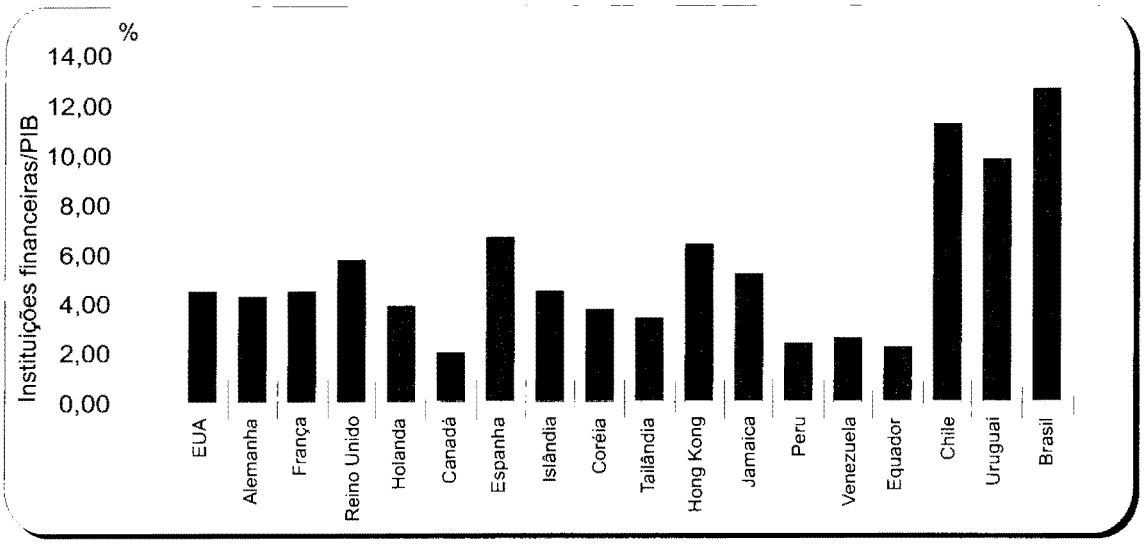
O que se segue é, de qualquer maneira, um levantamento de características macroeconômicas que distinguem ou aproximam o conjunto de experiências nacionais selecionadas. Seu valor está no auxílio ao *delineamento de cenários possíveis* para a evolução, no futuro próximo, do setor no Brasil, não na especificação do que necessariamente ocorrerá.

3.2 - Participação das Instituições Financeiras no PIB

Na primeira coluna da tabela 37 e no gráfico que se segue, estão apresentadas as participações médias das IF no PIB dos países selecionados, no período 1985/91.[11] Note-se que, à exceção de Uruguai, Chile e Brasil, estas participações enquadram-se em um intervalo relativamente estreito, entre 2% (Canadá) e 6,6% (Espanha). Neste intervalo estão incluídos países com experiências largamente divergentes por praticamente todos os critérios de análise que se possa propor: subdesenvolvidos (Peru, Equador etc.); desenvolvidos (Estados Unidos, Alemanha, França etc.); tigres asiáticos (Coréia, Tailândia e Hong Kong); economias praticamente estagnadas; países com sistemas financeiros sofisticados; e países onde as transações financeiras são incipientes etc. As exceções notáveis na amostra referem-se apenas a países de estrutura financeira relativamente avançada, com experiência recente de processos inflacionários agudos (Chile, Uruguai e Brasil) e com instituições financeiras apropriando-se de 10% ou mais do PIB.

A busca de elementos causais que expliquem este resultado levou à análise das seguintes variáveis: taxa média de inflação, taxa média de crescimento econômico, renda *per capita*, propensão a poupar, taxa de investimento, medidas de aprofundamento financeiro, como a oferta de moeda e quase-moeda e a oferta de crédito.

Gráfico 15 - Participação das instituições financeiras no PIB, segundo países selecionados - 1985-1991



FONTES - National Accounts Statistics: Main Aggregates and Detailed Tables, 1992, United Nations.IBGE, Diretoria de Pesquisas, DECNA - United Nation Economic Comission for Latin America and theCaribbean, Seccion Cuentas Nacionales, Division de Estadísticas e Proyecciones.

[11] Não foi possível calcular as médias para todos os anos citados, nesta e nas outras variáveis, para todos os países incluídos. Ver notas de rodapé da tabela 37 para a especificação das exceções.

3.3 - Tamanho do Setor Financeiro e Variáveis Selecionadas

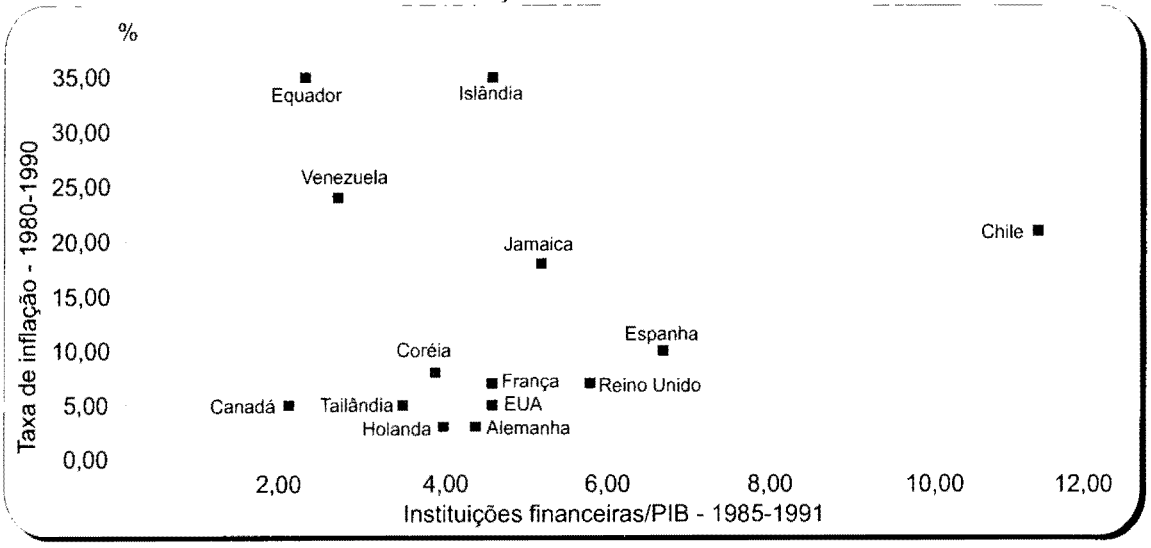
3.3.1 - Taxa de Inflação

Teoricamente, a influência da inflação sobre a atividade financeira é ambígua. Dentro de certos limites, o aumento da taxa de crescimento dos preços beneficia o setor financeiro, ao elevar a demanda nominal por ativos financeiros e a demanda transacional por moeda e quase-moedas. Se persistente e elevada, contudo, a inflação pode causar fuga de ativos financeiros denominados em moeda doméstica, promovendo a desintermediação financeira e contraindo o setor. Economias que tenham desenvolvido um sistema relativamente amplo de indexação de contratos se constituem em um terceiro caso possível.

A relação empírica, verificada nos países selecionados, entre o comportamento da inflação e a participação das IF no PIB refletiu esta ambigüidade. No gráfico 16, apesar do pequeno número de países de nossa amostra, é possível identificar pelos menos dois tipos de relação entre as duas variáveis. O grupo de países desenvolvidos (Canadá, Holanda, Alemanha, França, Estados Unidos, Reino Unido e Espanha) sugere uma relação levemente ascendente entre inflação e tamanho do setor financeiro, nos moldes da primeira das possibilidades mencionadas no parágrafo precedente. Assim, para países onde prevalece a expectativa de estabilidade de preços (expectativas inflacionárias contidas dentro de intervalos relativamente estreitos, apoiadas por compromissos antiinflacionários dos *policy-makers* e por mecanismos como o Sistema Cambial Europeu), taxas de inflação mais altas não conduzem a efeitos como fuga de moeda ou de contratos financeiros denominados em moeda doméstica. Nestas condições, o valor relativo destes contratos tende a subir com a taxa de inflação verificada nestas economias, resultando em uma tendência levemente ascendente, como a que se verifica por inspeção visual. O coeficiente de correlação entre as duas variáveis, para a subamostra de países desenvolvidos, é de 67%, exclusive a Islândia. Este último país, entre os industrializados, apresenta comportamento anômalo, com inflação média de 35% ao ano.

Em contraste, países como Peru, Venezuela e Equador apresentam reduzida participação das IF no PIB. No caso do Peru, é de se supor que o processo hiperinflacionário da década de 80 tenha contribuído para reduzir a importância de instituições financeiras em um sistema em si relativamente primitivo. A aceleração inflacionária, neste caso (como parece ter sido também o caso da Bolívia), simplesmente conduz à fuga da moeda e à contração do setor financeiro. Não incluídos no gráfico 16, em função das taxas de inflação verificadas, que o tornariam ininteligível, países como Uruguai e Brasil, mais o Chile (incluído), viveram experiências inflacionárias de intensidade alta, ainda que variável, mas foram capazes, através de arranjos institucionais diversos, de adaptar, até certo ponto, a operação de suas instituições financeiras a esta conjuntura. Nestes casos, o sistema financeiro é relativamente grande, reproduzindo, ainda que em escala incomparavelmente maior, o ocorrido em países de economia estável. A introdução de programas de estabilização tem induzido o setor financeiro à contração de forma gradual.

Gráfico 16 - Média da taxa de inflação anual X Média da participação das instituições financeiras no PIB



FONTES - International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994 - National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nations, 1994.

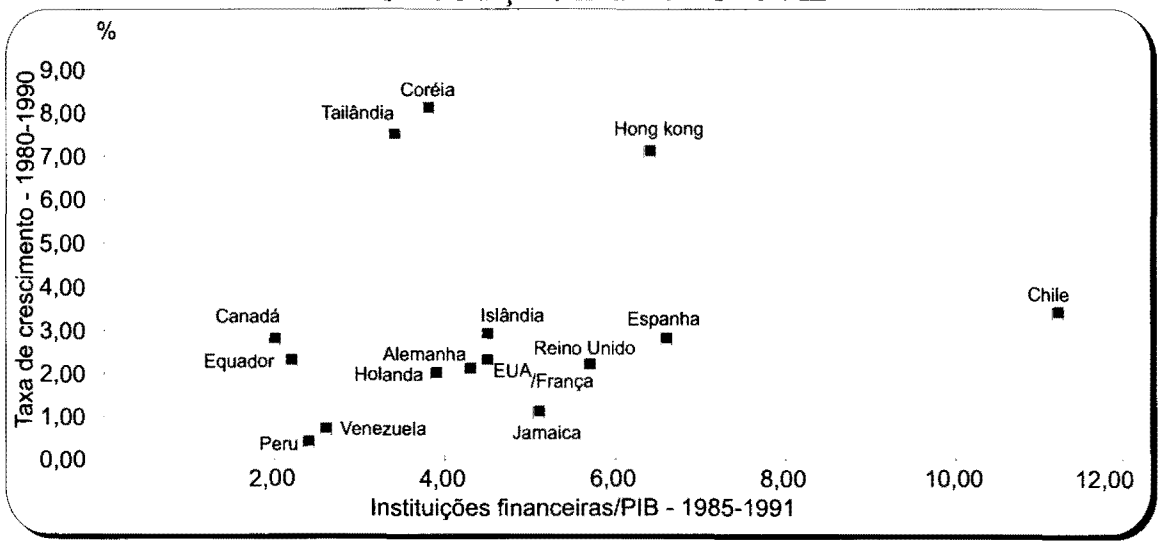
Em suma, a adoção de processos de estabilização em países de economia mais avançada, como os do Cone Sul da América do Sul, que sofreram processos inflacionários mais agudos, implicou o redimensionamento do setor financeiro destas economias. A contração do setor, contudo, não forçou a redução do tamanho aos intervalos verificados nas economias mais avançadas. Na verdade, tanto no Chile quanto no Uruguai, onde a inflação tem sido combatida com métodos gradualistas, mantendo-se relativamente elevada por muito tempo, o tamanho do setor financeiro permaneceu distintamente maior do que no resto da amostra, 11,2 e 9,8%, respectivamente. No caso do Brasil, a inflação anual foi drasticamente reduzida para a casa dos 20% no primeiro ano do plano de estabilização, para serca de 15% no segundo, esperando-se, para 1997, algo em torno de um dígito. Nessas condições, a manter-se tal tendência, a participação do setor financeiro no PIB brasileiro deve situar-se significativamente abaixo da verificada no Uruguai ou Chile.

3.3.2 - Taxa de Crescimento

A hipótese investigada é a de que taxas maiores de crescimento estivessem correlacionadas com maior mobilização de poupança e, assim, maior atividade no setor financeiro. Esta expectativa não foi confirmada pela amostra selecionada, como se vê claramente no gráfico 17. As economias que experimentaram crescimento mais rápido, os tigres asiáticos, aqui representados por Coréia, Hong Kong e Tailândia, não mostram uma participação das IF no PIB maior do que o restante das economias investigadas, todas elas de crescimento medíocre ou mesmo estagnadas. O crescimento econômico pode estar sendo financiado por acumulação interna das firmas (lucros retidos e provisões) nos países mais dinâmicos, minimizando a transferência de recursos das unidades poupadoras para as investidoras. Outra possibilidade, é o recurso ao financiamento via fontes externas ao país, especialmente via investimentos diretos, incentivando a atividade em mercados financeiros externos em detrimento dos domésticos. Finalmente, para ao menos alguns dos países de maior crescimento, o seu financiamento pode estar se dando através da

oferta de créditos subsidiados a setores selecionados, de acordo com metas de política industrial. Em todas estas possibilidades, a taxa de crescimento da economia pode variar sem maiores reflexos sobre a apropriação da renda por instituições financeiras.

Gráfico 17 - Média da taxa de crescimento do PIB real X Média da participação das instituições financeiras no PIB



FONTES - International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994 - National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nations, 1994.

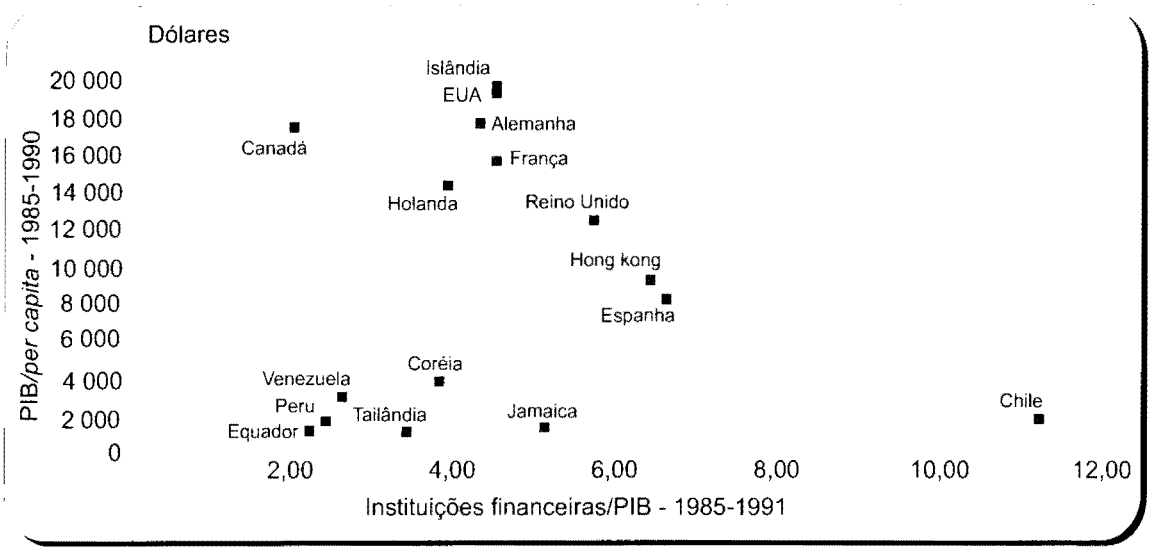
Por outro lado, a década selecionada, os anos 80, foi um período difícil para as economias industrializadas, marcadas pela predominância de políticas macroeconômicas restritivas, voltadas para o combate à inflação, aumento de desemprego, redução de produtividade etc. De qualquer modo, mesmo levando-se em conta estas qualificações, resta o fato de que os países asiáticos selecionados foram capazes de alcançar as maiores taxas de crescimento econômico, superiores a 7% anuais para toda a década, com um setor financeiro relativamente pequeno, especialmente no caso de Coréia e Tailândia. Assim, com relação a esta variável, os resultados ilustram principalmente a variedade possível de arranjos institucionais compatíveis com a manutenção das taxas de crescimento econômico que se desejar. A taxa de crescimento verificada no Brasil na mesma década, bastante medíocre (2,2%), se mantida, não criaria nenhuma demanda especial em termos de tamanho do setor financeiro. Por outro lado, este crescimento poderia ser acelerado para qualquer taxa viável, sem que isto exigisse, *prima facie*, expansão ou contração do setor.

3.3.3 - Renda per Capita

É sabido que o crescimento da renda modifica os padrões de demanda dos agentes econômicos, de acordo com a elasticidade-renda da demanda pelos diversos tipos de bens e serviços. Serviços financeiros são usualmente considerados bens superiores, isto é, deveriam ter sua demanda acrescida mais que proporcionalmente aos acréscimos verificados de renda. Seria de se esperar, assim, uma relação definida entre a parcela do PIB dedicada à produção de serviços financeiros e o nível de renda médio destas sociedades.

Os dados coletados mostram, efetivamente, uma relação definida entre as duas variáveis para um subgrupo de países, como mostra o gráfico 18. Enquanto os países de renda*per capita* mais baixa não apresentam qualquer conexão sistemática entre eles, verificando-se grande diversidade de tamanhos do setor financeiro para um mesmo intervalo de renda*per capita*, os países desenvolvidos mostram claramente uma relação inversa entre renda*per capita* e dimensão do setor. A correlação negativa poderia parecer paradoxal, mas é explicada por dois fatores: primeiro, mantendo-se a elasticidade-renda maior que a unidade para qualquer nível de renda*per capita*, a produtividade do setor financeiro pode se correlacionar positivamente com aquela variável; segundo, serviços financeiros são bens superiores até um certo nível de renda*per capita*, além do qual a demanda dos agentes se redireciona prioritariamente para outros serviços (saúde, lazer etc.). Na primeira possibilidade, a demanda por serviços financeiros não se reduz em proporção do PIB, mas o seu suprimento exige a apropriação em escala decrescente da capacidade produtiva do país. O bem é superior, mas sua oferta se dá com retornos crescentes de escala, exigindo, portanto, menor parcela do PIB. Na segunda, para além de um certo nível de renda, a demanda por serviços financeiros passa a crescer a taxas decrescentes, substituída por outros serviços.

Gráfico 18 - Média do PIB *per capita* X Média da participação das instituições financeiras no PIB



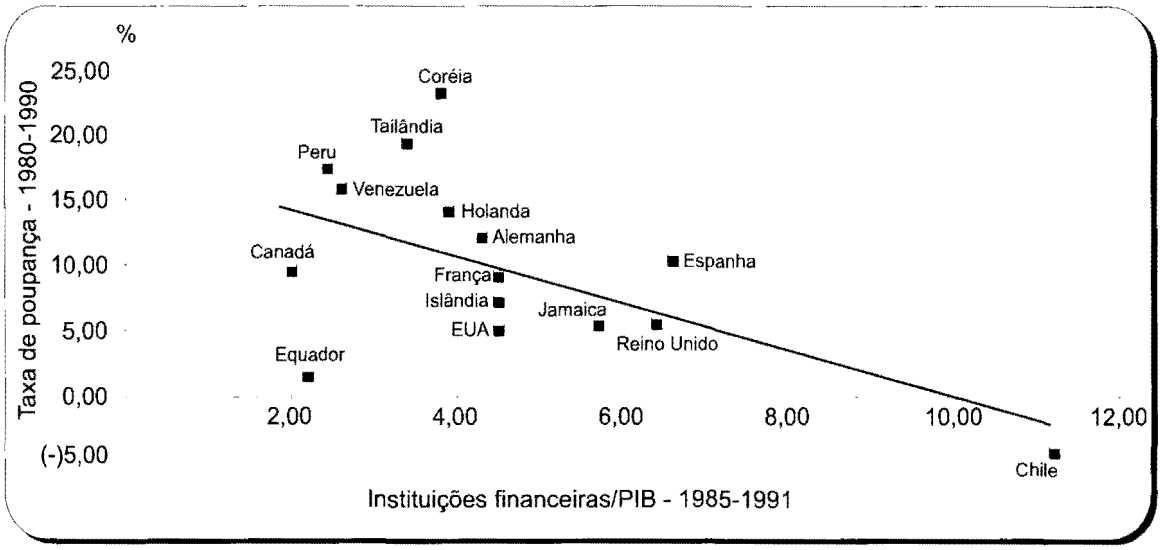
FONTES - Statistical Yearbook, forthieth issue, United Nations, 1995; 1994 - National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nations, 1994.

De qualquer modo, o Brasil encontra-se no primeiro grupo de países e aqui, novamente, não parece haver qualquer indicação de existência de um tamanho *ótimo* para o setor financeiro, dada nossa renda*per capita*.

3.3.4 - Taxa de Poupança

Aqui encontramos, talvez, o resultado mais contra-intuitivo. A *priori*, seria de se esperar uma relação positiva entre as duas variáveis: uma maior taxa de poupança corresponderia a um maior volume de atividade financeira e, assim, a uma maior dimensão relativa do setor. No entanto, encontrou-se uma correlação claramente negativa entre o tamanho do setor financeiro e a propensão a poupar das economias selecionadas (gráfico 19), invalidando a hipótese inicial. Uma regressão linear simples entre as duas variáveis mostraria um coeficiente de explicação de cerca de 33%[12]. A correlação negativa, contudo, tem explicação relativamente simples. Déficits públicos, resultantes do excesso de dispêndio do Governo sobre suas receitas de impostos, são equivalentes a atos de despoupança. A verificação de déficits públicos significativos, portanto, reduz a taxa de poupança de uma economia. Porém, o financiamento destes déficits exige a colocação de papéis que estimulam a operação das instituições financeiras. Deste modo, a taxa de poupança é, na verdade, um indicador pobre da demanda por serviços financeiros.

Gráfico 19 - Média da propensão a poupar X Média da participação das instituições financeiras no PIB



FONTE - National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nations, 1994.
Nota - $y = -1,8021x + 18,073$; $R^2 = 0,3282$

De fato, a verificação de déficits públicos no passado recente (anos 70) foi fator decisivo de desenvolvimento e/ou expansão de mercados e operações financeiras em vários países, notadamente Alemanha e Japão. Já a posição do Chile, que pode parecer surpreendente (tabela 37), deve-se ao fato de que nossos dados sobre aquele país, no que se refere à taxa de poupança, referem-se à primeira metade dos anos 80, quando uma grave crise bancária obrigou o governo a intervir em ampla escala, gerando pesados déficits públicos que resultaram em taxas negativas de poupança.

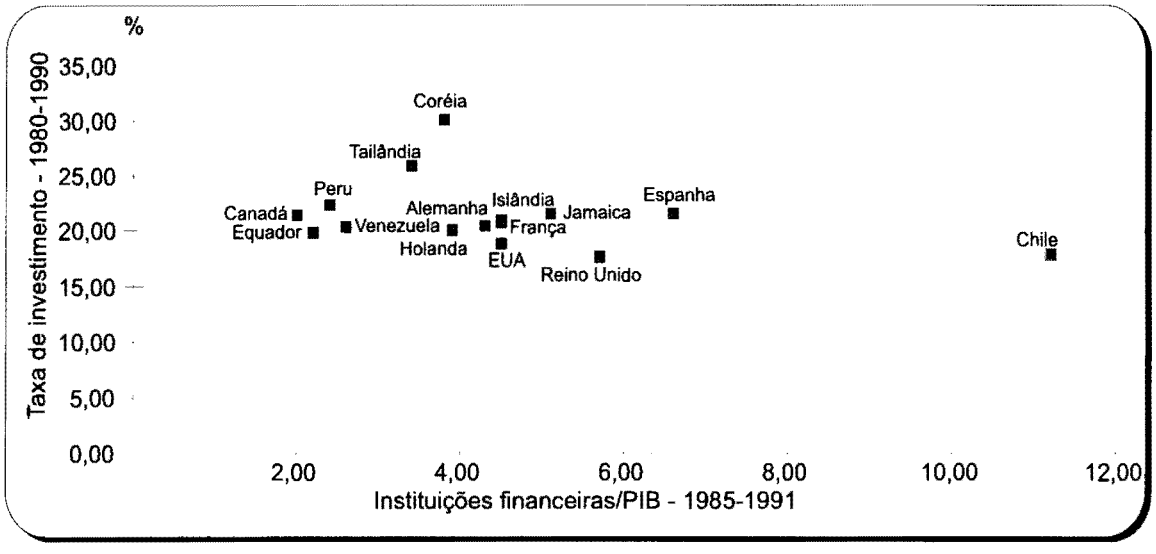
No caso do Brasil, que mostra uma taxa de poupança relativamente alta, novamente o que será preciso é uma conversão do setor financeiro para operar no financiamento do setor privado, não necessariamente uma mudança no volume de operações.

[12] Neste caso estamos excluindo o Chile da amostra.

3.3.5 - Formação Bruta de Capital Fixo

A hipótese de partida neste caso é semelhante à proposta nos itens 3.3.2 e 3.3.4. Tenta-se, em suma, investigar uma possível relação entre o potencial de acumulação de capital e, assim, de crescimento econômico, e o tamanho do setor financeiro. De forma talvez ainda mais clara, verifica-se, na amostra selecionada, uma completa falta de padrões regendo esta relação (gráfico 20). Há aglomerações de países em torno de certas combinações de valores, cuja caracterização, contudo, não revela nenhuma lógica. Assim, Canadá, Peru, Equador e Venezuela exibem relações semelhantes, do mesmo modo que Holanda, França, Islândia, Alemanha e Jamaica. Os países restantes espalham-se pelo espaço do gráfico[13].

Gráfico 20 - Média da formação bruta de capital fixo X Média da participação das instituições financeiras no PIB



FONTES - International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994 - National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nations, 1994.

No Brasil, a aceleração do crescimento econômico é certamente uma meta de política econômica para os próximos anos, embora o combate à inflação imponha limites à taxa de expansão possível. O crescimento exigirá provavelmente um aumento da taxa de investimentos, embora a informação disponível, de acordo com o *International Financial Statistics*, do FMI, seja a de uma taxa de investimento relativamente alta no período 1980/90. No entanto, esta meta não sinaliza nenhuma demanda importante ao setor financeiro do País.

[13] É preciso tomar esses cálculos com alguma reserva, dada a especial classe de distorções que situações de alta inflação podem introduzir na medida desta variável, atestada pela diversidade de resultados obtidos quando a razão FBKF/PIB é calculada a preços correntes ou a preços constantes.

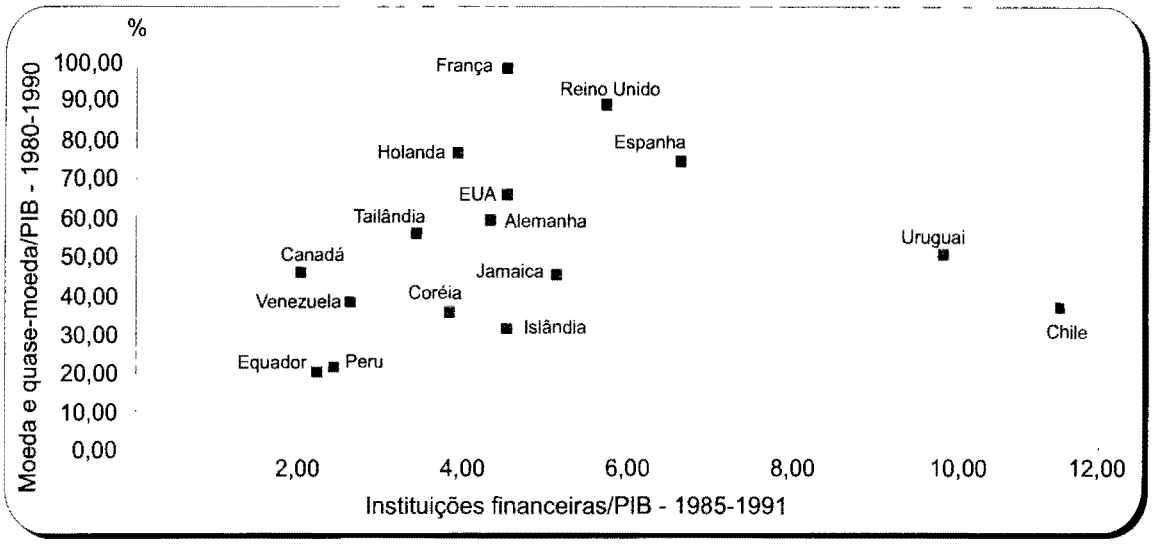
3.3.6 - Moeda e Quase-Moeda

Esta variável, como a discutida no item seguinte, mede o grau de *aprofundamento financeiro* da economia, isto é, a importância das transações financeiras em relação às transações globais de cada economia. A primeira relação, entre moeda e quase-moeda e o valor do PIB, seria um indicador da extensão em que a operação da economia se vale dos serviços financeiros, na criação de meios de pagamento e de ativos de curto prazo. A segunda relação, entre crédito e PIB, será examinada no próximo item.

A análise das informações coletadas (gráficos 21 e 22) impõe novamente a distinção entre economias que experimentaram situações prolongadas de inflação elevada (como Chile, Uruguai e Brasil) e aquelas caracterizadas seja pela estabilidade de preços de longo termo seja pela experiência de situações inflacionárias explosivas, mas de curta duração, como o Peru. Excetuando-se o primeiro grupo, há uma relação bastante clara entre o grau de utilização de moeda e quase-moeda (papel moeda, depósitos à vista e substitutos próximos) e a dimensão do setor financeiro. Como se mostra no gráfico 22, uma regressão linear simples entre ambas as variáveis alcançaria um coeficiente de explicação de 40%. A monetização crescente da economia, em condições de estabilidade, requer um setor financeiro de dimensões suficientes para atender esta demanda. Países dotados de setor financeiro mais primitivo apresentam graus de monetização baixos. Este argumento é, porém, claramente inadequado ao caso canadense, no segmento inferior da reta ajustada, embora com um significativo desvio para cima.

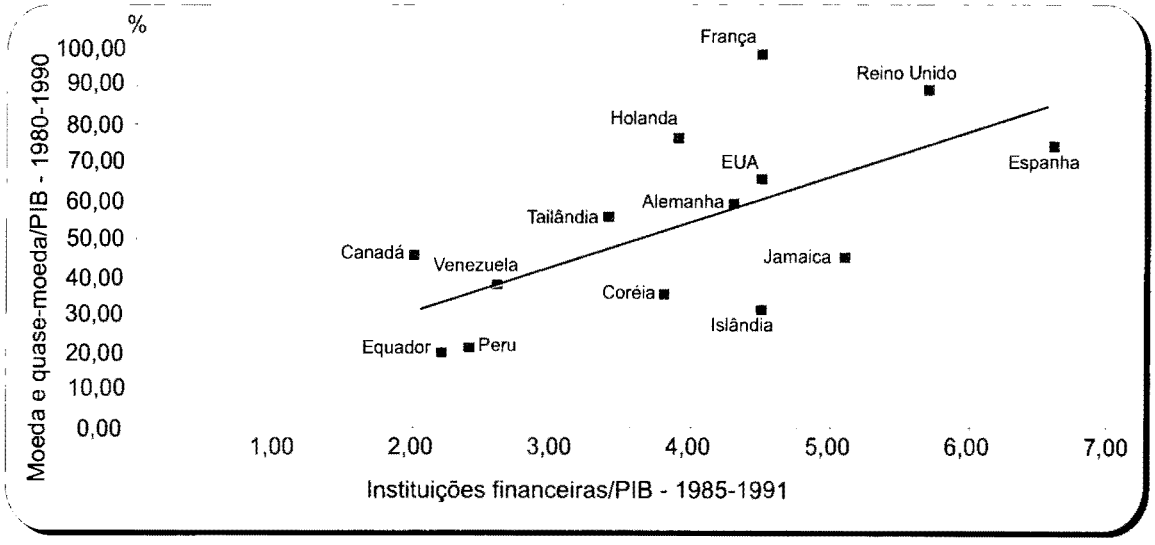
Os países emergentes de situações de inflação alta e prolongada, por sua vez, mostram comportamento específico (gráfico 21). Uruguai e Chile têm setores financeiros grandes, mas baixos índices de monetização. Também o Brasil se enquadraria neste grupo, com uma relação moeda e quase-moeda/PIB da ordem de 14,1% no período considerado (tabela 37), o menor resultado de toda a amostra. O retorno a uma normalidade caracterizada pela estabilidade de preços certamente acarreta um aumento considerável desta relação. As metas inflacionárias fixadas para o futuro imediato, entre 10 a 15% em 1996 e algo menos que 10% a partir de 1997, se factíveis, nos levariam a esperar que a relação entre moeda e quase-moeda e o PIB subisse para algo entre 40 e 50% do PIB (gráfico 23). Em economias não-inflacionárias, porém, este grau de monetização não requer um setor financeiro que se aproprie de muito mais do que 5% do PIB. Isto nos sugere uma nova faceta do processo de ajuste que se pode esperar do setor: a produção de ativos líquidos, isto é, de ativos transacionais, deve ser agudamente aumentada, ao mesmo tempo em que a dimensão do setor deve ser reduzida ou, no máximo, mantida, como tem sido a experiência dos países egressos de situações de alta inflação.

Gráfico 21 - Média da moeda e quase-moeda sobre o PIB X Média da participação das instituições financeiras no PIB



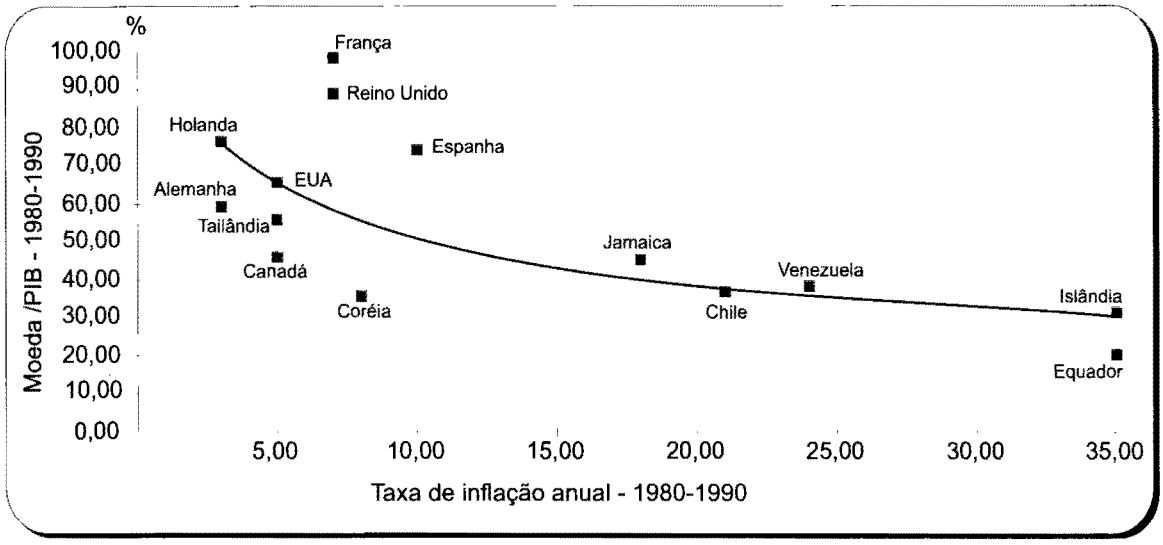
FONTE - National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nations, 1994.

Gráfico 22 - Média da moeda e quase-moeda sobre PIB X Média da participação das instituições financeiras no PIB - exclusive Uruguai e Chile



FONTES - International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994 - National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nations, 1994.
NOTA - $y = 11,422 + 8,9001$; $R^2 = 0,4032$.

Gráfico 23 - Média da moeda e quase-moeda sobre o PIB X Média da taxa de inflação anual

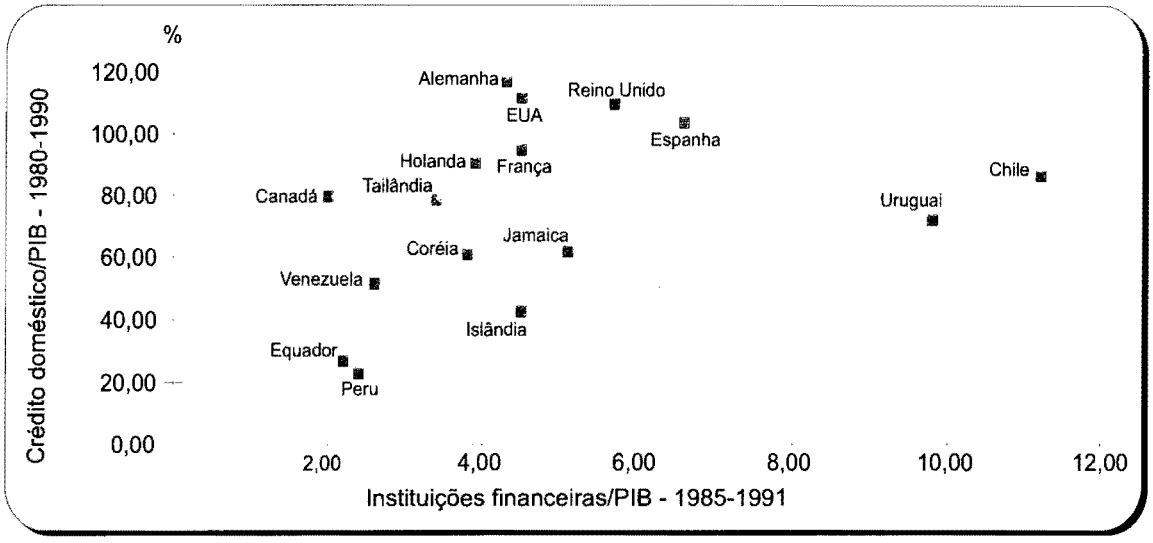


FONTE - International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994.
NOTA - $y = 117{,}68\ x^{-0{,}3742}$; $R^2 = 0{,}513$.

3.3.7 - Crédito Doméstico

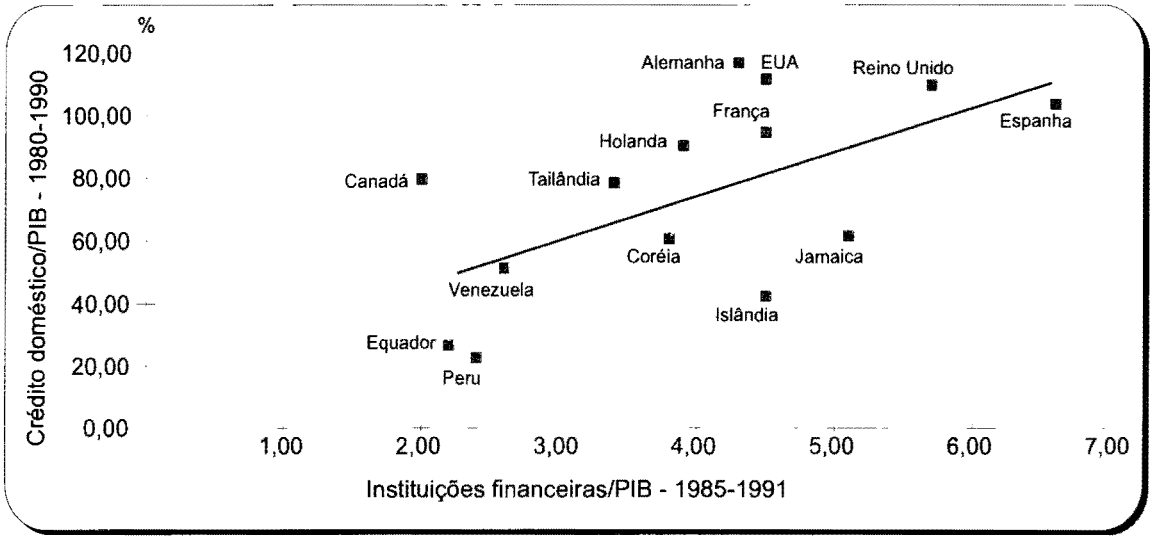
Lógica e resultados semelhantes aos anteriores são válidos também para a relação entre oferta de crédito e PIB (gráficos 24 e 25). Neste caso, o aprofundamento financeiro é indicado pelo grau em que as transações econômicas são financiadas pela criação (ou intermediação) de crédito pelo setor financeiro. Este indicador pode alcançar valores superiores a 100% do PIB, dado que transações intermediárias são financiáveis por crédito tanto quanto transações com demanda final. De fato, nos países industrializados, esta relação só é inferior a cerca de 80% no caso da Islândia, sendo também relativamente elevada na Tailândia e Coréia, países de intenso crescimento. Como no caso da moeda e quase-moeda, os países emergentes de processos inflacionários prolongados mostram comportamento específico, com oferta de crédito relativamente baixa para a dimensão do setor financeiro que possuem (gráfico 24). Para os restantes, a relação entre oferta de crédito e dimensão do setor financeiro é bastante significativa, com um coeficiente de explicação de 37% para uma regressão linear simples entre as duas variáveis (gráfico 25).

Gráfico 24 - Média do crédito doméstico sobre o PIB X Média da participação das instituições financeiras no PIB



FONTES - International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994 - National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nations, 1994.

Gráfico 25 - Média do crédito doméstico sobre o PIB X Média da participação das instituições financeiras no PIB - exclusive Uruguai e Chile



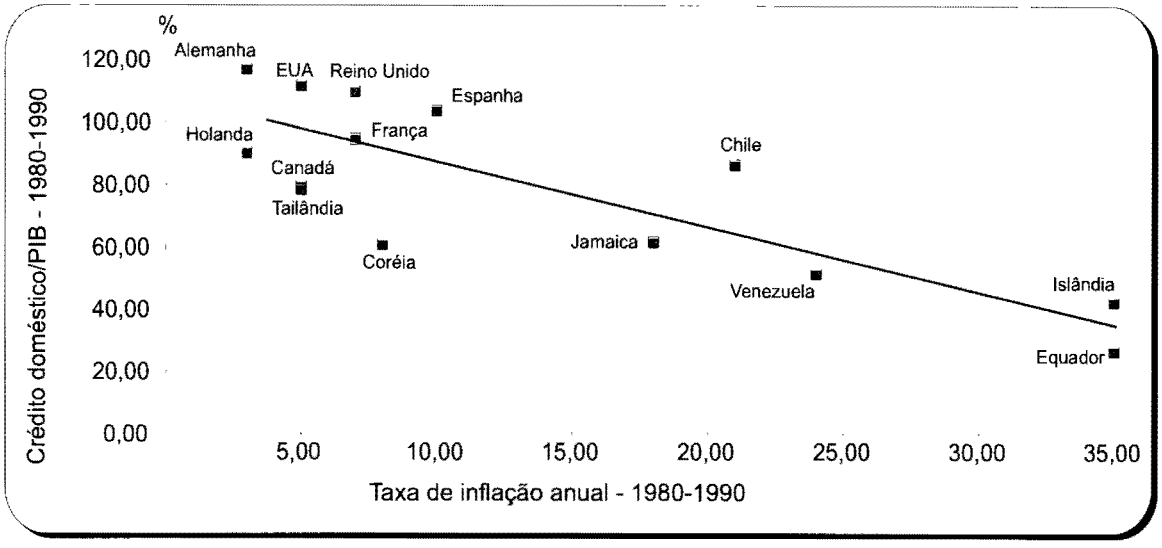
FONTES - International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994 - National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nations, 1994.
NOTA - $y = 14{,}112x + 19{,}122$; $R^2 = 0{,}3709$.

O Brasil, de acordo com os dados estimados para os anos 80, também apresentava uma baixa relação entre oferta de crédito e PIB, superior apenas, entre os países selecionados, a Equador, Peru e Islândia. Dados não diretamente comparáveis aos apresentados aqui, apontados no *66th Annual Report* do Banco de Compensações Internacionais - BIS, mostram a mesma situação: a relação entre crédito bancário ao setor privado e o PIB de 26%, em 1994, superior à da

Argentina (18%) e da Venezuela (9%), que vive uma crise bancária profunda e prolongada, mas bastante inferior à do Chile (47%) e México (46%) e de países desenvolvidos, como os Estados Unidos (63%), Alemanha (99%) e Japão (117%). Também dados sobre o mercado de papéis, constantes do mesmo relatório, mostram um espaço considerável para a expansão da atividade financeira no Brasil: enquanto a razão entre o valor do estoque existente de títulos e o PIB no País em 1994 era de 67%, no Chile era de 156%, no México 74%, e superior a 100% na Coréia, Malásia, Tailândia e Taiwan, além dos Estados Unidos, Japão e Alemanha.[14]

Como no item precedente, é possível estabelecer uma relação entre oferta de crédito e comportamento da inflação. A relação entre estas variáveis é, aliás, mais significativa que a estabelecida entre moeda/quase-moeda e PIB, alcançando um coeficiente de explicação de 65% (gráfico 26). Por ela, vê-se que taxas de inflação desejadas na faixa de 10 a 15% anuais seriam compatíveis com uma significativa expansão da utilização de crédito no financiamento das transações econômicas, algo em torno de 80% do PIB. Assim, também com relação a este outro indicador de atividade financeira, é razoável esperar, no caso brasileiro, uma intensificação da atividade das instituições financeiras concomitantemente à redução de suas dimensões. Indicação semelhante seria dada pela relação entre taxa de crescimento do PIB real e a relação entre a oferta de crédito e o PIB (gráfico 27).

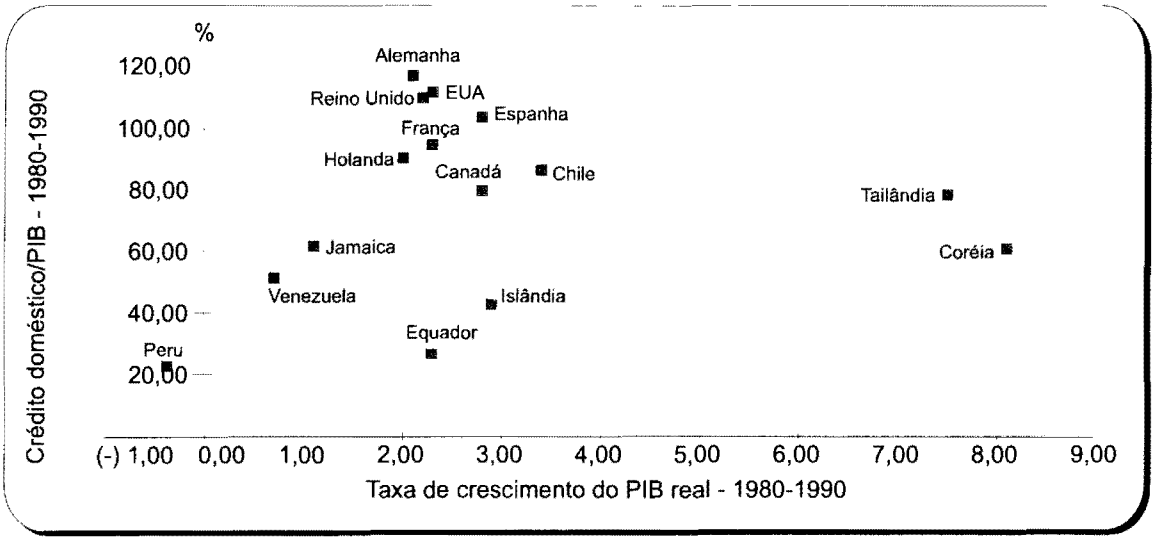
Gráfico 26 - Média do crédito doméstico sobre o PIB X Média da taxa de inflação anual



FONTE - International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994.
NOTA - $y = -1,969x + 105,77$; $R^2 = 0,6549$.

[14] Estas informações e as anteriores constam das tabelas VII.2 e VII.5 do referido relatório, às páginas 121 e 126, respectivamente.

Gráfico 27 - Média do crédito doméstico sobre o PIB X Média da taxa de crescimento do PIB real



FONTE - International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994.

3.4 - Conclusão

Os exercícios realizados autorizam algumas conclusões a respeito da trajetória esperada de ajuste do setor financeiro brasileiro a condições de estabilidade, *na extensão em que a experiência internacional pode nos servir de guia.*

O processo de ajuste pelo qual deve passar o setor financeiro no futuro diz respeito mais à sua capacidade de oferecer serviços ao público do que à redução de seu tamanho. O processo de estabilização de preços no Brasil está sendo mais drástico do que o vivido pelo Chile e Uruguai, criando a expectativa de contração mais intensa do setor do que a verificada naqueles países, ainda que a redução alcançada em 1995 tenha sido, pelo menos em parte, devida à dura política monetária adotada para controle da demanda agregada e preservação do plano de estabilização. É na provisão de serviços financeiros, contudo, que o setor deve passar por um ajuste mais intenso. O grau de monetização da economia e a disponibilidade de crédito em relação ao PIB são claramente inferiores ao normal, julgado pela experiência internacional. A oferta de serviços financeiros deve, portanto, crescer, ao mesmo tempo em que a apropriação da renda pelo setor deve diminuir, ainda que, possivelmente, de modo menos intenso do que alguns supõem. Esta perspectiva coloca exigências importantes em termos da produtividade do setor financeiro, característica analisada no próximo capítulo.

4 - Setor Bancário Brasileiro Depois da Alta Inflação: Características e Perspectivas

4.1 - Introdução

Do capítulo anterior, resultaram duas grandes hipóteses para se delinear as perspectivas que se abrem para o setor financeiro brasileiro no curto prazo, caso se mantenha, como é expectativa geral, a situação de baixa inflação obtida pelo Plano Real e na medida em que a experiência internacional nos sirva de guia:

1. A participação do setor financeiro na renda nacional deverá se contrair de forma permanente em relação à média calculada pelo IBGE para o período 1990/95, superior a 11%, tendendo, em uma perspectiva de mais longo prazo, num processo cuja duração depende de decisões de política econômica, a declínio, de modo a se aproximar da média apresentada pelos casos pesquisados.

2. A oferta de produtos financeiros, medida, por exemplo, pela relação crédito/PIB ou estoque de moeda/PIB, deve ser ampliada para níveis significativamente superiores aos atuais.

Para que estas hipóteses se confirmem, o setor financeiro terá de sofrer duplo ajuste, produzindo mais serviços com uma receita menor.

Duas posições, atualmente, polarizam o debate em torno da natureza deste processo de ajuste. Para alguns, *o número de instituições financeiras* é excessivo, aumentado artificialmente pelas oportunidades abertas pela alta inflação, e terá de ser reduzido para que sobrevivam apenas aquelas instituições preparadas para operar em ambiente de estabilidade. Outros defendem que as distorções causadas pela inflação decorrem do *excesso de agências*, especialmente agências bancárias, abertas para possibilitar a captação de depósitos à vista, cuja atratividade se reduziu drasticamente com o fim da inflação alta. As informações a seguir não permitem apoiar uma ou outra posição. *Busca-se, em contraste, caracterizar o setor, de modo a identificar a vulnerabilidade relativa de diferentes categorias de bancos ao processo de ajuste.* Para tanto, são utilizadas informações de três fontes diferentes: dados provenientes do Banco Central, cobrindo características do processo físico de "produção" dos serviços bancários, aqui representados pelo número de contas ativas de depósitos; dados produzidos pelo IBGE, a partir das informações fornecidas pelo Banco Central para cálculo do setor financeiro nas contas nacionais; e dados de balanço de instituições específicas, levantados pelo grupo Gazeta Mercantil. O objetivo é conhecer detalhes da estrutura do setor e do desempenho relativo de seus segmentos, com ênfase no contraste entre a situação dos bancos públicos e privados, desagregando-se, ainda, estas categorias, em bancos nacionais, estrangeiros etc., quando existirem dados disponíveis.

Na primeira seção, procede-se a uma caracterização do setor em termos dos insumos de sua "função de produção". As informações para o ano de 1995 e início de 1996, obtidas junto ao Banco Central, nos permitem uma análise muito aproximada desta função, a partir de dados sobre emprego, número de agências (utilizada como *proxy* para a utilização de capital), e número de

contas ativas (*proxy* para o produto "físico" do setor[15]). A descrição dos segmentos público e privado do setor bancário é feita considerando estes dados. No item seguinte, estas informações, complementadas por dados desta pesquisa, são utilizadas para a elaboração de cálculos de produtividade dos diversos segmentos no ano de 1995. O item 4.2.3 discute o comportamento dos custos de produção nos dois segmentos. Finalmente, no item 4.2.4, os dados de balanços publicados pelo jornal Gazeta Mercantil são utilizados para cálculos do grau de alavancagem, rentabilidade e fragilidade do setor. Uma seção conclusiva encerra este capítulo.

4.2 - O Setor Bancário: Dados "Físicos"

Três elementos serão considerados nesta seção, a fim de descrever a estrutura do setor bancário: número de empregados, de agências e de contas ativas, por classe de propriedade (pública, composta por bancos federais e estaduais, e privada, constituída por bancos privados nacionais e instituições com participação estrangeira em diversos graus, aqui referidas como "outras"). As informações apresentadas nesta seção, como na seguinte, constam na tabela 38.

4.2.1 - Emprego

Em março de 1995, o setor bancário empregava 704.246 pessoas, número que caiu para 635.877 pessoas um ano depois. A redução do volume de emprego durante estes primeiros meses do Plano de Estabilização, de pouco mais de 68 mil funcionários, deu-se principalmente no segmento público (45.050 empregados). Em abril de 1996, este segmento emprega 58,7% da força de trabalho do setor. As empresas bancárias privadas, ao que tudo indica, já haviam promovido ajustes drásticos de sua força de trabalho em outras tentativas de estabilização, notadamente no Plano Cruzado. A contração do número de funcionários no setor não foi, contudo, regular, a não ser no segmento de bancos públicos estaduais, cujo nível de emprego diminuiu em todos os trimestres informados. Nos outros segmentos, o nível de emprego oscila: os bancos privados nacionais chegam a aumentar seu número de funcionários ao final de 1995. Nos bancos com participação estrangeira ("outros") o nível de emprego em abril de 1996 é ligeiramente superior ao de março de 1995 (gráfico 28).

4.2.2 - Número de Dependências

O segmento com o maior número de dependências em 1995 é o de bancos privados nacionais, seguido pelos bancos públicos federais. Apesar da suspeita de que o número de dependências bancárias no País possa ser excessivo, não se verificou nenhuma mudança notável neste particular no ano de 1995. Em dezembro de 1994, havia um total de 17.939 dependências bancárias no Brasil. Em abril de 1996, este número era ligeiramente inferior: 17.912 dependências. No mesmo sentido, a distribuição da rede de dependências entre os diversos segmentos manteve-se estável (gráfico 29). Mesmo o desaparecimento de alguns grandes bancos privados ou a intervenção em bancos estaduais não implicou, até agora, nenhum movimento significativo de fechamento de agências. Os bancos cujo controle foi transferido para outros grupos tiveram suas agências absorvidas pelos compradores, que as mantiveram, até o presente, abertas, ou,

[15] Infelizmente não dispomos de informações sobre o volume de contratos de crédito realizados por estas instituições, que nos permitiriam avaliar de modo mais adequado a produtividade do setor. Isto é particularmente sensível, por exemplo, quando se tem em mente que a abertura de depósitos não se constitui em prioridade para bancos de atacado.

pelo menos, não oficializaram seu fechamento. Completada a transferência de propriedade, porém, é de se esperar algum movimento de racionalização e fechamento de dependências redundantes. Do mesmo modo, bancos oficiais, inclusive o Banco do Brasil, anunciam reiteradamente sua intenção de reduzir seu número de agências. Como os dados mostram, porém, até o início de 1996, praticamente nada neste sentido ocorreu.

4.2.3 - Emprego por Agência

Os bancos com participação estrangeira são o segmento mais "trabalho-intensivo" do setor, com o maior volume de empregados por agência. O setor com o menor número de empregados por dependência é o de bancos privados nacionais. Durante a maior parte de 1995, verifica-se um movimento de redução desta relação em todos os segmentos (gráfico 30), embora no grupo de bancos com participação estrangeira esta mudança seja marginal (de 50 trabalhadores por agência para 49). Nos outros três segmentos (públicos federais e estaduais e privados nacionais) a redução é mais consistente. Uma hipótese sugerida por estes dados é a de que o coeficiente de emprego nos bancos com participação estrangeira seja mais estável do que nos outros segmentos dada a natureza dos negócios destes bancos, normalmente voltados para a administração de portfólios de um número relativamente pequeno de clientes com altas rendas. Este tipo de produto exige uma força de trabalho relativamente grande e bem qualificada, com pequeno grau de redundância. Por outro lado, como se verá a seguir, a captação de depósitos não se constitui em prioridade para estes bancos, que, nesta hipótese, possuiriam uma força de trabalho mais insensível à flutuação das receitas inflacionárias. Nos outros três segmentos, mais voltados para a captação de depósitos, o fim da alta inflação pode ter causado certa redundância no emprego tanto quanto no número de agências. Pode-se supor, porém, que o custo de fechamento de agências seja muito maior que o de dispensa de funcionários, conformando um movimento como o que se vê no gráfico 30. Se esta hipótese for correta, a racionalização de atividades e redução do número de agências no futuro próximo poderia fazer a relação empregados/agência aumentar novamente, dependendo da estratégia de operação das instituições operando em cada segmento.

4.2.4 - Contas Ativas

Apesar de alguma expectativa de aumento no número de contas ativas no sistema bancário, em função da remonetização da economia, o gráfico 31 não mostra nenhuma tendência mais definida neste sentido. Os bancos privados nacionais, que detêm o maior número de contas ativas do sistema, apresentaram comportamento oscilante entre dezembro de 1994 e abril de 1996. Os bancos públicos estaduais perderam contas na primeira metade do período, mantendo estável sua posição em seguida. Este movimento pode estar ligado a uma perda de clientes após a intervenção em bancos como o Banespa e o Banerj, ao final de 1994. O mesmo comportamento se dá, mas em menor grau, nos bancos federais. Os bancos com participação estrangeira detêm apenas uma pequena fração das contas ativas. No geral, o quadro parece resultar do choque de duas tendências opostas: por um lado, a remonetização deveria aumentar a demanda do público por depósitos, criando novas contas ou reativando antigas; por outro, a tendência crescente à cobrança de tarifas explícitas por serviços bancários desestimula o recurso aos bancos e a operação com contas correntes.

Tabela 38 - Dados "físicos" e indicadores de produtividade das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1994-1996

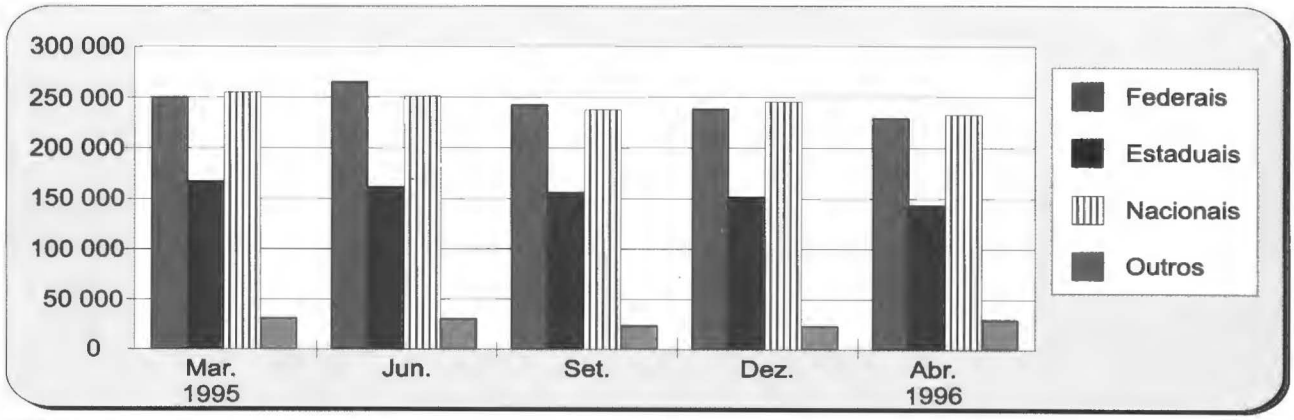
Bancos	Dados "físicos"			(A)/(C)	(B)/(C)	(B)/(A)
	Empregados (A)	Contas ativas (B)	Dependências (C)			
Dezembro de 1994 (1)						
Públicos		19 872 792	9 974		1 992	
Federais		7 971 752	5 989		1 331	
Estaduais		11 901 040	3 985		2 986	
Privados		17 192 290	7 965		2 158	
Nacionais		16 567 888	7 316		2 265	
Outros		624 402	649		962	
Março de 1995						
Públicos	418 035	18 782 034	9 971	42	1 884	45
Federais	250 413	8 069 091	5 986	42	1 348	32
Estaduais	167 622	10 712 943	3 985	42	2 688	64
Privados	286 211	16 486 759	7 948	36	2 074	58
Nacionais	254 731	15 879 694	7 313	35	2 171	62
Outros	31 480	607 065	635	50	956	19
Junho de 1995						
Públicos	427 047	17 360 064	9 969	43	1 741	41
Federais	265 274	7 762 165	5 988	44	1 296	29
Estaduais	161 773	9 597 899	3 981	41	2 411	59
Privados	281 509	16 324 991	7 970	35	2 048	58
Nacionais	250 839	15 753 840	7 346	34	2 145	63
Outros	30 670	571 151	624	49	915	19
Setembro de 1995						
Públicos	399 450	17 294 512	9 873	40	1 752	43
Federais	242 675	7 728 152	5 886	41	1 313	32
Estaduais	156 775	9 566 360	3 987	39	2 399	61
Privados	261 248	14 567 668	7 511	35	1 940	56
Nacionais	237 277	14 236 952	7 019	34	2 028	60
Outros	23 971	330 716	492	49	672	14
Dezembro de 1995						
Públicos	390 325	17 253 939	10 011	39	1 723	44
Federais	238 297	7 571 453	6 026	40	1 256	32
Estaduais	152 028	9 682 486	3 985	38	2 430	64
Privados	269 011	16 035 765	7 854	34	2 042	60
Nacionais	245 450	15 699 606	7 369	33	2 130	64
Outros	23 561	336 159	485	49	693	14
Abril de 1996						
Públicos	372 985	17 000 493	9 950	37	1 709	46
Federais	229 453	7 471 616	5 991	38	1 247	33
Estaduais	143 532	9 528 877	3 959	36	2 407	66
Privados	262 892	16 229 675	7 962	33	2 038	62
Nacionais	232 718	15 668 606	7 347	32	2 133	67
Outros	30 174	561 069	615	49	912	19

FONTE - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e Informações, DECAD e Departamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro. DEASF.

NOTA - O item "Outros" agrega as informações relativas aos bancos privados nacionais com controle estrangeiro, aos bancos nacionais com participação estrangeira e aos bancos estrangeiros com filial no País.

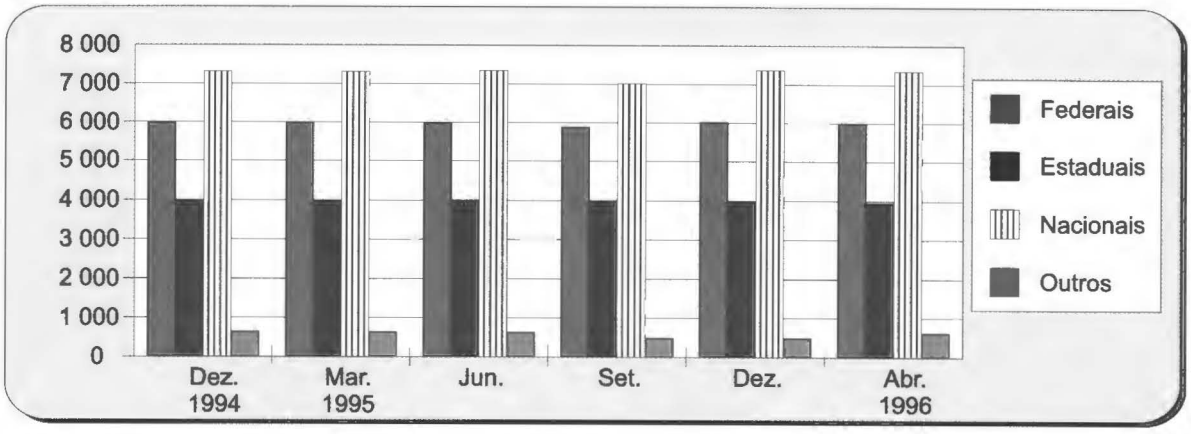
(1) Para 1994, os dados para empregados não estão sendo divulgados por não serem compatíveis aos apresentados em 1995. Isto porque a Caixa Econômica Federal e outras instituições não registravam como empregados os estagiários e prestadores de serviços, que passaram a ser considerados em 1995.

Gráfico 28 - Número de empregados nas instituições bancárias - março de 1995/abril de 1996



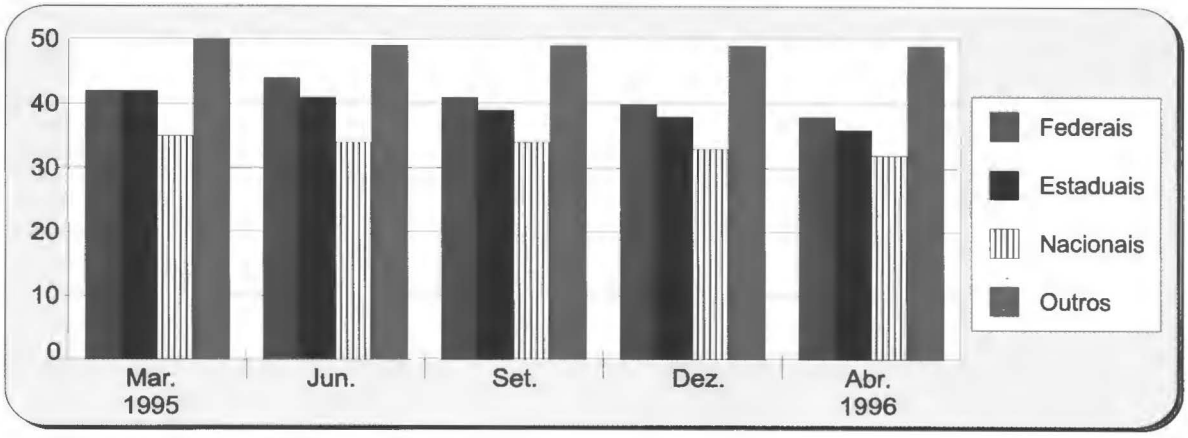
FONTE - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e informações, DECAD eDepartamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF.

Gráfico 29 - Número de dependências das instituições bancárias - dezembro de 1994/abril de 1996



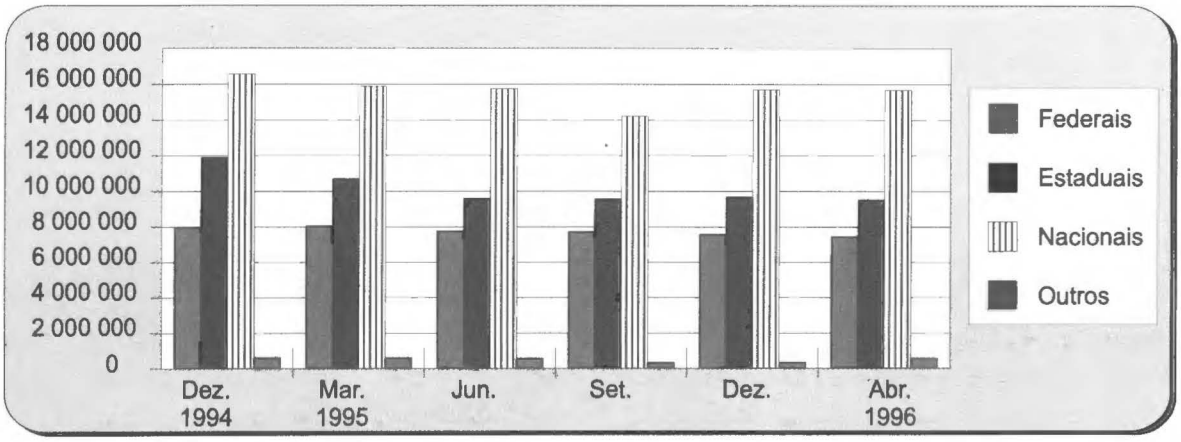
FONTE - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e informações, DECAD e Departamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF.
NOTA - Como dependências consideram-se as agências e os postos de atendimento bancário.

Gráfico 30 - Empregados por dependência nas instituições bancárias - março de 1995/abril de 1996



FONTE - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e informações, DECAD e Departamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF.
NOTA - Como dependências consideram-se as agências e os postos de atendimento bancário.

Gráfico 31 - Número de contas correntes ativas nas instituições bancárias - dezembro de 1994/abril de 1996



FONTE - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e Informações, DECAD e Departamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF.

4.3 - Produtividade

Ao contrário da maioria das experiências históricas com alta inflação ou mesmo hiperinflação, o impacto da inflação prolongada sobre a evolução do sistema bancário brasileiro foi bastante complexo, não se resumindo aos efeitos destrutivos sintetizados na expressão "fuga da moeda". Na verdade, enquanto a introdução de regras de indexação de contratos serviu para criar certa medida de ordem na economia como um todo, o sistema bancário voltou-se para o desenvolvimento de um sistema de pagamentos capaz de centralizar as operações do público de modo a induzi-lo à manutenção de depósitos que serviram como matéria-prima para a atividade bancária. Assim, como apontou relatório recente do McKinsey Global Institute sobre a produtividade do sistema bancário latino-americano, "o Brasil tem um dos sistemas de compensação de instrumentos de pagamento mais eficientes do mundo" (p. 8)[16]. A provisão de serviços desta natureza ao público "bancável", medida pelo número de transações realizadas, é próxima à dos Estados Unidos e superior à alemã, e muito superior à de outros países da América Latina, inclusive México e Argentina, o mesmo valendo para a disponibilidade de contas de depósito[17]. Ainda segundo o estudo do Instituto McKinsey, a provisão de crédito é cronicamente deficiente em todo o continente. Por outro lado, o relatório anual do BIS - Banco de Compensações Internacionais, citado no capítulo anterior, mostra o setor bancário brasileiro, como caracterizado por uma relação entre custos operacionais e ativos totais excessivamente alta, 8,3%, inferior à verificada na Argentina (8,5%), mas muito superior à de países como o Chile (3,0%) e México (3,9%), à de países asiáticos como Coréia (1,7%) e Taiwan (1,3%) e de países desenvolvidos como os Estados Unidos (3,7%), Japão (0,8%) e Alemanha (1,1%). Para o BIS, os altos custos operacionais, mais ainda do que os riscos, seriam responsáveis pela alta participação da diferença entre juros

[16] McKinsey Global Institute, *Latin American Productivity*, Washington (DC), junho de 1994.

[17] O Instituto McKinsey propõe o conceito de população "bancável", para enfrentar o problema, em estudos sobre penetração e produtividade do sistema bancário de que a "população-meta relevante varia de país a país de acordo com muitos fatores 'duros' (nível de renda e estrutura etária) e alguns 'suaves' (tais como preferências culturais)." Enquanto, segundo o estudo, a provisão de serviços bancários à população dos países hispânicos é deficiente, "o Brasil tem um número muito alto de transações por pessoa em resultado do sofisticado sistema (criado) para combater a inflação."

pagos e recebidos nos ativos totais, que no Brasil chegaria a 10,0%, a maior de toda a amostra levantada por aquela instituição, só comparável a da Argentina (9,2%)[18].

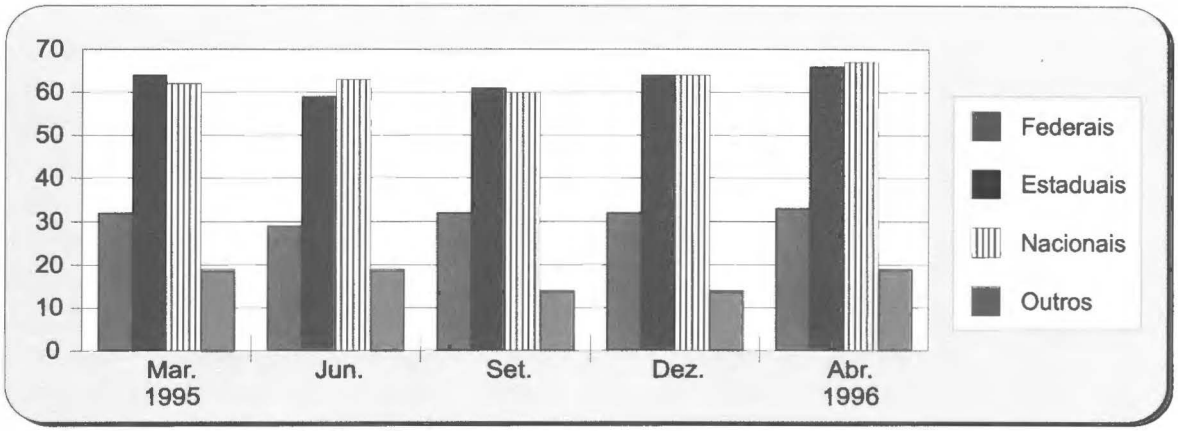
Em termos da eficiência com que estes serviços são gerados e os fatores de produção utilizados, encontramos, novamente, grande disparidade entre os segmentos do setor bancário. Informações de natureza diversa nos permitem uma primeira abordagem ao problema. Por um lado, temos dados "físicos", referentes ao número de contas ativas movimentadas nos diversos segmentos. Por outro, informações sobre o valor de depósitos e de empréstimos realizados. Tais dados, obviamente, podem refletir escolhas estratégicas diversas por cada segmento do setor. Como veremos, é relativamente baixa a "produtividade" dos bancos com participação estrangeira no oferecimento de contas de depósitos ao público. Isto, porém, provavelmente deve-se mais a escolhas estratégicas por parte destas instituições de provisão de serviços diversificados a clientes de renda mais alta, como a administração de investimentos, que exigem atenção mais personalizada dos funcionários dos bancos, do que propriamente a fatores de produtividade. Esta diferença de estratégia se refletiria em dados sobre o *valor* dos depósitos mantidos nesses bancos. Infelizmente, os dados não são diretamente comparáveis: provindos de fontes diferentes, estão disponíveis em diferentes graus de agregação, não permitindo mais que o levantamento de hipóteses.

4.3.1 - Contas Ativas por Empregado

Como mostra o gráfico 32, os segmentos de bancos oficiais estaduais e privados são os de maior produtividade na provisão de contas de depósito ao público. Se excetuarmos os bancos com participação estrangeira desta comparação, pelas razões sugeridas no parágrafo anterior, observamos que as defasagens mais importantes de produtividade física do trabalho no setor encontram-se nos bancos oficiais federais. Particularmente, se compararmos os bancos federais aos estaduais, assumindo certa homogeneidade de funções nos dois tipos de instituição, será inevitável sugerir um grau elevado de redundância da força de trabalho no segmento de bancos oficiais federais. Isto não implica, naturalmente, que a força de trabalho empregada seja redundante em termos absolutos, mas que, pelo menos, a provável expansão de serviços bancários que se espera resultar da estabilização da economia possa ser gerada sem maiores aumentos no contingente empregado no segmento federal, sendo principalmente atendida pelo aumento de produtividade. Um ligeiro aumento de produtividade, aliás, pode ser detectado no gráfico 32, especialmente a partir de meados de 1995, novamente à exceção dos bancos com participação estrangeira.

[18] Informações constantes da tabela VII.5, *66th Annual Report* - Bank for International Settlements, 1996.

Gráfico 32 - Contas correntes ativa, por empregado, nas instituições bancárias - março de 1995/abril de 1996



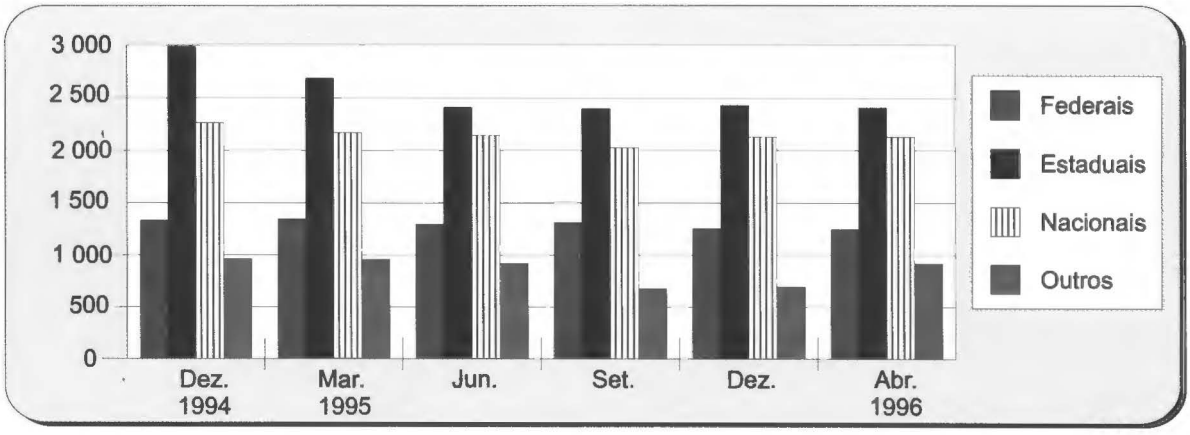
FONTE - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e Informações, DECAD eDepartamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF.

4.3.2 Contas Ativas por Agência

Com relação ao aproveitamento de agências o quadro é semelhante. Como se vê no gráfico 33, os maiores índices de produtividade são encontrados nos bancos oficiais estaduais e privados nacionais, com liderança mais marcada dos primeiros. Esta situação se mantém basicamente estável ao longo de 1995, não se alterando de forma mais visível as posições relativas dos diversos segmentos, nem os índices de produtividade de cada um. Novamente, os bancos federais mostram-se defasados, com um aproveitamento de agências bastante inferior ao dos dois grupos mencionados. A conclusão de que os bancos oficiais federais tenham dependências redundantes deve ser tomada, contudo, com cautela. Na verdade, como se sabe, a redundância de agências foi, por muito tempo, conseqüência inevitável da política imposta pelo Governo Federal a instituições como, por exemplo, o Banco do Brasil, instrumento de penetração do Governo em áreas geográficas do País tradicionalmente isoladas, de modo a integrá-las política e economicamente. Assim, a política de abertura e manutenção de agências bancárias não obedecia necessariamente a uma lógica econômica, mas à lógica política da integração territorial.[19] Tal padrão de operações será provavelmente descontinuado no futuro, passando aquela instituição a operar de acordo com uma lógica mais pertinente a uma empresa privada.

[19] Note-se que o mesmo argumento não é necessariamente válido para o número de funcionários, já que agências pioneiras podem ser, e são, operadas por um número reduzido de funcionários.

Gráfico 33 - Contas correntes ativas, por dependência, nas instituições bancárias - dezembro de 1994/abril de 1996



FONTE - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e informações, DECAD eDepartamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF.
NOTA - Como dependências consideram-se as agências e os postos de atendimento bancário.

4.3.3 - Depósitos e Operações de Crédito, por Empregado e por Agência

As informações sobre valores de depósitos e de operações de crédito são semestrais, discriminando apenas bancos públicos e privados[20]. A tabela 39 e o gráfico 34 mostram que o valor dos depósitos por empregado nos bancos privados é maior que nos públicos. Em dezembro de 1995, os depósitos por empregado nos bancos privados superavam em 15,2% o valor encontrado nos bancos públicos. O mesmo se verifica em relação aos depósitos por agência (gráfico 35): o valor por agência dos depósitos em bancos privados superou, em dezembro de 1995, o encontrado nos bancos públicos em 6,4%. A comparação entre esses resultados e os dados de produtividade física apontados acima nos sugere a hipótese de uma certa segmentação do público-alvo de instituições públicas, especialmente estaduais, e as privadas nacionais. Como visto nos gráficos 32 e 33, a produtividade física dos bancos estaduais é próxima à dos bancos privados nacionais em termos de trabalho e superior a ela quanto ao aproveitamento de agências. Já os gráficos 34 e 35 mostram predominância do segmento privado em termos de valor. Isto pode indicar uma política de depósitos dos bancos públicos mais voltada a pequenos depositantes (como, por exemplo, as contas movimentadas por funcionários públicos de baixa renda) que a de bancos privados. Como se verá adiante, esta hipótese é consistente com a informação a respeito do custo operacional dos diversos segmentos. Se levarmos em conta que sistemas de pagamentos são, em larga medida, bens públicos, sendo o benefício social do acesso a eles maior que o mensurável por uma eventual receita de serviços bancários, é preciso tomar com cautela sugestões de aumento de produtividade pelo encerramento de contas de menor valor, enquanto sistemas de pagamento alternativos, acessíveis à maioria da população, não forem introduzidos.

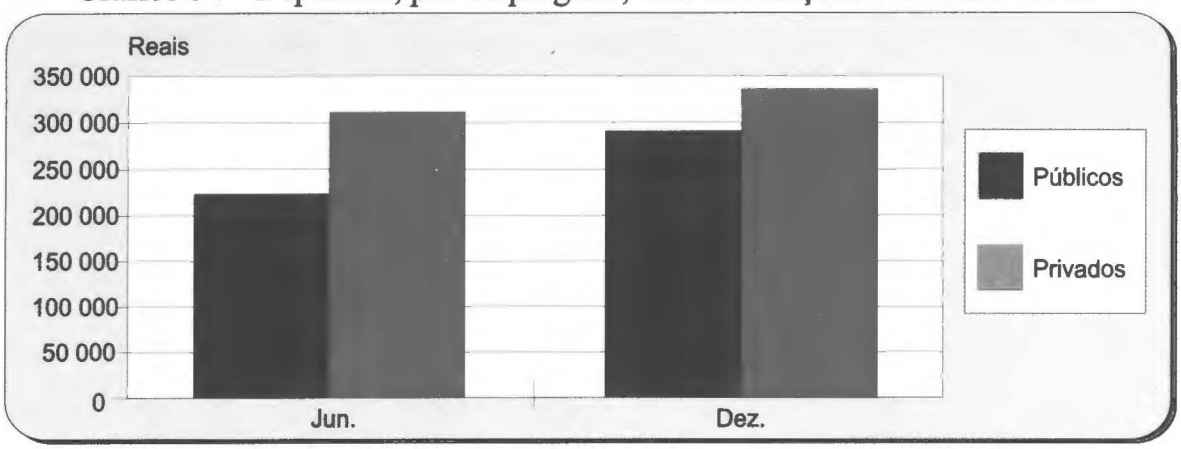
[20] A interpretação destas informações deve estar cercada de cuidados especiais dada a ausência de dados do Banespa, sob intervenção, no que se refere a depósitos e operações de crédito apesar da disponibilidade de dados sobre empregados, contas ativas e dependências referentes àquela instituição.

Tabela 39 - Indicadores de produtividade das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1995

Bancos	Depósitos		Operações de crédito por empregado (E)	(D)+(E)
	Por dependências	Por empregados (D)		
Junho de 1995 (R$)				
Públicos	9 576 724	223 559	198 612	422 171
Privados	10 995 512	311 302	231 644	542 946
Dezembro de 1995 (R$)				
Públicos	11 366 489	291 526	229 509	521 036
Privados	11 508 476	336 000	241 824	577 824

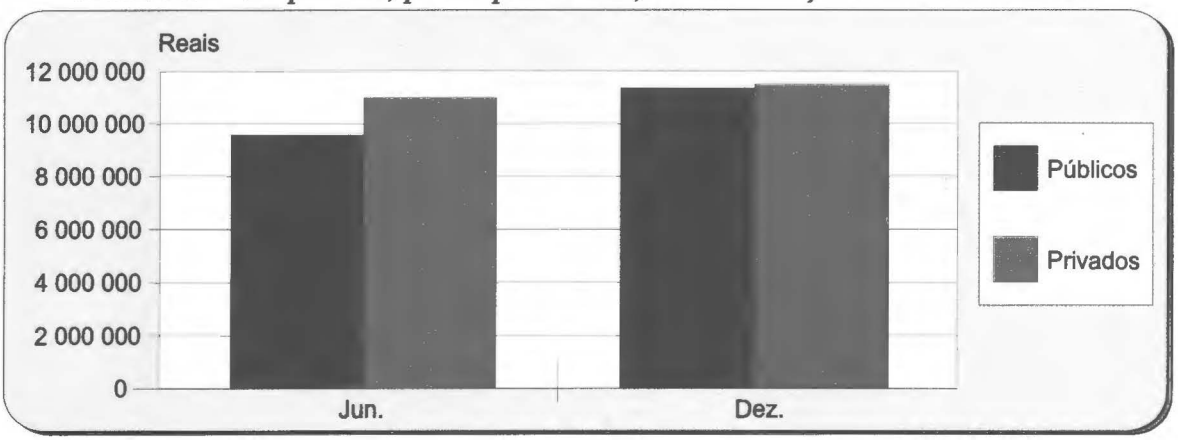
FONTE - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e Informações, DECAD e Departamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF.

Gráfico 34 - Depósitos, por empregado, nas instituições bancárias - 1995



FONTES - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e Informações, DECAD e Departamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

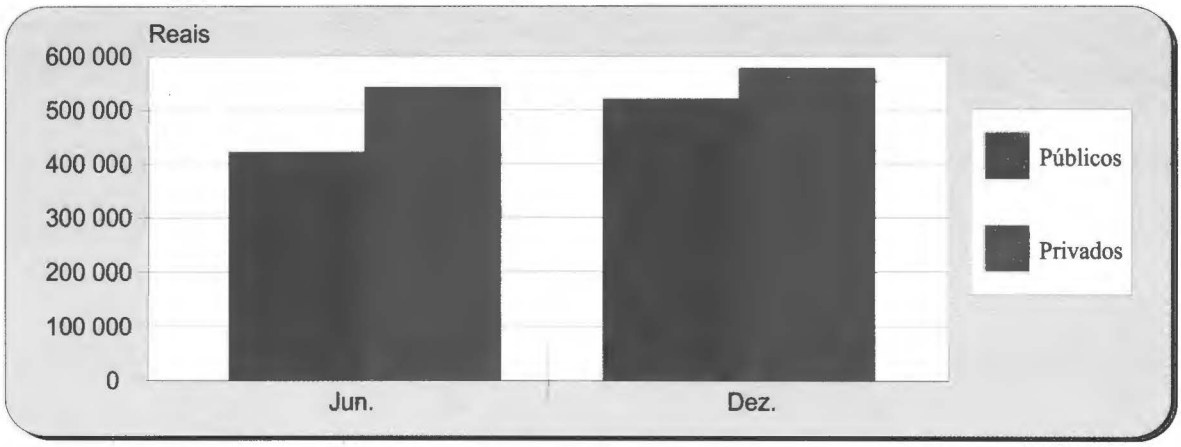
Gráfico 35 - Depósitos, por dependência, nas instituições bancárias - 1995



FONTES - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e Informações, DECAD e Departamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - Como dependências consideram-se as agências e os postos de atendimento bancário.

Finalmente, o gráfico 36 nos dá um indicador adicional, informando o valor das transações de depósito e empréstimo por empregado nos dois grupos, público e privado. O setor privado mostra-se, novamente, mais eficiente na provisão destes serviços, por valor: os depósitos e empréstimos alcançaram um valor por empregado no setor privado 10,9% superior ao encontrado nos bancos públicos em dezembro de 1995.

Gráfico 36 - Depósitos mais operações de crédito, por empregado, nas instituições bancárias -1995



FONTES - Banco Central do Brasil, Departamento de Cadastro e Informações, DECAD e Departamento de Estudos Especiais e Acompanhamento do Sistema Financeiro, DEASF - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

4.4 - Estrutura de Custos

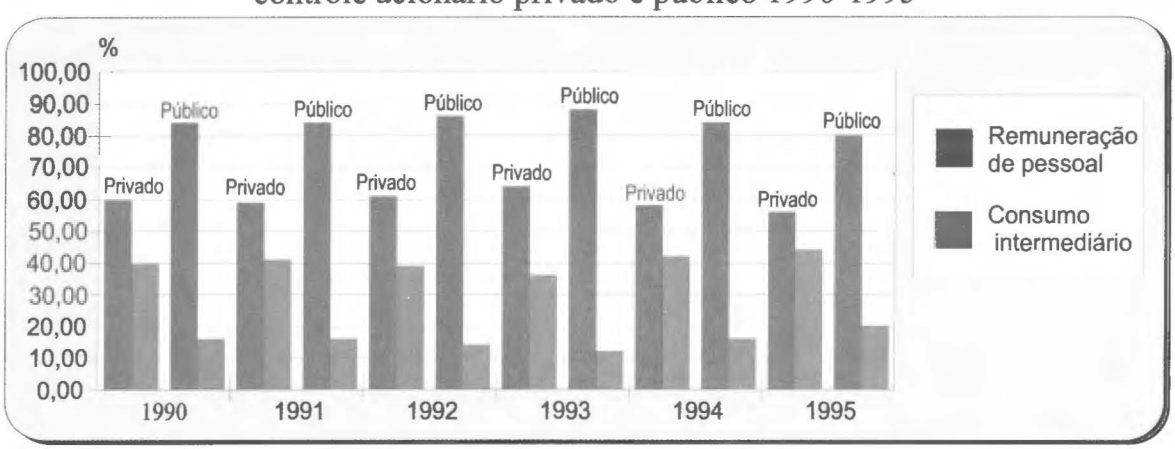
Tendo como base a tabela 40, os gráficos 37, 38 e 39 mostram a evolução da estrutura de custos (classificados como despesas de remuneração de pessoal e de consumo intermediário), de 1990 a 1995, para bancos públicos e privados (gráfico 37), bancos comerciais (gráfico 38) e múltiplos (gráfico 39). O peso da remuneração de pessoal é significativamente maior nos bancos públicos, sejam eles comerciais ou múltiplos. Dado que a produtividade do trabalho, ao menos no segmento estadual dos bancos públicos não é menor que nos bancos privados, esta diferença só pode se dever à diversidade de remunerações em cada um dos segmentos. Os gráficos 38 e 39 mostram que, após terem crescido até 1992/93, os custos de remuneração de pessoal começaram a cair a partir de então, tanto nos bancos múltiplos e comerciais, públicos e privados, embora nos bancos comerciais privados tenha ocorrido um ligeiro repique em 1995. Esta evolução se deu de forma paralela nos segmentos público e privado, de modo que a diferença na estrutura de custos entre eles se manteve basicamente inalterada.

Tabela 40 - Estrutura percentual das despesas administrativas das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995

Variáveis	Estrutura percentual das despesas administrativas (%)								
	Total			Bancos comerciais			Bancos múltiplos		
	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos
1990									
Remuneração de pessoal	75,9	59,6	83,7	82,5	52,5	85,0	67,3	60,7	79,2
Consumo intermediário	24,1	40,4	16,3	17,5	47,5	15,0	32,7	39,3	20,8
1991									
Remuneração de pessoal	74,5	58,0	83,5	81,9	53,8	84,7	67,3	58,7	80,8
Consumo intermediário	25,5	42,0	16,5	18,1	46,2	15,3	32,7	41,3	19,2
1992									
Remuneração de pessoal	77,8	60,5	85,7	84,3	56,9	86,5	71,5	60,9	84,2
Consumo intermediário	22,2	39,5	14,3	15,7	43,1	13,5	28,5	39,1	15,8
1993									
Remuneração de pessoal	79,7	63,3	87,5	86,3	57,0	88,7	74,5	64,0	85,7
Consumo intermediário	20,3	36,7	12,5	13,7	43,0	11,3	25,5	36,0	14,3
1994									
Remuneração de pessoal	73,8	57,6	84,4	81,7	51,8	85,0	68,1	58,2	83,3
Consumo intermediário	26,2	42,4	15,6	18,3	48,2	15,0	31,9	41,8	16,7
1995									
Remuneração de pessoal	69,2	56,3	80,3	78,6	55,3	81,7	62,5	56,4	77,5
Consumo intermediário	30,8	43,7	19,7	21,4	44,7	18,3	37,5	43,6	22,5

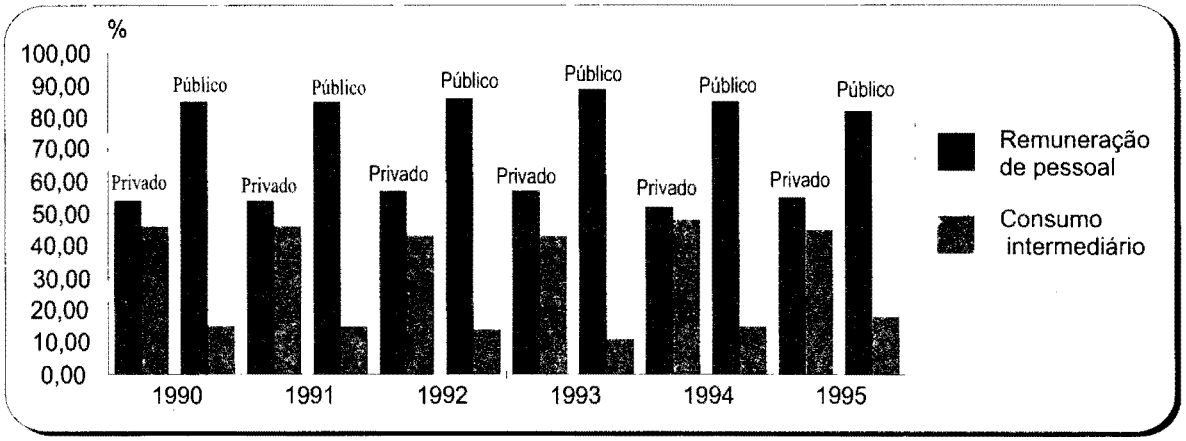
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - Considera-se como despesas administrativas a remuneração de pessoal somada ao consumo intermediário.

Gráfico 37 - Estrutura das despesas administrativas das instituições bancárias, por controle acionário privado e público 1990-1995



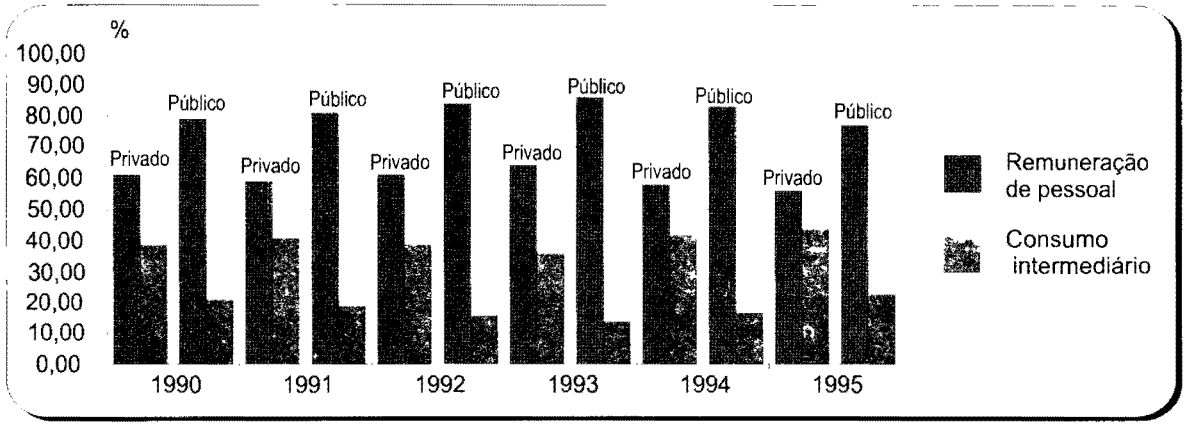
FONTE- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Gráfico 38 - Estrutura das despesas administrativas dos bancos comerciais, por controle acionário privado e público 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Gráfico 39 - Estrutura das despesas administrativas dos bancos múltiplos, por controle acionário privado e público 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Os gráficos 40 e 41, constituídos a partir das tabelas 41 e 42, mostram a relação entre custos e a soma do valor de depósitos e dos empréstimos (operações de crédito), bem como a relação entre custos e o valor da produção, respectivamente, no período 1990 a 1995. Com relação ao primeiro indicador, o gráfico 40 mostra que, embora as posições relativas dos diversos grupos se mostrem instáveis, os bancos múltiplos privados são consistentemente aqueles onde se verifica a menor relação entre custo operacional líquido e o volume de depósitos e empréstimos. Apenas em 1995 esta posição é perdida para os bancos comerciais públicos, o que provavelmente se deve mais ao acúmulo de medidas restritivas tomadas ao final de 1994 na tentativa de desaquecimento da economia, que desestimularam a captação de depósitos e dificultaram a realização de empréstimos para os bancos privados, do que a qualquer movimento mais permanente de eficiência produtiva. Por outro lado, desde 1992 os bancos múltiplos públicos são consistentemente marcados pelo custo relativamente mais elevado de todo o setor.

A evolução da relação entre custo operacional e o valor de produção no período 1990/95 (gráfico 41) mostra um quadro ainda mais definido. Os bancos privados, comerciais e múltiplos, especialmente estes últimos, apresentam menor coeficiente de custos em todo o período, apesar

do elevado grau de volatilidade mostrado nesta série, indicando eficiência operacional consistentemente mais elevada que os bancos públicos.

Tabela 41 - Participação percentual das despesas administrativas no volume de depósitos e operações de crédito das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995

Variáveis	Participação percentual das despesas administrativas (%)								
	Total			Bancos comerciais			Bancos múltiplos		
	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos
1990									
Despesas administrativas / Depósitos totais	24,4	16,5	31,5	30,1	18,0	31,9	19,5	16,3	30,3
Despesas administrativas líquidas / Depósitos totais	21,5	14,4	28,0	26,6	16,7	28,0	17,2	14,1	27,9
Despesas administrativas líquidas / (Depósitos + Operações de crédito)	8,9	7,6	9,7	9,6	9,2	9,7	8,1	7,3	9,9
1991									
Despesas administrativas / Depósitos totais	15,9	11,5	20,2	17,8	10,7	19,1	14,4	11,6	23,5
Despesas administrativas líquidas / Depósitos totais	13,7	9,6	17,6	15,1	9,4	16,1	12,6	9,6	22,1
Despesas administrativas líquidas / (Depósitos + Operações de crédito)	6,8	5,8	7,4	6,8	6,5	6,8	6,8	5,7	9,1
1992									
Despesas administrativas / Depósitos totais	12,7	7,8	17,8	15,5	8,4	16,6	10,7	7,7	20,7
Despesas administrativas líquidas / Depósitos totais	10,9	6,4	15,5	12,9	6,6	13,9	9,5	6,4	19,6
Despesas administrativas líquidas / (Depósitos + Operações de crédito)	5,7	4,0	6,9	6,2	4,5	6,3	5,3	4,0	8,2
1993									
Despesas administrativas / Depósitos totais	10,2	6,3	14,4	11,8	6,8	12,5	9,3	6,3	18,8
Despesas administrativas líquidas / Depósitos totais	9,0	5,2	13,0	10,4	5,4	11,1	8,1	5,2	17,3
Despesas administrativas líquidas / (Depósitos + Operações de crédito)	4,8	3,2	6,1	5,0	3,5	5,2	4,5	3,1	8,1
1994									
Despesas administrativas / Depósitos totais	15,7	12,3	19,2	15,3	17,8	15,1	16,0	11,8	35,6
Despesas administrativas líquidas / Depósitos totais	12,6	8,9	16,3	12,6	12,3	12,7	12,5	8,6	30,9
Despesas administrativas líquidas / (Depósitos + Operações de crédito)	6,7	5,0	8,3	6,5	7,3	6,4	7,0	4,9	15,8
1995									
Despesas administrativas / Depósitos totais	15,5	16,3	14,9	13,3	22,5	12,7	17,5	15,8	23,7
Despesas administrativas líquidas / Depósitos totais	10,9	10,8	11,0	9,5	14,3	9,1	12,2	10,5	18,5
Despesas administrativas líquidas / (Depósitos + Operações de crédito)	6,2	6,3	6,2	5,4	8,7	5,2	6,9	6,1	9,6

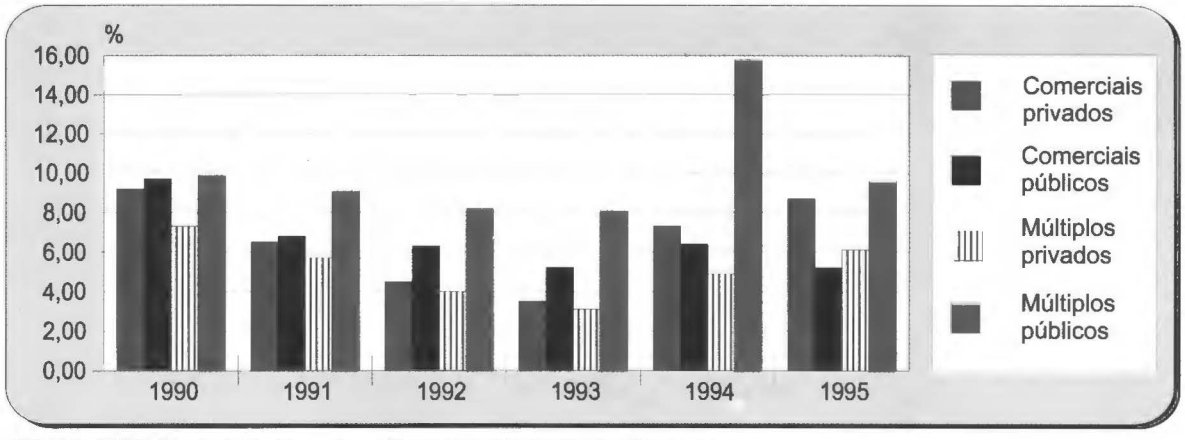
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTAS - 1. Considera-se como despesas administrativas a remuneração de pessoal somada ao consumo intermediário.
2. Considera-se como despesas administrativas líquidas a despesa administrativa diminuída das receitas de serviços bancários.

Tabela 42 - Participação percentual das despesas administrativas, do consumo intermediário e remuneração de pessoal no valor de produção das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995

Variáveis	Participação percentual das despesas administrativas (%)								
	Total			Bancos comerciais			Bancos múltiplos		
	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos
1990									
Despesas administrativas/Valor de produção	67,9	54,4	76,9	74,5	52,1	79,3	60,8	54,8	75,9
Consumo intermediário/Valor de produção	16,3	22,0	12,6	13,0	24,8	11,9	19,9	21,5	15,8
Remuneração de pessoal/Valor de produção	51,5	32,4	64,4	61,5	56,0	3,5	40,9	33,3	60,1
1991									
Despesas administrativas/Valor de produção	73,5	58,8	85,0	86,9	66,0	89,7	63,8	57,9	75,9
Consumo intermediário/Valor de produção	18,7	24,7	14,0	15,7	30,5	13,7	20,9	23,9	14,6
Remuneração de pessoal/Valor de produção	54,8	34,1	71,0	71,1	35,5	76,0	42,9	34,0	61,3
1992									
Despesas administrativas/Valor de produção	90,1	52,1	134,9	138,9	50,6	161,7	67,0	52,3	101,2
Consumo intermediário/Valor de produção	20,0	20,6	19,2	21,8	21,8	21,8	19,1	20,4	15,9
Remuneração de pessoal/Valor de produção	70,1	31,5	115,7	117,1	28,8	139,9	47,9	31,9	85,3
1993									
Despesas administrativas/Valor de produção	85,2	42,0	165,6	170,3	29,8	277,7	60,9	44,1	102,5
Consumo intermediário/Valor de produção	17,3	15,4	20,7	23,4	12,8	31,5	15,5	15,9	14,7
Remuneração de pessoal/Valor de produção	67,9	26,6	144,9	146,9	17,0	246,3	45,4	28,2	87,8
1994									
Despesas administrativas/Valor de produção	66,9	40,8	114,2	106,6	30,1	148,3	52,5	42,6	82,3
Consumo intermediário/Valor de produção	17,5	17,3	17,8	19,5	14,5	22,2	16,8	17,8	13,7
Remuneração de pessoal/Valor de produção	49,4	23,5	96,4	87,1	15,6	126,1	35,8	24,8	68,6
1995									
Despesas administrativas/Valor de produção	72,7	60,0	89,1	88,5	84,2	89,1	64,2	58,1	89,0
Consumo intermediário/Valor de produção	22,4	26,2	17,5	18,9	37,7	16,3	23,8	25,3	20,0
Remuneração de pessoal/Valor de produção	50,3	33,8	71,6	69,6	46,5	72,8	40,4	32,8	69,0

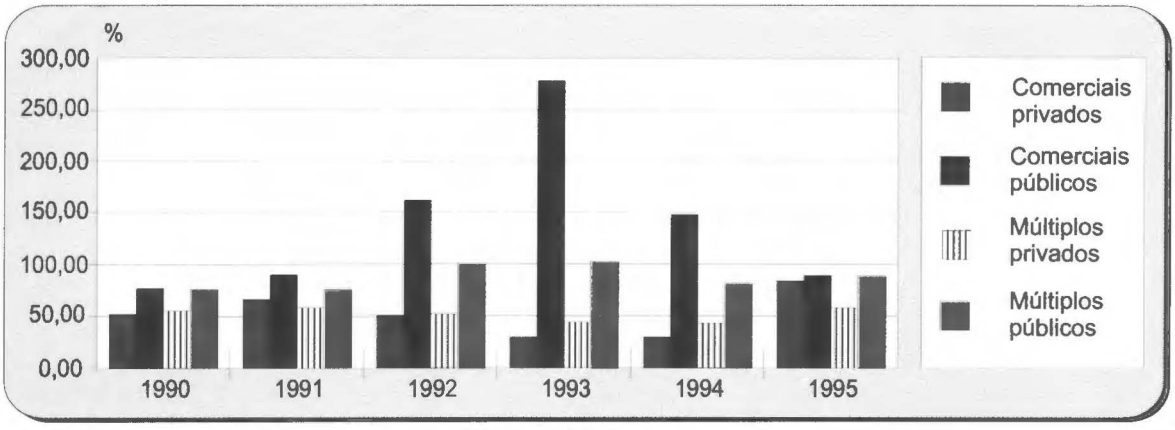
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTAS - 1. Considera-se como despesas administrativas a remuneração de pessoal somada ao consumo intermediário.
2. Considera-se como valor de produção a produção imputada dos serviços intermediários financeiros (diferencial de juros recebidos e juros pagos) somada à produção de serviços bancários. Para fins desse cálculo, não estão sendo consideradas as rendas de aluguel.

Gráfico 40 - Participação das despesas administrativas líquidas no volume de depósitos somado às operações de crédito das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - As despesas administrativas líquidas correspondem ao consumo intermediário somado à remuneração de pessoal, diminuída das receitas de serviços bancários.

Gráfico 41 - Participação das despesas administrativas no valor de produção das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTAS - 1. O valor de produção está deduzido das rendas de aluguéis.
2. As despesas administrativas correspondem ao consumo intermediário somado à remuneração de pessoal.

4.5 - Estrutura do Valor de Produção

As parcelas que compõem o valor de produção do setor financeiro constituem-se da produção inputada de intermediação financeira (juros recebidos, deduzidos dos juros pagos) e das receitas de serviços bancários. As receitas de serviços consistem nas rendas de cobrança, de administração de fundos de investimento, de corretagem de câmbio, de comissão de colocação de títulos, conjuntamente com as receitas provenientes da cobrança de serviços de fornecimento de extratos e talonários, emissão e renovação de cartões magnéticos etc., ou seja, as receitas oriundas dos serviços diretamente cobrados.

A composição do valor de produção das instituições bancárias ao longo do período 1990/95 (tabela 43 e gráficos 42 a 45) demonstra clara tendência de redirecionamento no sentido de expansão das receitas de serviços em detrimento da participação das receitas de intermediação financeira. Este processo se intensifica principalmente em 1995. Isto ocorre para todos os grupos, exceto bancos comerciais públicos. No caso dos bancos múltiplos, esse comportamento é percebido tanto para o grupo das empresas privadas como das públicas. Em relação aos bancos múltiplos privados, essas receitas crescem de cerca de 8%, em 1990, para aproximadamente 19%, em 1995. Quanto aos múltiplos públicos, crescem de 6% para cerca de 20%, atingindo, portanto, 1/5 da receitas auferidas por essas instituições. A queda na participação relativa das receitas de serviços observada em 1993 para os bancos múltiplos privados deve-se ao crescimento substancial da receita líquida de juros vivenciada, em especial, por esse grupo nesse período.

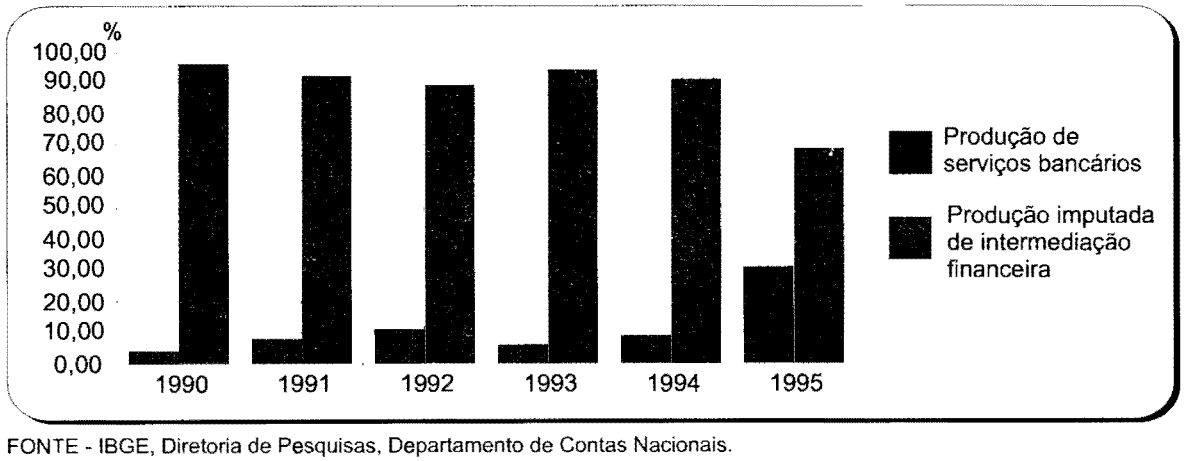
No caso dos bancos comercias públicos, a contribuição das receitas de serviço são comparativamente mais elevadas para o período 1991/93 devido basicamente ao desempenho altamente insatisfatório das receitas de intermediação financeira relativas a esse grupo no período indicado. De qualquer forma, algumas funções específicas das instituições consideradas neste grupo implicam uma participação maior das receitas de serviços. Por exemplo, a função assumida pela CEF de administração de loterias, programas e fundos (FGTS, FCVS, FAS etc.). É possível também que os resultados para 1995 já reflitam os esforços de ajuste da CEF e do Banco do Brasil.

Tabela 43 - Composição do valor de produção das instituições bancárias, por controle acionário privado e público - 1990-1995

Variáveis	Composição do valor de produção (%)								
	Total			Bancos comerciais			Bancos múltiplos		
	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos
1990									
Produção de serviços bancários	8,0	7,1	8,6	8,8	3,8	9,4	7,2	7,6	5,9
Produção imputada de intermediação financeira	92,0	92,9	91,4	91,2	96,2	90,6	92,8	92,4	94,1
1991									
Produção de serviços bancários	10,4	9,8	10,9	13,4	8,2	14,1	8,3	10,0	4,7
Produção imputada de intermediação financeira	89,6	90,2	89,1	86,6	91,8	85,9	91,7	90,0	95,3
1992									
Produção de serviços bancários	12,8	9,3	17,0	23,2	10,7	26,4	7,9	9,1	5,3
Produção imputada de intermediação financeira	87,2	90,7	83,0	76,8	89,3	73,6	92,1	90,9	94,7
1993									
Produção de serviços bancários	10,5	7,5	16,1	20,1	6,2	30,8	7,7	7,7	7,9
Produção imputada de intermediação financeira	89,5	92,5	83,9	79,9	93,8	69,2	92,3	92,3	92,1
1994									
Produção de serviços bancários	13,3	11,3	17,0	18,6	9,3	23,7	11,4	11,6	10,8
Produção imputada de intermediação financeira	86,7	88,7	83,0	81,4	90,7	76,3	88,6	88,4	89,2
1995									
Produção de serviços bancários	21,5	20,2	23,2	25,5	30,9	24,8	19,5	19,4	19,7
Produção imputada de intermediação financeira	78,5	79,8	76,8	74,5	69,1	75,2	80,5	80,6	80,3

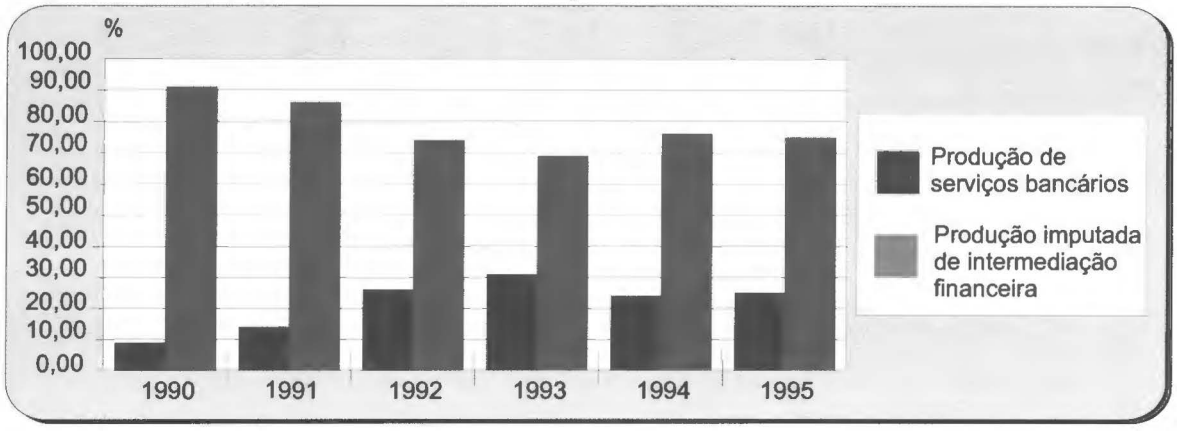
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.
NOTA - Considera-se como valor de produção a produção de serviços bancários (receitas de serviços) somada à produção imputada dos serviços bancários (diferencial de juros recebidos e juros pagos). Para fins desse cálculo, não estão sendo consideradas as rendas de aluguel.

Gráfico 42 - Estrutura do valor de produção dos bancos comerciais privados - 1990-1995



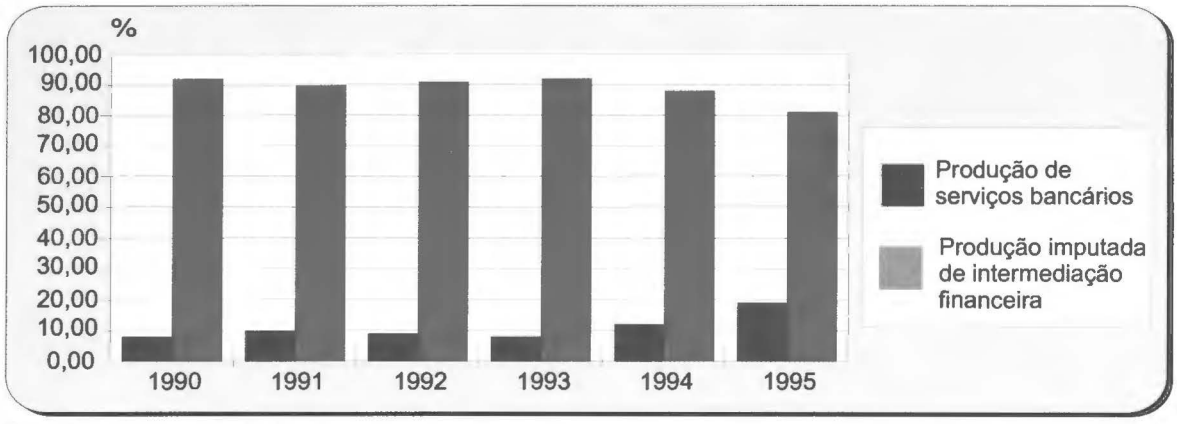
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Gráfico 43 - Estrutura do valor de produção dos bancos comerciais públicos - 1990-1995



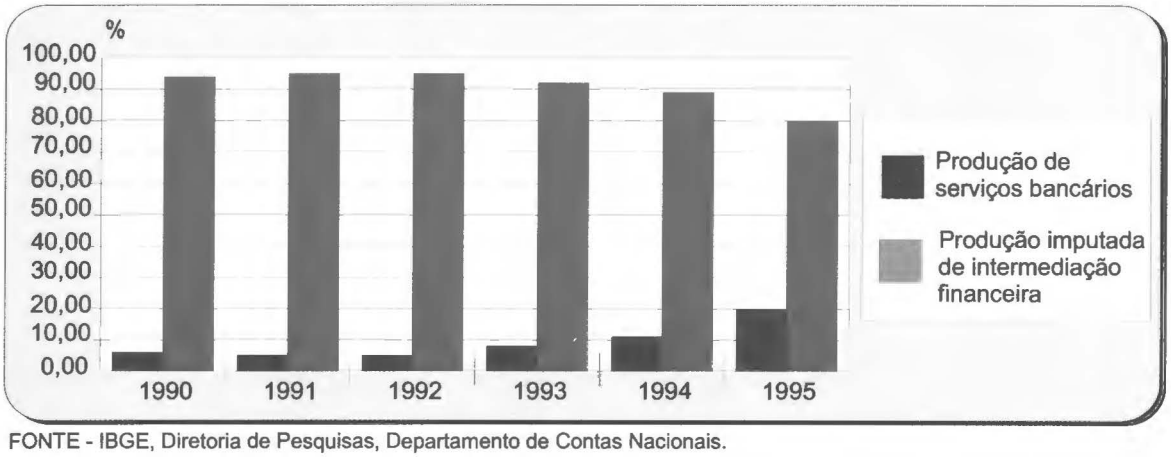
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Gráfico 44 - Estrutura do valor de produção dos bancos múltiplos privados - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Gráfico 45 - Estrutura do valor de produção dos bancos múltiplos públicos - 1990-1995



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

4.6 - Alavancagem, Rentabilidade e Fragilidade

As informações apresentadas a seguir baseiam-se em dados de balanços de instituições financeiras apresentados pela revista Balanço e pelo suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil (tabelas 44 a 47). Estas informações, naturalmente, devem ser tomadas com certa reserva, face aos problemas recentemente revelados envolvendo balanços de algumas instituições. Nas tabelas, mas não nos gráficos, são oferecidos dois indicadores: um, válido para as dez maiores instituições de cada segmento; outro, para a média do setor. A diferença entre eles é um indicador de dispersão dos resultados dentro dos segmentos. Como pode ser visto nas tabelas citadas, porém, esta dispersão não se mostra significativa senão excepcionalmente. Os gráficos contêm indicadores apenas para os dez maiores bancos de cada grupo.

Tabela 44 - Grau de alavancagem - Relação percentual entre patrimônio líquido e ativos totais das dez maiores instituições e do total das instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995

	Bancos comerciais			Bancos múltiplos		
	Privados	Estrangeiros	Estatais	Privados	Estrangeiros	Estatais
			1993			
Dez maiores	8,1	5,5	9,7	10,9	7,1	10,1
Total	8,0	6,1	9,8	10,7	8,7	10,2
			1994			
Dez maiores	7,1	9,0	6,0	12,1	11,1	8,5
Total	7,2	9,6	6,0	11,9	13,2	8,7
			1995			
Dez maiores	(1) 23,7	(1) 7,9	(2) 4,3	32,8	8,9	(2) 6,7
Total	23,7	7,9	4,3	12,4	10,6	6,7

FONTES - Para os dados referentes aos anos de 1993 e 1994: Revista Balanço. Para as informações relativas ao ano de 1995: suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil, 20.03.1996.
NOTAS - As dez maiores instituições bancárias foram selecionadas segundo o volume de depósitos.
(1) Considerados os nove maiores bancos. (2) Considerados os sete maiores bancos.

Tabela 45 - Grau de alavancagem - Relação percentual entre patrimônio líquido e operações de crédito das dez maiores instituições bancárias e do total das instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995

	Bancos comerciais			Bancos múltiplos		
	Privados	Estrangeiros	Estatais	Privados	Estrangeiros	Estatais
			1993			
Dez maiores	46,4	24,5	29,6	35,6	20,9	18,5
Total	46,8	28,1	29,3	36,8	26,8	18,6
			1994			
Dez maiores	25,6	40,1	11,8	30,3	29,4	22,1
Total	25,9	42,6	11,9	32,5	38,9	22,7
			1995			
Dez maiores	(1) 50,0	(1) 39,6	(2) 9,4	37,2	29,7	(2) 16,5
Total	50,0	39,6	9,4	40,0	33,4	16,5

FONTES: Para os dados referentes aos anos de 1993 e 1994: Revista Balanço. Para as informações relativas ao ano de 1995: suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil, 20.03.1996.
NOTAS - As dez maiores instituições bancárias foram selecionadas segundo o volume de depósitos.
(1) Considerados os nove maiores bancos. (2) Considerados os sete maiores bancos.

Tabela 46 - Participação percentual do lucro líquido no patrimônio líquido das dez maiores instituições bancárias e do total das instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995

	Bancos comerciais			Bancos múltiplos		
	Privados	Estrangeiros	Estatais	Privados	Estrangeiros	Estatais
			1993			
Dez maiores	12,8	2,5	6,6	16,3	12,9	15,7
Total	12,4	3,4	6,6	16,6	13,1	15,2
			1994			
Dez maiores	10,1	10,3	5,8	13,4	20,3	12,3
Total	9,9	8,6	5,8	16,9	19,9	11,7
			1995			
Dez maiores	(1) 1,1	(1) (-) 0,4	(2) (-) 54,7	12,5	15,5	(2) 2,4
Total	1,1	(-) 0,4	(-) 54,7	14,7	12,2	2,4

FONTES - Para os dados referentes aos anos de 1993 e 1994: Revista Balanço. Para as informações relativas ao ano de 1995: suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil, 20.03.1996.
NOTAS - As dez maiores instituições bancárias foram selecionadas segundo o volume de depósitos.
(1) Considerados os nove maiores bancos. (2) Considerados os sete maiores bancos.

Tabela 47 - Participação percentual dos créditos em liquidação nas operações de crédito das dez maiores instituições bancárias e do total das instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995

	Bancos comerciais			Bancos múltiplos		
	Privados	Estrangeiros	Estatais	Privados	Estrangeiros	Estatais
			1993			
Dez maiores	0,2	0,4	0,7	1,0	1,1	1,0
Total	0,2	0,4	0,7	0,9	0,9	1,0
			1994			
Dez maiores	0,7	2,8	2,0	1,6	2,2	1,9
Total	0,7	3,1	2,0	1,8	1,9	1,9
			1995			
Dez maiores	(1) 4,3	(1) 7,8	(2) 7,1	4,4	3,9	(2) 3,5
Total	4,3	7,8	7,1	4,3	3,8	3,5

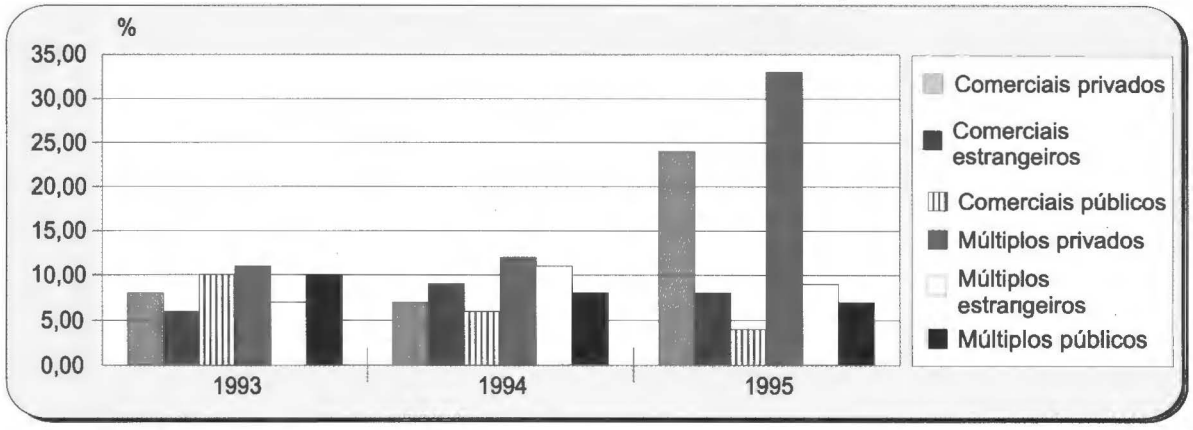
FONTES - Para os dados referentes aos anos de 1993 e 1994: Revista Balanço. Para as informações relativas ao ano de 1995: suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil, 20.03.1996.
NOTAS - As dez maiores instituições bancárias foram selecionadas segundo o volume de depósitos.
(1) Considerados os nove maiores bancos. (2) Considerados os sete maiores bancos.

4.6.1 - Alavancagem

Os gráficos 46 e 47 mostram dois indicadores de alavancagem financeira: a relação entre o patrimônio líquido e os ativos totais dos bancos comerciais e múltiplos, distinguidos por classe de propriedade, e a relação entre patrimônio líquido e operações de crédito para o mesmo conjunto de instituições. A evolução de 1993 a 1995 é apresentada para cada um dos seis segmentos. A característica mais notável mostrada no gráfico 46 é a drástica redução da alavancagem no setor privado nacional, seja de bancos comerciais, seja de múltiplos, demonstrada pelo aumento da relação patrimônio líquido sobre ativo total. Alguma variação nesta direção seria esperada pelo início da aplicação dos coeficientes mínimos de capital previstos na adesão ao

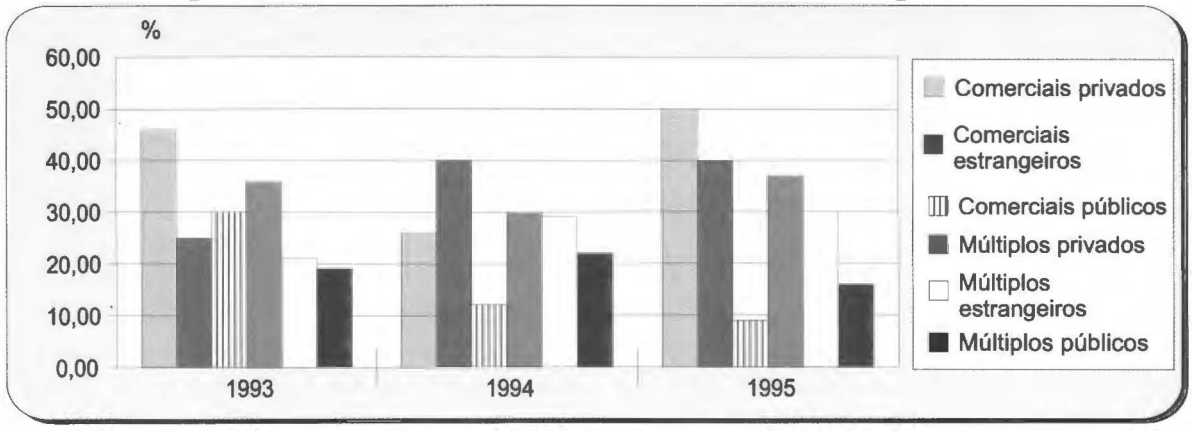
Acordo de Basiléia. As mudanças mais visíveis, porém, dão-se em 1995. Em larga medida, isto se explica, por um lado, pelo desaparecimento de instituições, especialmente entre os bancos múltiplos privados, marcadas por elevado grau de alavancagem, como os bancos Econômico e Nacional; por outro, as dificuldades conjunturais do ano de 1995, marcado pelo crescimento do nível de inadimplências, devem ter conduzido o setor bancário privado nacional a uma postura de cautela, provavelmente maior que a verificada no setor estatal ou mesmo nos bancos estrangeiros, beneficiários da "fuga para segurança" que marcou o setor após as intervenções do Banco Central. Finalmente, no ano de 1995 estiveram vigentes as medidas de restrição a empréstimos e desestímulo à captação de depósitos que visavam a desaquecer a economia e que, certamente, tolheram as possibilidades de realização de empréstimos e de aquisição de ativos em geral. Estas informações indicam, por outro lado, que o potencial de expansão do setor, especialmente do segmento privado nacional, é atualmente bastante grande.

Gráfico 46 - Grau de alavancagem - Relação percentual do patrimônio líquido sobre os ativos totais dos bancos comerciais e múltiplos - 1993-1995



FONTES - Revista Balanço - Suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil.
NOTAS - 1. As dez maiores instituições bancárias foram selecionadas segundo o volume de depósitos.
2. Para 1995, foram consideradas as nove maiores instituições dos bancos comerciais privados e estrangeiros e as sete maiores dos bancos comerciais e múltiplos estatais.

Gráfico 47 - Grau de alavancagem - Relação percentual do patrimônio líquido sobre as operações de crédito dos bancos comerciais e múltiplos - 1993-1995

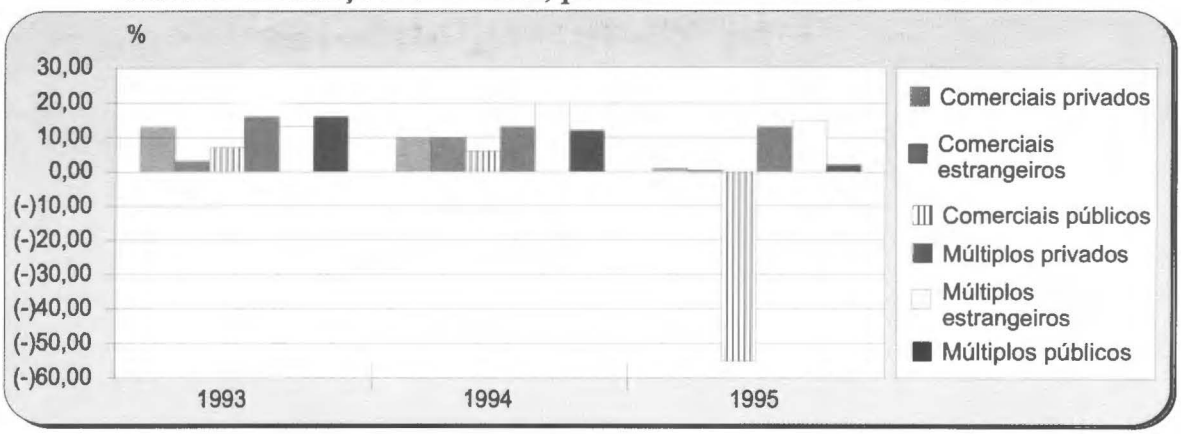


FONTES - Revista Balanço - Suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil.
NOTAS - 1. As dez maiores instituições bancárias foram selecionadas segundo o volume de depósitos.
2. Para 1995, foram consideradas as nove maiores instituições dos bancos comerciais privados e estrangeiros e as sete maiores dos bancos comerciais e múltiplos estatais.

4.6.2 - Rentabilidade

Os dados referentes a lucros líquidos talvez exijam maior cautela na sua análise, pelas possibilidades de distorção contábil existentes. Ainda assim, e não de forma surpreendente, o quadro mostra uma situação difícil para todo o setor em 1995 (gráfico 48). O comportamento do grupo de bancos comerciais estatais é inteiramente explicado pelos prejuízos reconhecidos pelo Banco do Brasil. Sabe-se, porém, que outros bancos públicos sofrem problemas semelhantes, de manutenção de ativos sem valor efetivo. Por outro lado, instituições importantes como o Banespa, por estarem sob intervenção, não têm tido seus balanços publicados. Não é, de qualquer modo, surpreendente que todos os grupos tenham apresentado rentabilidade (lucro líquido/patrimônio líquido) declinante em um ano marcado pela adoção de drásticas medidas de desaquecimento do mercado de crédito, ainda que, para os bancos múltiplos privados nacionais e estrangeiros, esta redução tenha sido relativamente menos relevante (de 13,4% para 12,5 % para os bancos nacionais e de 20,3% para 15,5% para os estrangeiros). Como um grupo, verifica-se que a rentabilidade dos bancos múltiplos tem sido consistentemente superior à dos bancos comerciais, indicando que a capacidade de diversificação de oferta de serviços pode se constituir em fator importante de competitividade para as empresas do setor.

Gráfico 48 - Participação do lucro líquido no patrimônio líquido das dez maiores instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995



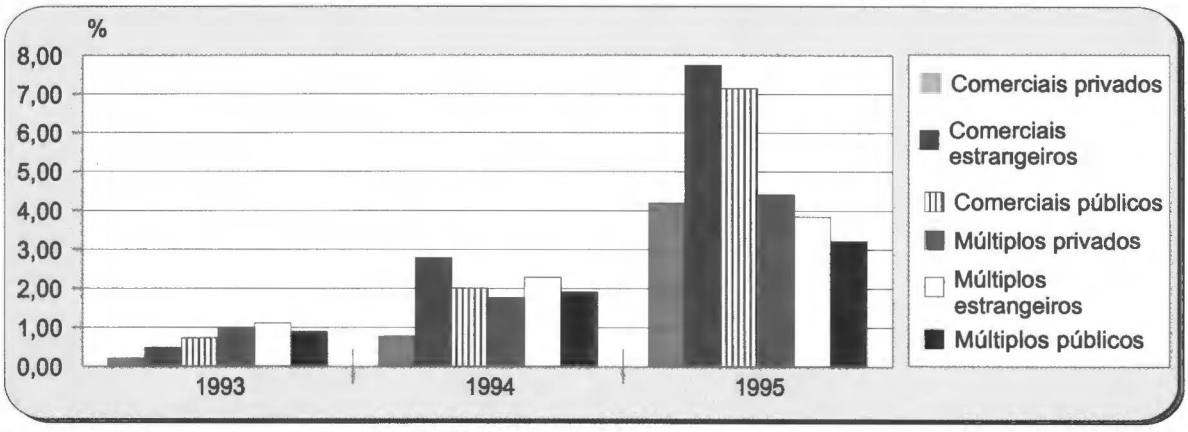
FONTES - Revista Balanço - Suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil.
NOTAS - 1. As dez maiores instituições bancárias foram selecionadas segundo o volume de depósitos.
2. Para 1995, foram consideradas as nove maiores instituições dos bancos comerciais privados e estrangeiros e as sete maiores dos bancos comerciais e múltiplos estatais.

4.6.3 - Vulnerabilidade

O ano de 1995 mostra o ápice de um crescente reconhecimento dos riscos aceitos pelo setor bancário nas suas operações de crédito. Embora 1995 tenha sido marcado por especiais dificuldades no que diz respeito aos índices de inadimplência verificados na economia, vê-se que a preocupação com o reconhecimento de riscos (e conseqüente provisionamento contra perdas de crédito) já havia se manifestado em 1994, quando comparado a 1993 (gráfico 49). O alto grau de vulnerabilidade (créditos em liquidação/operações de crédito) dos bancos comerciais públicos novamente se explica pela mudança de comportamento do Banco do Brasil com relação aos seus créditos de recuperação duvidosa. No entanto, semelhante mudança de comportamento

é notada em todos os outros segmentos. Assim, os bancos múltiplos privados nacionais passam do índice de 1,6% para 4,4%, de 1994 para 1995, um crescimento de 175%. Os bancos múltiplos estrangeiros, por sua vez, mostram uma variação de 77% no mesmo período, pulando de 2,2% para 3,9% (a variação menor no reconhecimento de empréstimos duvidosos por parte dos bancos estrangeiros provavelmente se deve a um grau maior de seletividade do que os bancos privados nacionais na hora de conceder empréstimos).

Gráfico 49 - Participação dos créditos em liquidação nas operações de crédito das dez maiores instituições bancárias, por controle acionário - 1993-1995



FONTES - Revista Balanço - Suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil.
NOTAS - 1. As dez maiores instituições bancárias foram selecionadas segundo o volume de depósitos.
2. Para 1995, foram consideradas as nove maiores instituições dos bancos comerciaisprivados e estrangeiros e as sete maiores dos bancos comerciais e múltiplos estatais.

4.7 - Conclusão

O propósito deste capítulo é examinar o desempenho comparativo dos diversos segmentos do setor bancário no período de baixa inflação que se abre - está ainda em seu início - com o Plano Real. Como se sabe, o setor foi duramente impactado pela perda das receitas inflacionárias, além da adoção de dramáticas medidas restritivas no final de 1994 e início de 1995. As expectativas, informadas pela experiência internacional, são de que o setor deva tender para um tamanho significativamente menor que o atual, medido pela participação na renda nacional. Isto significa um agravamento das tensões competitivas dentro do setor, como parte de um processo de ajuste estrutural complicado por transformações no sistema financeiro internacional, pela tendência à abertura e à globalização das atividades etc.

Do estudo realizado, três conclusões principais podem ser sugeridas a respeito da capacidade dos diversos segmentos do setor bancário em promover com sucesso sua adaptação ao novo ambiente, aberto pelo Plano de Estabilização.

a. Os bancos múltiplos privados são os que se mostram mais bem preparados para atravessar esta transição. Seus índices de rentabilidade e de fragilidade demonstram que são os mais sólidos e preparados para enfrentar as pressões competitivas. O potencial de expansão de crédito dos bancos mútiplos nacionais privados é indicado pelo grau relativamente baixo de alavancagem que os tem caracterizado no passado recente. As informações sobre custos operacionais tam-

bém apontam os bancos múltiplos privados como, consistentemente, os mais eficientes do setor bancário;

b. Os bancos oficiais exibem certa redundância na absorção de trabalho, especialmente os federais, e um peso relativamente alto de custos com remuneração de pessoal. Por outro lado, especialmente no que se refere a bancos federais, não se pode esquecer que freqüentemente lhes foram atribuídas funções que vão além da mera intermediação de depósitos e realização de empréstimos.

c. Apesar da redução drástica da participação do setor no PIB de 1995, ajustes mais permanentes em sua estrutura produtiva ainda não foram iniciados de maneira significativa. Mesmo com a queda importante no número de empregados, especialmente nos bancos públicos, tanto o emprego no setor privado quanto o número de agências se mantêm fundamentalmente inalterados desde o final de 1994.

Referências Bibliográficas

66th Annual Report, Bank for International Settlements - BIS, 1994.

International Financial Statistics, International Monetary Fund, 1994.

Mckinsey Global Institute. Latin American Productivity. Washington, DC., 1994 (mimeo).

National Accounts Statistics: Main agregates and detailed tables (1992), United Nationas, 1994.

Revista Balanço, Gazeta Mercantil, 1993 - Ano XVII; nº 17.

_____, 1994/1995 - Ano XVIII, nº 18.

Suplemento Bancos do Jornal Gazeta Mercantil, 20.03.1996.

United Nations. System of National Accounts. New York, 1993.

Apêndice

Quadro 1 - Conta intermediária das instituições financeiras:
total dos segmentos - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	212,9	116,4	93,5	Produção mercantil	1 406,7	548,6	846,5
				Produção imputada de intermediação financeira	1 325,7	520,0	805,7
				Produção de serviços bancários	115,6	42,9	61,1
				Renda de aluguéis	0,2	0,2	0,0
Valor adicionado bruto	1 193,8	432,2	753,0	Deduções	34,8	14,5	20,3
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	614,3	162,4	449,1	Valor adicionado bruto	1 193,8	432,2	753,0
Salários e ordenados brutos	487,6	126,6	358,7				
Salários e ordenados diretos	391,9	112,8	276,8				
Salários indiretos	95,7	13,8	81,9				
Contribuições sociais efetivas	126,7	35,8	90,4				
Despesas tributárias	33,2	15,2	18,0				
Excedente operacional bruto	546,3	254,6	285,9				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	1 325,7	520,0	805,7	Excedente operacional bruto	546,3	254,6	285,9
Renda de propriedade	5 535,0	2 351,7	3 183,3	Renda de propriedade	6 860,4	2 871,7	3 988,7
Juros	5 535,0	2 351,7	3 183,3	Juros	6 853,2	2 871,4	3 981,8
Dividendos	...	...	...	Dividendos	7,2	0,3	6,9
Provisão para Imposto de Renda	81,3	60,8	20,5				
Transferências correntes	20,5	2,3	18,2				
Autofinanciamento	444,2	191,5	246,9				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

NOTA - Na coluna *total* estão incluídos também os auxiliares financeiros, não disponíveis por controle acionário.

Quadro 2 - Conta intermediária das instituições financeiras:
bancos comerciais e caixas econômicas - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	77,3	16,1	61,2	Produção mercantil	578,4	64,2	514,2
				Produção imputada de intermediação financeira	541,1	62,6	478,5
				Produção de serviços bancários	51,9	2,5	49,4
				Renda de aluguéis	0,1	0,1	0,0
Valor adicionado bruto	501,1	48,1	453,0	Deduções	14,7	1,0	13,7
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	364,3	17,7	346,6	Valor adicionado bruto	501,1	48,1	453,0
Salários e ordenados brutos	286,6	14,1	272,5				
Salários e ordenados diretos	228,6	12,9	215,7				
Salários indiretos	58,0	1,2	56,8				
Contribuições sociais efetivas	77,7	3,6	74,1				
Despesas tributárias	13,8	1,0	12,8				
Excedente operacional bruto	123,0	29,4	93,6				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	541,1	62,6	478,5	Excedente operacional bruto	123,0	29,4	93,6
Renda de propriedade	2 209,0	223,5	1 985,5	Renda de propriedade	2 750,1	286,1	2 464,0
Juros	2 209,0	223,5	1 985,5	Juros	2 743,2	286,1	2 457,1
Dividendos	...	...	...	Dividendos	6,9	0,0	6,9
Provisão para Imposto de Renda	12,2	2,8	9,4				
Transferências correntes	18,1	0,4	17,7				
Autofinanciamento	92,7	26,2	66,5				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 3 - Conta intermediária das instituições financeiras:
bancos múltiplos - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	110,6	85,6	25,0	Produção mercantil	541,2	386,4	154,8
				Produção imputada de intermediação financeira	517,0	367,5	149,5
				Produção de serviços bancários	39,8	30,4	9,4
				Renda de aluguéis	0,1	0,1	0,0
Valor adicionado bruto	430,6	300,8	129,8	Deduções	15,7	11,6	4,1
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	227,9	132,4	95,5	Valor adicionado bruto	430,6	300,8	129,8
Salários e ordenados brutos	183,9	102,9	81,0				
Salários e ordenados diretos	147,7	91,2	56,5				
Salários indiretos	36,2	11,7	24,5				
Contribuições sociais efetivas	44,0	29,5	14,5				
Despesas tributárias	12,4	9,5	2,9				
Excedente operacional bruto	190,3	158,9	31,4				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	517,0	367,5	149,5	Excedente operacional bruto	190,3	158,9	31,4
Renda de propriedade	2 157,3	1 577,9	579,4	Renda de propriedade	2 674,2	1 945,4	728,8
Juros	2 157,3	1 577,9	579,4	Juros	2 674,1	1 945,3	728,8
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,1	0,1	0,0
Provisão para Imposto de Renda	38,5	34,7	3,8				
Transferências correntes	1,9	1,6	0,3				
Autofinanciamento	149,8	122,6	27,2				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 4 - Conta intermediária das instituições financeiras:
bancos de desenvolvimento - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	3,4	..	3,4	Produção mercantil	136,6	..	136,6
				Produção imputada de intermediação financeira	138,1	..	138,1
				Produção de serviços bancários	0,1	..	0,1
				Renda de aluguéis	0,0	..	0,0
Valor adicionado bruto	133,2	..	133,2	Deduções	1,6	..	1,6
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	5,0	..	5,0	Valor adicionado bruto	133,2	..	133,2
Salários e ordenados brutos	3,7	..	3,7				
Salários e ordenados diretos	3,2	..	3,2				
Salários indiretos	0,5	..	0,5				
Contribuições sociais efetivas	1,3	..	1,3				
Despesas tributárias	1,2	..	1,2				
Excedente operacional bruto	127,0	..	127,0				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	138,1	..	138,1	Excedente operacional bruto	127,0	..	127,0
Renda de propriedade	408,2	..	408,2	Renda de propriedade	546,2	..	546,2
Juros	408,2	..	408,2	Juros	546,2	..	546,2
Dividendos	...	..	...	Dividendos	0,0	..	0,0
Provisão para Imposto de Renda	1,1	..	1,1				
Transferências correntes	0,0	..	0,0				
Autofinanciamento	125,8	..	125,8				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 5 - Conta intermediária das instituições financeiras:
bancos de investimento - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	2,0	2,0	0,0	Produção mercantil	29,8	20,0	9,8
				Produção imputada de intermediação financeira	29,0	19,3	9,7
				Produção de serviços bancários	1,5	1,4	0,1
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	0,0
Valor adicionado bruto	27,8	18,0	9,8	Deduções	0,7	0,7	0,0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	2,4	2,3	0,1	Valor adicionado bruto	27,8	18,0	9,8
Salários e ordenados brutos	1,9	1,8	0,1				
Salários e ordenados diretos	1,8	1,7	0,1				
Salários indiretos	0,1	0,1	0,0				
Contribuições sociais efetivas	0,5	0,5	0,0				
Despesas tributárias	0,9	0,7	0,2				
Excedente operacional bruto	24,5	15,0	9,5				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	29,0	19,3	9,7	Excedente operacional bruto	24,5	15,0	9,5
Renda de propriedade	152,2	150,3	1,9	Renda de propriedade	181,1	169,5	11,6
Juros	152,2	150,3	1,9	Juros	181,1	169,5	11,6
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,0	0,0	0,0
Provisão para Imposto de Renda	3,5	2,8	0,7				
Transferências correntes	0,1	0,1	0,0				
Autofinanciamento	20,8	12,0	8,8				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 6 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito, financiamento e investimento - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	3,1	3,0	0,1	Produção mercantil	25,4	24,0	1,4
				Produção imputada de intermediação financeira	25,7	24,3	1,4
				Produção de serviços bancários	0,1	0,1	0,0
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	0,0
Valor adicionado bruto	22,3	21,0	1,3	Deduções	0,4	0,4	0,0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1,1	1,0	0,1	Valor adicionado bruto	22,3	21,0	1,3
Salários e ordenados brutos	0,9	0,8	0,1				
Salários e ordenados diretos	0,8	0,7	0,1				
Salários indiretos	0,1	0,1	0,0				
Contribuições sociais efetivas	0,2	0,2	0,0				
Despesas tributárias	0,4	0,4	0,0				
Excedente operacional bruto	20,8	19,6	1,2				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	25,7	24,3	1,4	Excedente operacional bruto	20,8	19,6	1,2
Renda de propriedade	23,2	22,4	0,8	Renda de propriedade	48,9	46,7	2,2
Juros	23,2	22,4	0,8	Juros	48,9	46,7	2,2
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,0	0,0	0,0
Provisão para Imposto de Renda	3,9	3,9	0,0				
Transferências correntes	0,1	0,1	0,0				
Autofinanciamento	16,8	15,6	1,2				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 7 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	6,5	3,8	2,7	Produção mercantil	32,6	13,8	18,8
				Produção imputada de intermediação financeira	27,0	8,5	18,5
				Produção de serviços bancários	6,1	5,5	0,6
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	0,0
Valor adicionado bruto	26,1	10,0	16,1	Deduções	0,5	0,2	0,3
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	4,0	3,4	0,6	Valor adicionado bruto	26,1	10,0	16,1
Salários e ordenados brutos	3,0	2,6	0,4				
Salários e ordenados diretos	2,7	2,3	0,4				
Salários indiretos	0,3	0,3	0,0				
Contribuições sociais efetivas	1,0	0,8	0,2				
Despesas tributárias	0,5	0,3	0,2				
Excedente operacional bruto	21,6	6,3	15,3				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	27,0	8,5	18,5	Excedente operacional bruto	21,6	6,3	15,3
Renda de propriedade	109,5	44,1	65,4	Renda de propriedade	136,5	52,6	83,9
Juros	109,5	44,1	65,4	Juros	136,4	52,5	83,9
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,1	0,1	0,0
Provisão para Imposto de Renda	5,2	1,3	3,9				
Transferências correntes	0,0	0,0	0,0				
Autofinanciamento	16,4	5,0	11,4				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 8 - Conta intermediária das instituições financeiras:
sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	3,1	3,0	0,1	Produção mercantil	18,9	16,2	2,7
				Produção imputada de intermediação financeira	15,0	13,7	1,3
				Produção de serviços bancários	4,2	2,7	1,5
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	0,0
Valor adicionado bruto	15,8	13,2	2,6	Deduções	0,3	0,2	0,1
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	2,9	2,6	0,3	Valor adicionado bruto	15,8	13,2	2,6
Salários e ordenados brutos	2,2	2,0	0,2				
Salários e ordenados diretos	2,0	1,8	0,2				
Salários indiretos	0,2	0,2	0,0				
Contribuições sociais efetivas	0,7	0,6	0,1				
Despesas tributárias	0,7	0,5	0,2				
Excedente operacional bruto	12,2	10,1	2,1				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	15,0	13,7	1,3	Excedente operacional bruto	12,2	10,1	2,1
Renda de propriedade	128,0	94,9	33,1	Renda de propriedade	143,0	108,7	34,3
Juros	128,0	94,9	33,1	Juros	142,9	108,6	34,3
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,1	0,1	0,0
Provisão para Imposto de Renda	3,0	2,6	0,4				
Transferências correntes	0,0	0,0	0,0				
Autofinanciamento	9,2	7,6	1,6				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 9 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de arrendamento mercantil - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	2,0	1,7	0,3	Produção mercantil	20,8	16,4	4,4
				Produção imputada de intermediação financeira	21,2	16,7	4,5
				Produção de serviços bancários	0,1	0,1	0,0
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	0,0
Valor adicionado bruto	18,8	14,7	4,1	Deduções	0,5	0,4	0,1
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1,5	1,4	0,1	Valor adicionado bruto	18,8	14,7	4,1
Salários e ordenados brutos	1,2	1,1	0,1				
Salários e ordenados diretos	1,1	1,0	0,1				
Salários indiretos	0,1	0,1	0,0				
Contribuições sociais efetivas	0,3	0,3	0,0				
Despesas tributárias	2,8	2,6	0,2				
Excedente operacional bruto	14,5	10,7	3,8				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	21,2	16,7	4,5	Excedente operacional bruto	14,5	10,7	3,8
Renda de propriedade	85,5	81,3	4,2	Renda de propriedade	106,7	98,0	8,7
Juros	85,5	81,3	4,2	Juros	106,7	98,0	8,7
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,0	0,0	0,0
Provisão para Imposto de Renda	13,4	12,5	0,9				
Transferências correntes	0,0	0,0	0,0				
Autofinanciamento	1,1	(-) 1,8	2,9				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 10 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito imobiliário - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	1,5	0,8	0,7	Produção mercantil	9,0	5,2	3,8
				Produção imputada de intermediação financeira	9,3	5,1	4,2
				Produção de serviços bancários	0,1	0,1	0,0
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	0,0
Valor adicionado bruto	7,5	4,4	3,1	Deduções	0,4	0,0	0,4
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1,7	0,9	0,8	Valor adicionado bruto	7,5	4,4	3,1
Salários e ordenados brutos	1,3	0,7	0,6				
Salários e ordenados diretos	1,1	0,6	0,5				
Salários indiretos	0,2	0,1	0,1				
Contribuições sociais efetivas	0,4	0,2	0,2				
Despesas tributárias	0,5	0,2	0,3				
Excedente operacional bruto	5,3	3,3	2,0				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	9,3	5,1	4,2	Excedente operacional bruto	5,3	3,3	2,0
Renda de propriedade	259,3	154,5	104,8	Renda de propriedade	268,6	159,6	109,0
Juros	259,3	154,5	104,8	Juros	268,6	159,6	109,0
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,0	0,0	0,0
Provisão para Imposto de Renda	0,5	0,2	0,3				
Transferências correntes	0,3	0,1	0,2				
Autofinanciamento	4,5	3,0	1,5				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 11 - Conta intermediária das instituições financeiras: cooperativas de crédito - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	0,4	0,4	..	Produção mercantil	2,4	2,4	..
				Produção imputada de intermediação financeira	2,3	2,3	..
				Produção de serviços bancários	0,1	0,1	..
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	..
Valor adicionado bruto	2,0	2,0	..	Deduções	0,0	0,0	..
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	0,7	0,7	..	Valor adicionado bruto	2,0	2,0	..
Salários e ordenados brutos	0,6	0,6	..				
Salários e ordenados diretos	0,6	0,6	..				
Salários indiretos	0,0	0,0	..				
Contribuições sociais efetivas	0,1	0,1	..				
Despesas tributárias	0,0	0,0	..				
Excedente operacional bruto	1,3	1,3	..				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	2,3	2,3	..	Excedente operacional bruto	1,3	1,3	..
Renda de propriedade	2,8	2,8	..	Renda de propriedade	5,1	5,1	..
Juros	2,8	2,8	..	Juros	5,1	5,1	..
Dividendos	...	...	..	Dividendos	0,0	0,0	..
Provisão para Imposto de Renda	0,0	0,0	..				
Transferências correntes	0,0	0,0	..				
Autofinanciamento	1,3	1,3	..				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 12 - Conta intermediária das instituições financeiras: auxiliares financeiros - 1990

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	3,0	...	...	Produção mercantil	11,6	...	...
				Produção imputada de intermediação financeira	0,0	...	...
				Produção de serviços bancários	11,6	...	...
				Renda de aluguéis	0,0	...	...
Valor adicionado bruto	8,6	...	...	Deduções	0,0	...	...
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	2,8	...	...	Valor adicionado bruto	8,6	...	...
Salários e ordenados brutos	2,3	...	...				
Salários e ordenados diretos	2,3	...	...				
Salários indiretos	0,0	...	...				
Contribuições sociais efetivas	0,5	...	...				
Despesas tributárias	0,0	...	...				
Excedente operacional bruto	5,8	...	...				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	0,0	...	...	Excedente operacional bruto	5,8	...	...
Renda de propriedade	0,0	...	...	Renda de propriedade	0,0	...	...
Juros	0,0	...	...	Juros	0,0	...	...
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,0	...	...
Provisão para Imposto de Renda	0,0	...	...				
Transferências correntes	0,0	...	...				
Autofinanciamento	5,8	...	...				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 13 - Conta intermediária das instituições financeiras:
total dos segmentos - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	1 109,0	656,8	439,7	Produção mercantil	6 381,5	2 799,5	3 533,2
				Produção imputada de intermediação financeira	5 954,5	2 636,8	3 317,7
				Produção de serviços bancários	693,8	301,2	343,8
				Renda de aluguéis	1,4	1,3	0,1
Valor adicionado bruto	5 272,5	2 142,7	3 093,5	Deduções	268,2	139,8	128,4
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	2 985,9	851,1	2 122,8	Valor adicionado bruto	5 272,5	2 142,7	3 093,5
Salários e ordenados brutos	2 417,2	672,6	1 734,9				
Salários e ordenados diretos	1 878,0	602,7	1 265,6				
Salários indiretos	539,2	69,9	469,3				
Contribuições sociais efetivas	568,7	178,5	387,9				
Despesas tributárias	152,1	91,0	61,0				
Excedente operacional bruto	2 134,5	1 200,6	909,7				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	5 954,5	2 636,8	3 317,7	Excedente operacional bruto	2 134,5	1 200,6	909,7
Renda de propriedade	33 648,2	15 255,9	18 392,3	Renda de propriedade	39 602,7	17 892,7	21 710,0
Juros	33 648,2	15 255,9	18 392,3	Juros	39 406,1	17 889,8	21 516,3
Dividendos	...	...	...	Dividendos	196,6	2,9	193,7
Provisão para Imposto de Renda	358,8	269,4	89,4				
Transferências correntes	130,3	16,3	114,0				
Autofinanciamento	1 645,4	914,9	706,3				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

NOTA - Na coluna *total* estão incluídos também os auxiliares financeiros, não disponíveis por controle acionário.

Quadro 14 - Conta intermediária das instituições financeiras:
bancos comerciais e caixas econômicas - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	348,1	81,2	266,9	Produção mercantil	2 139,2	257,5	1 881,7
				Produção imputada de intermediação financeira	1 914,1	244,5	1 669,6
				Produção de serviços bancários	296,6	21,8	274,8
				Renda de aluguéis	0,5	0,4	0,1
Valor adicionado bruto	1 791,1	176,3	1 614,8	Deduções	72,0	9,2	62,8
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1 572,1	94,5	1 477,6	Valor adicionado bruto	1 791,1	176,3	1 614,8
Salários e ordenados brutos	1 267,9	75,8	1 192,1				
Salários e ordenados diretos	976,4	68,2	908,2				
Salários indiretos	291,5	7,6	283,9				
Contribuições sociais efetivas	304,2	18,7	285,5				
Despesas tributárias	41,8	7,8	34,0				
Excedente operacional bruto	177,2	74,0	103,2				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	1 914,1	244,5	1 669,6	Excedente operacional bruto	177,2	74,0	103,2
Renda de propriedade	12 072,1	1 673,7	10 398,4	Renda de propriedade	13 986,2	1 918,2	12 068,0
Juros	12 072,1	1 673,7	10 398,4	Juros	13 792,7	1 918,1	11 874,6
Dividendos	...	...	...	Dividendos	193,5	0,1	193,4
Provisão para Imposto de Renda	16,5	4,8	11,7				
Transferências correntes	110,7	0,6	110,1				
Autofinanciamento	50,0	68,6	(-) 18,6				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 15 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos múltiplos - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	637,1	491,4	145,7	Produção mercantil	2 882,3	1 939,9	942,4
				Produção imputada de intermediação financeira	2 798,7	1 847,4	951,3
				Produção de serviços bancários	252,4	205,8	46,6
				Renda de aluguéis	0,5	0,5	0,0
Valor adicionado bruto	2 245,2	1 448,5	796,7	Deduções	169,3	113,8	55,5
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1 309,2	697,4	611,8	Valor adicionado bruto	2 245,2	1 448,5	796,7
Salários e ordenados brutos	1 068,6	550,5	518,1				
Salários e ordenados diretos	827,6	492,3	335,3				
Salários indiretos	241,0	58,2	182,8				
Contribuições sociais efetivas	240,6	146,9	93,7				
Despesas tributárias	77,5	55,6	21,9				
Excedente operacional bruto	858,5	695,5	163,0				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	2 798,7	1 847,4	951,3	Excedente operacional bruto	858,5	695,5	163,0
Renda de propriedade	14 799,1	10 320,7	4 478,4	Renda de propriedade	17 597,7	12 168,1	5 429,6
Juros	14 799,1	10 320,7	4 478,4	Juros	17 596,6	12 167,0	5 429,6
Dividendos	...	...	...	Dividendos	1,1	1,1	0,0
Provisão para Imposto de Renda	192,8	151,8	41,0				
Transferências correntes	14,3	11,5	2,8				
Autofinanciamento	651,3	532,2	119,1				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 16 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos de desenvolvimento - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	17,4	..	17,4	Produção mercantil	374,6	..	374,6
				Produção imputada de intermediação financeira	377,2	..	377,2
				Produção de serviços bancários	1,9	..	1,9
				Renda de aluguéis	0,0	..	0,0
Valor adicionado bruto	357,2	..	357,2	Deduções	4,5	..	4,5
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	23,5	..	23,5	Valor adicionado bruto	357,2	..	357,2
Salários e ordenados brutos	17,3	..	17,3				
Salários e ordenados diretos	15,4	..	15,4				
Salários indiretos	1,9	..	1,9				
Contribuições sociais efetivas	6,2	..	6,2				
Despesas tributárias	2,0	..	2,0				
Excedente operacional bruto	331,7	..	331,7				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	377,2	..	377,2	Excedente operacional bruto	331,7	..	331,7
Renda de propriedade	2 475,4	..	2 475,4	Renda de propriedade	2 852,6	..	2 852,6
Juros	2 475,4	..	2 475,4	Juros	2 852,4	..	2 852,4
Dividendos	...	..	...	Dividendos	0,2	..	0,2
Provisão para Imposto de Renda	0,6	..	0,6				
Transferências correntes	0,0	..	0,0				
Autofinanciamento	331,1	..	331,1				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 17 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos de investimento - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	12,7	12,6	0,1	Produção mercantil	188,5	78,8	109,7
				Produção imputada de intermediação financeira	186,0	75,8	110,2
				Produção de serviços bancários	10,3	10,1	0,2
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	0,0
Valor adicionado bruto	175,8	66,2	109,6	Deduções	7,8	7,1	0,7
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	9,7	9,4	0,3	Valor adicionado bruto	175,8	66,2	109,6
Salários e ordenados brutos	7,6	7,4	0,2				
Salários e ordenados diretos	7,2	7,0	0,2				
Salários indiretos	0,4	0,4	0,0				
Contribuições sociais efetivas	2,1	2,0	0,1				
Despesas tributárias	4,0	3,6	0,4				
Excedente operacional bruto	162,1	53,2	108,9				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	186,0	75,8	110,2	Excedente operacional bruto	162,1	53,2	108,9
Renda de propriedade	1 032,2	1 023,0	9,2	Renda de propriedade	1 218,1	1 098,7	119,4
Juros	1 032,2	1 023,0	9,2	Juros	1 217,6	1 098,2	119,4
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,5	0,5	0,0
Provisão para Imposto de Renda	18,3	12,5	5,8				
Transferências correntes	1,6	1,6	0,0				
Autofinanciamento	142,1	39,0	103,1				

FONTE - IBGE Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 18 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito, financiamento e investimento - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	15,6	14,9	0,7	Produção mercantil	150,1	131,2	18,9
				Produção imputada de intermediação financeira	153,1	134,0	19,1
				Produção de serviços bancários	0,4	0,4	0,0
				Renda de aluguéis	0,1	0,1	0,0
Valor adicionado bruto	134,5	116,3	18,2	Deduções	3,5	3,3	0,2
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	5,4	4,6	0,8	Valor adicionado bruto	134,5	116,3	18,2
Salários e ordenados brutos	4,2	3,6	0,6				
Salários e ordenados diretos	3,9	3,4	0,5				
Salários indiretos	0,3	0,2	0,1				
Contribuições sociais efetivas	1,2	1,0	0,2				
Despesas tributárias	1,2	1,1	0,1				
Excedente operacional bruto	127,9	110,6	17,3				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	153,1	134,0	19,1	Excedente operacional bruto	127,9	110,6	17,3
Renda de propriedade	108,8	105,4	3,4	Renda de propriedade	261,8	239,3	22,5
Juros	108,8	105,4	3,4	Juros	261,8	239,3	22,5
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,0	0,0	0,0
Provisão para Imposto de Renda	17,0	14,6	2,4				
Transferências correntes	0,5	0,5	0,0				
Autofinanciamento	110,3	95,4	14,9				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 19 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	27,5	22,1	5,4	Produção mercantil	197,0	89,8	107,2
				Produção imputada de intermediação financeira	149,0	49,6	99,4
				Produção de serviços bancários	51,6	41,7	9,9
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	0,0
Valor adicionado bruto	169,5	67,7	101,8	Deduções	3,6	1,5	2,1
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	19,9	16,5	3,4	Valor adicionado bruto	169,5	67,7	101,8
Salários e ordenados brutos	15,4	12,8	2,6				
Salários e ordenados diretos	13,8	11,4	2,4				
Salários indiretos	1,6	1,4	0,2				
Contribuições sociais efetivas	4,5	3,7	0,8				
Despesas tributárias	2,4	1,7	0,7				
Excedente operacional bruto	147,2	49,5	97,7				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	149,0	49,6	99,4	Excedente operacional bruto	147,2	49,5	97,7
Renda de propriedade	735,8	226,6	509,2	Renda de propriedade	884,9	276,2	608,7
Juros	735,8	226,6	509,2	Juros	884,5	275,9	608,6
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,4	0,3	0,1
Provisão para Imposto de Renda	25,9	9,9	16,0				
Transferências correntes	0,3	0,3	0,0				
Autofinanciamento	121,1	39,3	81,8				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 20 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	17,0	16,1	0,9	Produção mercantil	161,6	126,8	34,8
				Produção imputada de intermediação financeira	134,9	109,6	25,3
				Produção de serviços bancários	29,1	18,8	10,3
				Renda de aluguéis	0,2	0,2	0,0
Valor adicionado bruto	144,6	110,7	33,9	Deduções	2,6	1,8	0,8
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	13,9	12,6	1,3	Valor adicionado bruto	144,6	110,7	33,9
Salários e ordenados brutos	10,8	9,9	0,9				
Salários e ordenados diretos	9,6	8,8	0,8				
Salários indiretos	1,2	1,1	0,1				
Contribuições sociais efetivas	3,1	2,7	0,4				
Despesas tributárias	1,8	1,5	0,3				
Excedente operacional bruto	128,9	96,6	32,3				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	134,9	109,6	25,3	Excedente operacional bruto	128,9	96,6	32,3
Renda de propriedade	395,1	381,6	13,5	Renda de propriedade	530,0	491,2	38,8
Juros	395,1	381,6	13,5	Juros	529,4	490,6	38,8
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,6	0,6	0,0
Provisão para Imposto de Renda	24,2	18,3	5,9				
Transferências correntes	0,6	0,6	0,0				
Autofinanciamento	104,1	77,7	26,4				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 21 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de arrendamento mercantil - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	12,2	11,2	1,0	Produção mercantil	150,8	95,9	54,9
				Produção imputada de intermediação financeira	152,6	97,2	55,4
				Produção de serviços bancários	1,8	1,7	0,1
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	0,0
Valor adicionado bruto	138,6	84,7	53,9	Deduções	3,6	3,0	0,6
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	7,4	7,1	0,3	Valor adicionado bruto	138,6	84,7	53,9
Salários e ordenados brutos	5,7	5,5	0,2				
Salários e ordenados diretos	5,4	5,2	0,2				
Salários indiretos	0,3	0,3	0,0				
Contribuições sociais efetivas	1,7	1,6	0,1				
Despesas tributárias	20,1	19,5	0,6				
Excedente operacional bruto	111,1	58,1	53,0				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	152,6	97,2	55,4	Excedente operacional bruto	111,1	58,1	53,0
Renda de propriedade	764,2	733,6	30,6	Renda de propriedade	916,8	830,8	86,0
Juros	764,2	733,6	30,6	Juros	916,8	830,8	86,0
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,0	0,0	0,0
Provisão para Imposto de Renda	61,0	56,6	4,4				
Transferências correntes	0,2	0,2	0,0				
Autofinanciamento	49,9	1,3	48,6				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 22 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito imobiliário - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	6,5	4,9	1,6	Produção mercantil	63,1	54,1	9,0
				Produção imputada de intermediação financeira	64,0	53,8	10,2
				Produção de serviços bancários	0,3	0,3	0,0
				Renda de aluguéis	0,1	0,1	0,0
Valor adicionado bruto	56,6	49,2	7,4	Deduções	1,3	0,1	1,2
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	8,1	4,3	3,8	Valor adicionado bruto	56,6	49,2	7,4
Salários e ordenados brutos	6,3	3,4	2,9				
Salários e ordenados diretos	5,5	2,9	2,6				
Salários indiretos	0,8	0,5	0,3				
Contribuições sociais efetivas	1,8	0,9	0,9				
Despesas tributárias	1,2	0,2	1,0				
Excedente operacional bruto	47,3	44,7	2,6				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	64,0	53,8	10,2	Excedente operacional bruto	47,3	44,7	2,6
Renda de propriedade	1 236,8	762,6	474,2	Renda de propriedade	1 300,8	816,4	484,4
Juros	1 236,8	762,6	474,2	Juros	1 300,5	816,1	484,4
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,3	0,3	0,0
Provisão para Imposto de Renda	2,3	0,7	1,6				
Transferências correntes	2,1	1,0	1,1				
Autofinanciamento	42,9	43,0	(-) 0,1				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 23 - Conta intermediária das instituições financeiras: cooperativas de crédito - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	2,4	2,4	..	Produção mercantil	25,5	25,5	..
				Produção imputada de intermediação financeira	24,9	24,9	..
				Produção de serviços bancários	0,6	0,6	..
				Renda de aluguéis	0,0	0,0	..
Valor adicionado bruto	23,1	23,1	..	Deduções	0,0	0,0	..
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	4,7	4,7	...	Valor adicionado bruto	23,1	23,1	..
Salários e ordenados brutos	3,7	3,7	..				
Salários e ordenados diretos	3,5	3,5	..				
Salários indiretos	0,2	0,2	..				
Contribuições sociais efetivas	1,0	1,0	..				
Despesas tributárias	0,0	0,0	..				
Excedente operacional bruto	18,4	18,4	..				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	24,9	24,9	..	Excedente operacional bruto	18,4	18,4	..
Renda de propriedade	28,7	28,7	..	Renda de propriedade	53,8	53,8	..
Juros	28,7	28,7	..	Juros	53,8	53,8	..
Dividendos	...	...	..	Dividendos	0,0	0,0	..
Provisão para Imposto de Renda	0,2	0,2	..				
Transferências correntes	0,0	0,0	..				
Autofinanciamento	18,4	18,4	..				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 24 - Conta intermediária das instituições financeiras: auxiliares financeiros - 1991

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	12,5	...	...	Produção mercantil	48,8	...	...
				Produção imputada de intermediação financeira	0,0	...	...
				Produção de serviços bancários	48,8	...	...
				Renda de aluguéis	0,0	...	...
Valor adicionado bruto	36,3	...	...	Deduções	0,0	...	...
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	12,0	...	...	Valor adicionado bruto	36,3	...	...
Salários e ordenados brutos	9,7	...	...				
Salários e ordenados diretos	9,7	...	...				
Salários indiretos	0,0	...	...				
Contribuições sociais efetivas	2,3	...	...				
Despesas tributárias	0,1	...	...				
Excedente operacional bruto	24,2	...	...				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	0,0	...	...	Excedente operacional bruto	24,2	...	...
Renda de propriedade	0,0	...	...	Renda de propriedade	0,0	...	...
Juros	0,0	...	...	Juros	0,0	...	...
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0,0	...	...
Provisão para Imposto de Renda	0,0	...	...				
Transferências correntes	0,0	...	...				
Autofinanciamento	24,2	...	...				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 25 - Conta intermediária das instituições financeiras:
total dos segmentos - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	13 375	7 722	5 515	Produção mercantil	79 538	39 554	39 447
				Produção imputada de intermediação financeira	71 424	35 882	35 542
				Produção de serviços bancários	8 469	3 859	4 073
				Renda de aluguéis	14	13	1
Valor adicionado bruto	66 163	31 832	33 932	Deduções	369	200	169
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	43 551	10 985	32 434	Valor adicionado bruto	66 163	31 832	33 932
Salários e ordenados brutos	36 336	8 699	27 530				
Salários e ordenados diretos	28 128	7 808	20 213				
Salários indiretos	8 208	891	7 317				
Contribuições sociais efetivas	7 215	2 286	4 904				
Despesas tributárias	1 398	850	547				
Excedente operacional bruto	21 214	19 997	951				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	71 424	35 882	35 542	Excedente operacional bruto	21 214	19 997	951
Renda de propriedade	679 631	347 956	331 675	Renda de propriedade	751 052	383 836	367 216
Juros	679 631	347 956	331 675	Juros	748 826	383 619	365 207
Dividendos	...	...	...	Dividendos	2 226	217	2 009
Provisão para Imposto de Renda	5 696	4 178	1 518				
Transferências correntes	1 570	202	1 368				
Autofinanciamento	13 945	15 615	(-) 1 936				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

NOTA - Na coluna total estão incluídos também os auxiliares financeiros, não disponíveis por controle acionário.

Quadro 26 - Conta intermediária das instituições financeiras:
bancos comerciais e caixas econômicas - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	4 225	865	3 360	Produção mercantil	18 365	3 960	14 405
				Produção imputada de intermediação financeira	14 869	3 541	11 328
				Produção de serviços bancários	3 538	426	3 112
				Renda de aluguéis	6	5	1
Valor adicionado bruto	14 140	3 095	11 045	Deduções	48	12	36
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	22 668	1 143	21 525	Valor adicionado bruto	14 140	3 095	11 045
Salários e ordenados brutos	19 155	920	18 235				
Salários e ordenados diretos	15 085	827	14 258				
Salários indiretos	4 070	93	3 977				
Contribuições sociais efetivas	3 513	223	3 290				
Despesas tributárias	444	152	292				
Excedente operacional bruto	(-) 8 972	1 800	(-) 10 772				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	14 869	3 541	11 328	Excedente operacional bruto	(-) 8 972	1 800	(-) 10 772
Renda de propriedade	214 167	32 910	181 257	Renda de propriedade	229 036	36 451	192 585
Juros	214 167	32 910	181 257	Juros	227 139	36 447	190 692
Dividendos	...	...	...	Dividendos	1 897	4	1 893
Provisão para Imposto de Renda	717	160	557				
Transferências correntes	1 313	2	1 311				
Autofinanciamento	(-) 11 002	1 638	(-) 12 640				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 27 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos múltiplos - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	7 796	5 839	1 957	Produção mercantil	40 630	28 476	12 154
				Produção imputada de intermediação financeira	37 626	26 006	11 620
				Produção de serviços bancários	3 241	2 588	653
				Renda de aluguéis	5	5	0
Valor adicionado bruto	32 834	22 637	10 197	Deduções	242	123	119
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	19 577	9 110	10 467	Valor adicionado bruto	32 834	22 637	10 197
Salários e ordenados brutos	16 181	7 206	8 975				
Salários e ordenados diretos	12 125	6 459	5 666				
Salários indiretos	4 056	747	3 309				
Contribuições sociais efetivas	3 396	1 904	1 492				
Despesas tributárias	736	552	184				
Excedente operacional bruto	12 521	12 975	(-) 454				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	37 626	26 006	11 620	Excedente operacional bruto	12 521	12 975	(-) 454
Renda de propriedade	326 772	238 099	88 673	Renda de propriedade	364 397	264 105	100 292
Juros	326 772	238 099	88 673	Juros	364 215	264 031	100 184
Dividendos	...	...	...	Dividendos	182	74	108
Provisão para Imposto de Renda	3 101	2 723	378				
Transferências correntes	209	166	43				
Autofinanciamento	9 210	10 086	(-) 876				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 28 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos de desenvolvimento - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	118	..	118	Produção mercantil	8 292	..	8 292
				Produção imputada de intermediação financeira	8 285	..	8 285
				Produção de serviços bancários	16	..	16
				Renda de aluguéis	0	..	0
Valor adicionado bruto	8 174	..	8 174	Deduções	9	..	9
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	340	..	340	Valor adicionado bruto	8 174	..	8 174
Salários e ordenados brutos	240	..	240				
Salários e ordenados diretos	216	..	216				
Salários indiretos	24	..	24				
Contribuições sociais efetivas	100	..	100				
Despesas tributárias	40	..	40				
Excedente operacional bruto	7 794	..	7 794				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	8 285	..	8 285	Excedente operacional bruto	7 794	..	7 794
Renda de propriedade	38 243	..	38 243	Renda de propriedade	46 529	..	46 529
Juros	38 243	..	38 243	Juros	46 527	..	46 527
Dividendos	...	..	...	Dividendos	2	..	2
Provisão para Imposto de Renda	10	..	10				
Transferências correntes	0	..	0				
Autofinanciamento	7 785	..	7 785				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 29 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos de investimento - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	149	148	1	Produção mercantil	2 590	1 192	1 398
				Produção imputada de intermediação financeira	2 518	1 121	1 397
				Produção de serviços bancários	118	116	2
				Renda de aluguéis	1	1	0
Valor adicionado bruto	2 441	1 044	1 397	Deduções	47	46	1
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	136	132	4	Valor adicionado bruto	2 441	1 044	1 397
Salários e ordenados brutos	106	103	3				
Salários e ordenados diretos	101	98	3				
Salários indiretos	5	5	0				
Contribuições sociais efetivas	30	29	1				
Despesas tributárias	46	39	7				
Excedente operacional bruto	2 259	873	1 386				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	2 518	1 121	1 397	Excedente operacional bruto	2 259	873	1 386
Renda de propriedade	24 626	24 142	484	Renda de propriedade	27 142	25 262	1 880
Juros	24 626	24 142	484	Juros	27 022	25 142	1 880
Dividendos	...	...	...	Dividendos	120	120	0
Provisão para Imposto de Renda	299	155	144				
Transferências correntes	10	10	0				
Autofinanciamento	1 948	707	1 241				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 30 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito, financiamento e investimento - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	182	168	14	Produção mercantil	1 622	1 405	217
				Produção imputada de intermediação financeira	1 623	1 406	217
				Produção de serviços bancários	2	2	0
				Renda de aluguéis	0	0	0
Valor adicionado bruto	1 440	1 237	203	Deduções	3	3	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	57	53	4	Valor adicionado bruto	1 440	1 237	203
Salários e ordenados brutos	45	42	3				
Salários e ordenados diretos	43	40	3				
Salários indiretos	2	2	0				
Contribuições sociais efetivas	12	11	1				
Despesas tributárias	13	11	2				
Excedente operacional bruto	1 370	1 173	197				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	1 623	1 406	217	Excedente operacional bruto	1 370	1 173	197
Renda de propriedade	1 259	1 060	199	Renda de propriedade	2 882	2 466	416
Juros	1 259	1 060	199	Juros	2 881	2 465	416
Dividendos	...	...	...	Dividendos	1	1	0
Provisão para Imposto de Renda	154	134	20				
Transferências correntes	5	5	0				
Autofinanciamento	1 211	1 034	177				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 31 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	286	255	31	Produção mercantil	3 063	1 376	1 687
				Produção imputada de intermediação financeira	2 430	875	1 555
				Produção de serviços bancários	637	504	133
				Renda de aluguéis	0	0	0
Valor adicionado bruto	2 777	1 121	1 656	Deduções	4	3	1
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	268	224	44	Valor adicionado bruto	2 777	1 121	1 656
Salários e ordenados brutos	209	175	34				
Salários e ordenados diretos	186	155	31				
Salários indiretos	23	20	3				
Contribuições sociais efetivas	59	49	10				
Despesas tributárias	25	22	3				
Excedente operacional bruto	2 484	875	1 609				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	2 430	875	1 555	Excedente operacional bruto	2 484	875	1 609
Renda de propriedade	22 427	7 159	15 268	Renda de propriedade	24 856	8 033	16 823
Juros	22 427	7 159	15 268	Juros	24 852	8 030	16 822
Dividendos	...	...	...	Dividendos	4	3	1
Provisão para Imposto de Renda	398	140	258				
Transferências correntes	1	1	0				
Autofinanciamento	2 084	733	1 351				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 32 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	180	171	9	Produção mercantil	1 956	1 527	429
				Produção imputada de intermediação financeira	1 608	1 335	273
				Produção de serviços bancários	351	194	157
				Renda de aluguéis	0	0	0
Valor adicionado bruto	1 776	1 356	420	Deduções	3	2	1
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	157	147	10	Valor adicionado bruto	1 776	1 356	420
Salários e ordenados brutos	122	115	7				
Salários e ordenados diretos	108	102	6				
Salários indiretos	14	13	1				
Contribuições sociais efetivas	35	32	3				
Despesas tributárias	20	15	5				
Excedente operacional bruto	1 599	1 194	405				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	1 608	1 335	273	Excedente operacional bruto	1 599	1 194	405
Renda de propriedade	15 142	14 819	323	Renda de propriedade	16 750	16 154	596
Juros	15 142	14 819	323	Juros	16 739	16 147	592
Dividendos	...	...	...	Dividendos	11	7	4
Provisão para Imposto de Renda	193	151	42				
Transferências correntes	2	2	0				
Autofinanciamento	1 404	1 041	363				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 33 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de arrendamento mercantil - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	166	156	10	Produção mercantil	1 334	769	565
				Produção imputada de intermediação financeira	1 333	767	566
				Produção de serviços bancários	13	13	0
				Renda de aluguéis	0	0	0
Valor adicionado bruto	1 168	613	555	Deduções	12	11	1
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	69	64	5	Valor adicionado bruto	1 168	613	555
Salários e ordenados brutos	54	50	4				
Salários e ordenados diretos	50	47	3				
Salários indiretos	4	3	1				
Contribuições sociais efetivas	15	14	1				
Despesas tributárias	64	57	7				
Excedente operacional bruto	1 035	492	543				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	1 333	767	566	Excedente operacional bruto	1 035	492	543
Renda de propriedade	17 686	16 999	687	Renda de propriedade	19 019	17 766	1 253
Juros	17 686	16 999	687	Juros	19 016	17 764	1 252
Dividendos	...	...	...	Dividendos	3	2	1
Provisão para Imposto de Renda	813	705	108				
Transferências correntes	0	0	0				
Autofinanciamento	222	(-) 213	435				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 34 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito imobiliário - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	99	84	15	Produção mercantil	688	388	300
				Produção imputada de intermediação financeira	681	380	301
				Produção de serviços bancários	6	6	0
				Renda de aluguéis	2	2	0
Valor adicionado bruto	589	304	285	Deduções	1	0	1
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	80	45	35	Valor adicionado bruto	589	304	285
Salários e ordenados brutos	65	36	29				
Salários e ordenados diretos	58	31	27				
Salários indiretos	7	5	2				
Contribuições sociais efetivas	15	9	6				
Despesas tributárias	8	1	7				
Excedente operacional bruto	501	258	243				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	681	380	301	Excedente operacional bruto	501	258	243
Renda de propriedade	18 798	12 257	6 541	Renda de propriedade	19 479	12 637	6 842
Juros	18 798	12 257	6 541	Juros	19 474	12 632	6 842
Dividendos	...	...	...	Dividendos	5	5	0
Provisão para Imposto de Renda	9	8	1				
Transferências correntes	30	16	14				
Autofinanciamento	462	234	228				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 35 - Conta intermediária das instituições financeiras: cooperativas de crédito - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	36	36	..	Produção mercantil	461	461	..
				Produção imputada de intermediação financeira	451	451	..
				Produção de serviços bancários	10	10	..
				Renda de aluguéis	0	0	..
Valor adicionado bruto	425	425	..	Deduções	0	0	..
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	67	67	..	Valor adicionado bruto	425	425	..
Salários e ordenados brutos	52	52	..				
Salários e ordenados diretos	49	49	..				
Salários indiretos	3	3	..				
Contribuições sociais efetivas	15	15	..				
Despesas tributárias	1	1	..				
Excedente operacional bruto	357	357	..				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	451	451	..	Excedente operacional bruto	357	357	..
Renda de propriedade	511	511	..	Renda de propriedade	962	962	..
Juros	511	511	..	Juros	961	961	..
Dividendos	...	...	..	Dividendos	1	1	..
Provisão para Imposto de Renda	2	2	..				
Transferências correntes	0	0	..				
Autofinanciamento	355	355	..				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 36 - Conta intermediária das instituições financeiras: auxiliares financeiros - 1992

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	138	...	...	Produção mercantil	537	...	...
				Produção imputada de intermediação financeira	0	...	...
				Produção de serviços bancários	537	...	...
				Renda de aluguéis	0	...	...
Valor adicionado bruto	399	...	...	Deduções	0	...	...
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	132	...	...	Valor adicionado bruto	399	...	...
Salários e ordenados brutos	107	...	...				
Salários e ordenados diretos	107	...	...				
Salários indiretos	0	...	...				
Contribuições sociais efetivas	25	...	...				
Despesas tributárias	1	...	...				
Excedente operacional bruto	266	...	...				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	0	...	...	Excedente operacional bruto	266	...	...
Renda de propriedade	0	...	...	Renda de propriedade	0	...	...
Juros	0	...	...	Juros	0	...	...
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0	...	...
Provisão para Imposto de Renda	0	...	...				
Transferências correntes	0	...	...				
Autofinanciamento	266	...	...				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 37 - Conta intermediária das instituições financeiras: total dos segmentos - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	320 594	189 211	122 979	Produção mercantil	2 243 812	1 237 913	853 507
				Produção imputada de intermediação financeira	2 023 218	1 138 639	754 915
				Produção de serviços bancários	222 345	99 397	100 191
				Renda de aluguéis	640	224	397
Valor adicionado bruto	1 923 218	1 048 702	730 528	Deduções	2 391	347	1 996
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1 153 407	299 671	845 229	Valor adicionado bruto	1 923 218	1 048 702	730 528
Salários e ordenados brutos	955 311	234 595	713 927				
Salários e ordenados diretos	733 731	213 270	513 774				
Salários indiretos	221 580	21 325	200 153				
Contribuições sociais efetivas	198 096	65 076	131 302				
Despesas tributárias	22 683	11 833	10 335				
Excedente operacional bruto	747 128	737 198	(-) 125 036				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	2 023 218	1 138 639	754 915	Excedente operacional bruto	747 128	737 198	(-) 125 036
Renda de propriedade	23 709 297	11 925 318	10 907 137	Renda de propriedade	25 732 606	13 063 960	11 662 140
Juros	23 709 297	11 925 318	10 907 137	Juros	25 705 551	13 048 642	11 650 616
Dividendos	...	...	...	Dividendos	27 055	15 318	11 524
Provisão para Imposto de Renda	89 097	58 880	25 285				
Transferências correntes	17 443	6 724	10 484				
Autofinanciamento	640 679	671 597	(-) 160 717				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

NOTA - Na coluna *total* estão incluídos também os auxiliares financeiros e os bancos de investimento, não disponíveis por controle acionário.

Quadro 38 - Conta intermediária das instituições financeiras:
bancos comerciais e caixas econômicas - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	85 491	20 330	65 161	Produção mercantil	366 082	158 587	207 495
				Produção imputada de intermediação financeira	292 052	148 685	143 367
				Produção de serviços bancários	73 598	9 827	63 771
				Renda de aluguéis	447	90	357
Valor adicionado bruto	280 591	138 257	142 334	Deduções	15	15	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	537 076	26 918	510 158	Valor adicionado bruto	280 591	138 257	142 334
Salários e ordenados brutos	458 412	21 876	436 536				
Salários e ordenados diretos	363 919	19 763	344 156				
Salários indiretos	94 493	2 113	92 380				
Contribuições sociais efetivas	78 664	5 042	73 622				
Despesas tributárias	5 098	874	4 224				
Excedente operacional bruto	(-) 261 583	110 465	(-) 372 048				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	292 052	148 685	143 367	Excedente operacional bruto	(-) 261 583	110 465	(-) 372 048
Renda de propriedade	7 269 003	1 207 781	6 061 222	Renda de propriedade	7 561 055	1 356 466	6 204 589
Juros	7 269 003	1 207 781	6 061 222	Juros	7 550 280	1 356 286	6 193 994
Dividendos	...	...	...	Dividendos	10 775	180	10 595
Provisão para Imposto de Renda	1 957	1 957	0				
Transferências correntes	9 023	25	8 998				
Autofinanciamento	(-) 272 563	108 483	(-) 381 046				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 39 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos múltiplos - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	199 007	144 974	54 033	Produção mercantil	1 279 787	913 067	366 720
				Produção imputada de intermediação financeira	1 182 372	842 857	339 515
				Produção de serviços bancários	99 316	70 245	29 071
				Renda de aluguéis	137	100	37
Valor adicionado bruto	1 080 780	768 093	312 687	Deduções	2 038	135	1 903
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	581 627	257 846	323 781	Valor adicionado bruto	1 080 780	768 093	312 687
Salários e ordenados brutos	470 711	201 013	269 698				
Salários e ordenados diretos	345 543	182 907	162 636				
Salários indiretos	125 168	18 106	107 062				
Contribuições sociais efetivas	110 916	56 833	54 083				
Despesas tributárias	13 228	8 028	5 200				
Excedente operacional bruto	485 925	502 219	(-) 16 294				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	1 182 372	842 857	339 515	Excedente operacional bruto	485 925	502 219	(-) 16 294
Renda de propriedade	11 704 036	8 849 764	2 854 272	Renda de propriedade	12 886 411	9 692 624	3 193 787
Juros	11 704 036	8 849 764	2 854 272	Juros	12 876 644	9 683 456	3 193 188
Dividendos	...	...	...	Dividendos	9 767	9 168	599
Provisão para Imposto de Renda	48 971	32 693	16 278				
Transferências correntes	7 331	6 037	1 294				
Autofinanciamento	429 626	463 492	(-) 33 866				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 40 - Conta intermediária das instituições financeiras:
bancos de desenvolvimento - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	1 536	..	1 536	Produção mercantil	185 376	..	185 376
				Produção imputada de intermediação financeira	185 299	..	185 299
				Produção de serviços bancários	170	..	170
				Renda de aluguéis	0	..	0
Valor adicionado bruto	183 840	..	183 840	Deduções	93	..	93
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	9 100	..	9 100	Valor adicionado bruto	183 840	..	183 840
Salários e ordenados brutos	5 981	..	5 981				
Salários e ordenados diretos	5 427	..	5 427				
Salários indiretos	554	..	554				
Contribuições sociais efetivas	3 119	..	3 119				
Despesas tributárias	339	..	339				
Excedente operacional bruto	174 401	..	174 401				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	185 299	..	185 299	Excedente operacional bruto	174 401	..	174 401
Renda de propriedade	1 183 627	..	1 183 627	Renda de propriedade	1 369 016	..	1 369 016
Juros	1 183 627	..	1 183 627	Juros	1 368 893	..	1 368 893
Dividendos	...	..	...	Dividendos	123	..	123
Provisão para Imposto de Renda	2 637	..	2 637				
Transferências correntes	8	..	8				
Autofinanciamento	171 846	..	171 846				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 41 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos de investimento - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	3 791	...	x	Produção mercantil	134 402	...	x
				Produção imputada de intermediação financeira	129 664	...	x
				Produção de serviços bancários	4 767	...	x
				Renda de aluguéis	19	...	x
Valor adicionado bruto	130 611	...	x	Deduções	48	...	x
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	4 094	...	x	Valor adicionado bruto	130 611	...	x
Salários e ordenados brutos	3 221	...	x				
Salários e ordenados diretos	3 119	...	x				
Salários indiretos	102	...	x				
Contribuições sociais efetivas	873	...	x				
Despesas tributárias	478	...	x				
Excedente operacional bruto	126 039	...	x				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	129 664	...	x	Excedente operacional bruto	126 039	...	x
Renda de propriedade	876 842	...	x	Renda de propriedade	1 006 506	...	x
Juros	876 842	...	x	Juros	1 006 293	...	x
Dividendos	...	...	x	Dividendos	213	...	x
Provisão para Imposto de Renda	4 932	...	x				
Transferências correntes	235	...	x				
Autofinanciamento	120 872	...	x				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 42 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito, financiamento e investimento - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	3 665	3 356	309	Produção mercantil	45 488	35 346	10 142
				Produção imputada de intermediação financeira	45 420	35 291	10 129
				Produção de serviços bancários	70	57	13
				Renda de aluguéis	6	6	0
Valor adicionado bruto	41 823	31 990	9 833	Deduções	8	8	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1 365	1 311	54	Valor adicionado bruto	41 823	31 990	9 833
Salários e ordenados brutos	1 096	1 054	42				
Salários e ordenados diretos	1 037	998	39				
Salários indiretos	59	56	3				
Contribuições sociais efetivas	269	257	12				
Despesas tributárias	396	247	149				
Excedente operacional bruto	40 062	30 432	9 630				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	45 420	35 291	10 129	Excedente operacional bruto	40 062	30 432	9 630
Renda de propriedade	73 048	52 207	20 841	Renda de propriedade	118 468	87 498	30 970
Juros	73 048	52 207	20 841	Juros	118 450	87 481	30 969
Dividendos	...	...	...	Dividendos	18	17	1
Provisão para Imposto de Renda	3 068	1 680	1 388				
Transferências correntes	80	80	0				
Autofinanciamento	36 914	28 672	8 242				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 43 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	8 341	7 174	1 167	Produção mercantil	94 776	46 301	48 475
				Produção imputada de intermediação financeira	76 777	31 637	45 140
				Produção de serviços bancários	17 999	14 664	3 335
				Renda de aluguéis	3	3	0
Valor adicionado bruto	86 435	39 127	47 308	Deduções	3	3	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	7 051	5 958	1 093	Valor adicionado bruto	86 435	39 127	47 308
Salários e ordenados brutos	5 496	4 659	837				
Salários e ordenados diretos	4 893	4 131	762				
Salários indiretos	603	528	75				
Contribuições sociais efetivas	1 555	1 299	256				
Despesas tributárias	599	486	113				
Excedente operacional bruto	78 785	32 683	46 102				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	76 777	31 637	45 140	Excedente operacional bruto	78 785	32 683	46 102
Renda de propriedade	826 917	182 963	643 954	Renda de propriedade	903 694	214 600	689 094
Juros	826 917	182 963	643 954	Juros	903 577	214 484	689 093
Dividendos	...	...	...	Dividendos	117	116	1
Provisão para Imposto de Renda	10 020	6 214	3 806				
Transferências correntes	41	41	0				
Autofinanciamento	68 724	26 428	42 296				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 44 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	5 166	4 995	171	Produção mercantil	55 359	43 604	11 755
				Produção imputada de intermediação financeira	47 634	39 525	8 109
				Produção de serviços bancários	7 725	4 080	3 645
				Renda de aluguéis	3	2	1
Valor adicionado bruto	50 193	38 609	11 584	Deduções	3	3	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	3 233	2 982	251	Valor adicionado bruto	50 193	38 609	11 584
Salários e ordenados brutos	2 527	2 348	179				
Salários e ordenados diretos	2 237	2 085	152				
Salários indiretos	290	263	27				
Contribuições sociais efetivas	706	634	72				
Despesas tributárias	473	353	120				
Excedente operacional bruto	46 487	35 274	11 213				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	47 634	39 525	8 109	Excedente operacional bruto	46 487	35 274	11 213
Renda de propriedade	713 969	707 213	6 756	Renda de propriedade	761 602	746 738	14 864
Juros	713 969	707 213	6 756	Juros	761 220	746 561	14 659
Dividendos	...	...	...	Dividendos	382	177	205
Provisão para Imposto de Renda	5 959	4 899	1 060				
Transferências correntes	42	42	0				
Autofinanciamento	40 485	30 333	10 152				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 45 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de arrendamento mercantil - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	5 938	5 657	281	Produção mercantil	38 360	21 179	17 181
				Produção imputada de intermediação financeira	38 298	21 130	17 168
				Produção de serviços bancários	243	231	12
				Renda de aluguéis	1	0	1
Valor adicionado bruto	32 422	15 522	16 900	Deduções	182	182	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1 888	1 737	151	Valor adicionado bruto	32 422	15 522	16 900
Salários e ordenados brutos	1 508	1 392	116				
Salários e ordenados diretos	1 406	1 304	102				
Salários indiretos	102	88	14				
Contribuições sociais efetivas	380	345	35				
Despesas tributárias	1 859	1 684	175				
Excedente operacional bruto	28 675	12 101	16 574				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	38 298	21 130	17 168	Excedente operacional bruto	28 675	12 101	16 574
Renda de propriedade	598 158	568 083	30 075	Renda de propriedade	636 456	589 213	47 243
Juros	598 158	568 083	30 075	Juros	630 942	583 699	47 243
Dividendos	...	...	...	Dividendos	5 514	5 514	0
Provisão para Imposto de Renda	10 961	10 961	0				
Transferências correntes	5	5	0				
Autofinanciamento	17 709	1 135	16 574				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 46 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito imobiliário - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	2 039	1 718	321	Produção mercantil	10 608	4 245	6 363
				Produção imputada de intermediação financeira	10 384	4 196	6 188
				Produção de serviços bancários	201	27	174
				Renda de aluguéis	24	23	1
Valor adicionado bruto	8 569	2 527	6 042	Deduções	1	1	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1 563	922	641	Valor adicionado bruto	8 569	2 527	6 042
Salários e ordenados brutos	1 257	719	538				
Salários e ordenados diretos	1 135	635	500				
Salários indiretos	122	84	38				
Contribuições sociais efetivas	306	203	103				
Despesas tributárias	140	125	15				
Excedente operacional bruto	6 866	1 480	5 386				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	10 384	4 196	6 188	Excedente operacional bruto	6 866	1 480	5 386
Renda de propriedade	431 462	325 072	106 390	Renda de propriedade	441 845	329 268	112 577
Juros	431 462	325 072	106 390	Juros	441 759	329 182	112 577
Dividendos	...	...	...	Dividendos	86	86	0
Provisão para Imposto de Renda	582	466	116				
Transferências correntes	676	492	184				
Autofinanciamento	5 607	522	5 085				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 47 - Conta intermediária das instituições financeiras: cooperativas de crédito - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	1 007	1 007	..	Produção mercantil	15 584	15 584	..
				Produção imputada de intermediação financeira	15 318	15 318	..
				Produção de serviços bancários	266	266	..
				Renda de aluguéis	0	0	..
Valor adicionado bruto	14 577	14 577	..	Deduções	0	0	..
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	1 997	1 997	..	Valor adicionado bruto	14 577	14 577	..
Salários e ordenados brutos	1 534	1 534	..				
Salários e ordenados diretos	1 447	1 447	..				
Salários indiretos	87	87	..				
Contribuições sociais efetivas	463	463	..				
Despesas tributárias	36	36	..				
Excedente operacional bruto	12 544	12 544	..				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	15 318	15 318	..	Excedente operacional bruto	12 544	12 544	..
Renda de propriedade	32 235	32 235	..	Renda de propriedade	47 553	47 553	..
Juros	32 235	32 235	..	Juros	47 493	47 493	..
Dividendos	...	...	..	Dividendos	60	60	..
Provisão para Imposto de Renda	10	10	..				
Transferências correntes	2	2	..				
Autofinanciamento	12 532	12 532	..				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 48 - Conta intermediária das instituições financeiras: auxiliares financeiros - 1993

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	4 613	...	...	Produção mercantil	17 990	...	...
				Produção imputada de intermediação financeira	0	...	...
				Produção de serviços bancários	17 990	...	...
				Renda de aluguéis	0	...	...
Valor adicionado bruto	13 377	...	...	Deduções	0	...	...
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	4 413	...	...	Valor adicionado bruto	13 377	...	...
Salários e ordenados brutos	3 568	...	...				
Salários e ordenados diretos	3 568	...	...				
Salários indiretos	0	...	...				
Contribuições sociais efetivas	845	...	...				
Despesas tributárias	37	...	...				
Excedente operacional bruto	8 927	...	...				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	0	...	...	Excedente operacional bruto	8 927	...	...
Renda de propriedade	0	...	...	Renda de propriedade	0	...	...
Juros	0	...	...	Juros	0	...	...
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0	...	...
Provisão para Imposto de Renda	0	...	...				
Transferências correntes	0	...	...				
Autofinanciamento	8 927	...	...				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 49 - Conta intermediária das instituições financeiras: total dos segmentos - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	7 287 115	4 632 380	2 401 356	Produção mercantil	45 514 702	25 892 349	16 722 045
				Produção imputada de intermediação financeira	39 416 292	22 719 577	14 336 166
				Produção de serviços bancários	6 195 934	3 238 550	2 417 945
				Renda de aluguéis	8 036	3 897	3 171
Valor adicionado bruto	38 227 587	21 259 969	14 320 689	Deduções	105 560	69 675	35 237
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	18 432 444	5 750 218	12 441 590	Valor adicionado bruto	38 227 587	21 259 969	14 320 689
Salários e ordenados brutos	14 839 389	4 525 266	10 125 403				
Salários e ordenados diretos	11 187 862	3 875 406	7 128 988				
Salários indiretos	3 651 527	649 860	2 996 415				
Contribuições sociais efetivas	3 593 055	1 224 952	2 316 187				
Despesas tributárias	836 898	542 850	231 324				
Excedente operacional bruto	18 958 245	14 966 901	1 647 775				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	39 416 292	22 719 577	14 336 166	Excedente operacional bruto	18 958 245	14 966 901	1 647 775
Renda de propriedade	272 662 354	142 377 234	115 820 513	Renda de propriedade	312 082 968	165 096 859	130 160 953
Juros	272 662 354	142 377 234	115 820 513	Juros	311 713 502	164 750 538	130 145 140
Dividendos	...	...	...	Dividendos	369 466	346 321	15 813
Provisão para Imposto de Renda	3 530 376	2 037 160	1 375 985				
Transferências correntes	207 280	90 665	104 447				
Autofinanciamento	15 224 911	12 839 124	171 617				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

NOTA - Na coluna *total* estão incluídos também os auxiliares financeiros, os bancos de investimento e as sociedades de crédito imobiliário, não disponíveis por controle acionário.

Quadro 50 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos comerciais e caixas econômicas - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	1 848 136	486 480	1 361 656	Produção mercantil	9 479 741	3 345 223	6 134 518
				Produção imputada de intermediação financeira	7 722 203	3 037 003	4 685 200
				Produção de serviços bancários	1 765 014	311 659	1 453 355
				Renda de aluguéis	3 983	1 729	2 254
Valor adicionado bruto	7 631 605	2 858 743	4 772 862	Deduções	11 459	5 168	6 291
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	8 263 203	522 891	7 740 312	Valor adicionado bruto	7 631 605	2 858 743	4 772 862
Salários e ordenados brutos	6 767 447	420 411	6 347 036				
Salários e ordenados diretos	4 989 481	362 828	4 626 653				
Salários indiretos	1 777 966	57 583	1 720 383				
Contribuições sociais efetivas	1 495 756	102 480	1 393 276				
Despesas tributárias	166 423	54 580	111 843				
Excedente operacional bruto	(-) 798 021	2 281 272	(-) 3 079 239				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	7 722 203	3 037 003	4 685 200	Excedente operacional bruto	(-) 798 021	2 281 272	(-) 3 079 293
Renda de propriedade	81 551 657	14 190 836	67 360 821	Renda de propriedade	89 273 860	17 227 839	72 046 021
Juros	81 551 657	14 190 836	67 360 821	Juros	89 267 211	17 221 190	72 046 021
Dividendos	...	...	...	Dividendos	6 649	6 649	0
Provisão para Imposto de Renda	510 570	159 629	350 941				
Transferências correntes	86 229	1 296	84 933				
Autofinanciamento	(-) 1 394 820	2 120 347	(-) 3 515 167				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 51 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos múltiplos - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	4 419 814	3 516 243	903 571	Produção mercantil	26 252 307	19 705 594	6 546 713
				Produção imputada de intermediação financeira	23 330 842	17 466 377	5 864 465
				Produção de serviços bancários	2 996 501	2 288 521	707 980
				Renda de aluguéis	2 846	1 988	858
Valor adicionado bruto	21 832 493	16 189 351	5 643 142	Deduções	77 882	51 292	26 590
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	9 413 741	4 904 913	4 508 828	Valor adicionado bruto	21 832 493	16 189 351	5 643 142
Salários e ordenados brutos	7 487 148	3 850 268	3 636 880				
Salários e ordenados diretos	5 670 109	3 291 273	2 378 836				
Salários indiretos	1 817 039	558 995	1 258 044				
Contribuições sociais efetivas	1 926 593	1 054 645	871 948				
Despesas tributárias	465 223	371 512	93 711				
Excedente operacional bruto	11 953 529	10 912 926	1 040 603				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	23 330 842	17 466 377	5 864 465	Excedente operacional bruto	11 953 529	10 912 926	1 040 603
Renda de propriedade	135 422 613	108 699 058	26 723 555	Renda de propriedade	158 753 505	126 165 483	32 588 022
Juros	135 422 613	108 699 058	26 723 555	Juros	158 615 434	126 033 057	32 582 377
Dividendos	...	...	...	Dividendos	138 071	132 426	5 645
Provisão para Imposto de Renda	1 561 142	1 317 760	243 382				
Transferências correntes	105 302	86 034	19 268				
Autofinanciamento	10 287 135	9 509 180	777 955				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 52 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos de desenvolvimento - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	32 932	..	32 932	Produção mercantil	2 795 154	..	2 795 154
				Produção imputada de intermediação financeira	2 786 896	..	2 786 896
				Produção de serviços bancários	8 251	..	8 251
				Renda de aluguéis	7	..	7
Valor adicionado bruto	2 762 222	..	2 762 222	Deduções	0	..	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	161 594	..	161 594	Valor adicionado bruto	2 762 222	..	2 762 222
Salários e ordenados brutos	117 284	..	117 284				
Salários e ordenados diretos	102 350	..	102 350				
Salários indiretos	14 934	..	14 934				
Contribuições sociais efetivas	44 310	..	44 310				
Despesas tributárias	8 084	..	8 084				
Excedente operacional bruto	2 592 544	..	2 592 544				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	2 786 896	..	2 786 896	Excedente operacional bruto	2 592 544	..	2 592 544
Renda de propriedade	13 367 327	..	13 367 327	Renda de propriedade	16 158 495	..	16 158 495
Juros	13 367 327	..	13 367 327	Juros	16 149 740	..	16 149 740
Dividendos	...	..	...	Dividendos	8 755	..	8 755
Provisão para Imposto de Renda	510 655	..	510 655				
Transferências correntes	234	..	234				
Autofinanciamento	2 085 927	..	2 085 927				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 53 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos de investimento - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	82 497	...	x	Produção mercantil	2 266 369	...	x
				Produção imputada de intermediação financeira	2 102 193	...	x
				Produção de serviços bancários	164 491	...	x
				Renda de aluguéis	324	...	x
Valor adicionado bruto	2 183 872	...	x	Deduções	639	...	x
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	126 455	...	x	Valor adicionado bruto	2 183 872	...	x
Salários e ordenados brutos	96 487	...	x				
Salários e ordenados diretos	93 729	...	x				
Salários indiretos	2 758	...	x				
Contribuições sociais efetivas	29 968	...	x				
Despesas tributárias	54 343	...	x				
Excedente operacional bruto	2 003 074	...	x				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	2 102 193	...	x	Excedente operacional bruto	2 003 074	...	x
Renda de propriedade	10 041 747	...	x	Renda de propriedade	12 143 940	...	x
Juros	10 041 747	...	x	Juros	12 137 026	...	x
Dividendos	...	...	x	Dividendos	6 914	...	x
Provisão para Imposto de Renda	106 015	...	x				
Transferências correntes	2 821	...	x				
Autofinanciamento	1 894 238	...	x				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 54 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito, financiamento e investimento - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	210 414	175 264	35 150	Produção mercantil	892 701	676 740	215 961
				Produção imputada de intermediação financeira	875 652	660 261	215 391
				Produção de serviços bancários	17 882	17 312	570
				Renda de aluguéis	104	104	0
Valor adicionado bruto	682 287	501 476	180 811	Deduções	937	937	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	32 802	31 476	1 326	Valor adicionado bruto	682 287	501 476	180 811
Salários e ordenados brutos	26 019	24 906	1 113				
Salários e ordenados diretos	23 429	22 387	1 042				
Salários indiretos	2 590	2 519	71				
Contribuições sociais efetivas	6 783	6 570	213				
Despesas tributárias	10 968	8 127	2 841				
Excedente operacional bruto	638 517	461 873	176 644				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	875 652	660 261	215 391	Excedente operacional bruto	638 517	461 873	176 644
Renda de propriedade	1 335 147	1 035 397	299 750	Renda de propriedade	2 210 799	1 695 658	515 141
Juros	1 335 147	1 035 397	299 750	Juros	2 210 271	1 695 138	515 133
Dividendos	...	...	...	Dividendos	528	520	8
Provisão para Imposto de Renda	96 665	45 971	50 694				
Transferências correntes	1 346	1 346	0				
Autofinanciamento	540 506	414 556	125 950				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 55 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	240 933	211 674	29 259	Produção mercantil	1 560 982	952 390	608 592
				Produção imputada de intermediação financeira	1 001 505	495 203	506 302
				Produção de serviços bancários	563 459	460 954	102 505
				Renda de aluguéis	18	18	0
Valor adicionado bruto	1 320 049	740 716	579 333	Deduções	4 000	3 785	215
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	167 375	147 249	20 126	Valor adicionado bruto	1 320 049	740 716	579 333
Salários e ordenados brutos	132 737	116 944	15 793				
Salários e ordenados diretos	111 933	98 143	13 790				
Salários indiretos	20 804	18 801	2 003				
Contribuições sociais efetivas	34 638	30 305	4 333				
Despesas tributárias	19 552	14 060	5 492				
Excedente operacional bruto	1 133 122	579 407	553 715				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	1 001 505	495 203	506 302	Excedente operacional bruto	1 133 122	579 407	553 715
Renda de propriedade	9 502 084	2 121 265	7 380 819	Renda de propriedade	10 503 589	2 616 468	7 887 121
Juros	9 502 084	2 121 265	7 380 819	Juros	10 495 884	2 608 849	7 887 035
Dividendos	...	...	...	Dividendos	7 705	7 619	86
Provisão para Imposto de Renda	247 243	145 327	101 916				
Transferências correntes	552	552	0				
Autofinanciamento	885 327	433 528	451 799				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 56 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	122 831	92 477	30 354	Produção mercantil	817 163	496 295	320 868
				Produção imputada de intermediação financeira	561 237	380 663	180 574
				Produção de serviços bancários	256 512	116 224	140 288
				Renda de aluguéis	37	31	6
Valor adicionado bruto	694 332	403 818	290 514	Deduções	623	623	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	64 739	59 093	5 646	Valor adicionado bruto	694 332	403 818	290 514
Salários e ordenados brutos	51 942	47 875	4 067				
Salários e ordenados diretos	44 570	41 216	3 354				
Salários indiretos	7 372	6 659	713				
Contribuições sociais efetivas	12 797	11 218	1 579				
Despesas tributárias	15 983	10 650	5 333				
Excedente operacional bruto	613 610	334 075	279 535				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	561 237	380 663	180 574	Excedente operacional bruto	613 610	334 075	279 535
Renda de propriedade	9 679 579	9 490 136	189 443	Renda de propriedade	10 240 816	9 870 799	370 017
Juros	9 679 579	9 490 136	189 443	Juros	10 237 368	9 868 670	368 698
Dividendos	...	...	...	Dividendos	3 448	2 129	1 319
Provisão para Imposto de Renda	182 684	94 966	87 718				
Transferências correntes	1 101	1 101	0				
Autofinanciamento	429 825	238 008	191 817				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 57 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de arrendamento mercantil - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	130 152	121 718	8 434	Produção mercantil	557 820	457 581	100 239
				Produção imputada de intermediação financeira	528 221	430 883	97 338
				Produção de serviços bancários	39 545	34 549	4 996
				Renda de aluguéis	61	15	46
Valor adicionado bruto	427 668	335 863	91 805	Deduções	10 007	7 866	2 141
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	42 323	38 565	3 758	Valor adicionado bruto	427 668	335 863	91 805
Salários e ordenados brutos	32 122	28 892	3 230				
Salários e ordenados diretos	29 626	26 663	2 963				
Salários indiretos	2 496	2 229	267				
Contribuições sociais efetivas	10 201	9 673	528				
Despesas tributárias	86 669	82 649	4 020				
Excedente operacional bruto	298 676	214 649	84 027				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	528 221	430 883	97 338	Excedente operacional bruto	298 676	214 649	84 027
Renda de propriedade	7 091 690	6 592 892	498 798	Renda de propriedade	7 619 911	7 023 775	596 136
Juros	7 091 690	6 592 892	498 798	Juros	7 423 865	6 827 729	596 136
Dividendos	...	...	...	Dividendos	196 046	196 046	0
Provisão para Imposto de Renda	304 087	273 408	30 679				
Transferências correntes	283	271	12				
Autofinanciamento	(-) 5 694	(-) 59 030	53 336				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 58 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito imobiliário - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	76 446	...	x	Produção mercantil	265 612	...	x
				Produção imputada de intermediação financeira	258 356	...	x
				Produção de serviços bancários	6 621	...	x
				Renda de aluguéis	644	...	x
Valor adicionado bruto	189 166	...	x	Deduções	9	...	x
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	23 816	...	x	Valor adicionado bruto	189 166	...	x
Salários e ordenados brutos	19 178	...	x				
Salários e ordenados diretos	16 684	...	x				
Salários indiretos	2 494	...	x				
Contribuições sociais efetivas	4 638	...	x				
Despesas tributárias	7 617	...	x				
Excedente operacional bruto	157 733	...	x				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	258 356	...	x	Excedente operacional bruto	157 733	...	x
Renda de propriedade	4 422 860	...	x	Renda de propriedade	4 681 216	...	x
Juros	4 422 860	...	x	Juros	4 680 798	...	x
Dividendos	...	...	x	Dividendos	418	...	x
Provisão para Imposto de Renda	11 216	...	x				
Transferências correntes	9 347	...	x				
Autofinanciamento	137 170	...	x				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 59 - Conta intermediária das instituições financeiras: cooperativas de crédito - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	28 524	28 524	..	Produção mercantil	258 526	258 526	..
				Produção imputada de intermediação financeira	249 187	249 187	..
				Produção de serviços bancários	9 331	9 331	..
				Renda de aluguéis	12	12	..
Valor adicionado bruto	230 002	230 002	..	Deduções	4	4	..
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	46 031	46 031	..	Valor adicionado bruto	230 002	230 002	..
Salários e ordenados brutos	35 970	35 970	..				
Salários e ordenados diretos	32 896	32 896	..				
Salários indiretos	3 074	3 074	..				
Contribuições sociais efetivas	10 061	10 061	..				
Despesas tributárias	1 272	1 272	..				
Excedente operacional bruto	182 699	182 699	..				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	249 187	249 187	..	Excedente operacional bruto	182 699	182 699	..
Renda de propriedade	247 650	247 650	..	Renda de propriedade	496 837	496 837	..
Juros	247 650	247 650	..	Juros	495 905	495 905	..
Dividendos	...	...	..	Dividendos	932	932	..
Provisão para Imposto de Renda	99	99	..				
Transferências correntes	65	65	..				
Autofinanciamento	182 535	182 535	..				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 60 - Conta intermediária das instituições financeiras: auxiliares financeiros - 1994

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	94 436	...	...	Produção mercantil	368 327	...	...
				Produção imputada de intermediação financeira	0	...	...
				Produção de serviços bancários	368 327	...	...
				Renda de aluguéis	0	...	...
Valor adicionado bruto	273 891	...	...	Deduções	0	...	...
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	90 365	...	...	Valor adicionado bruto	273 891	...	...
Salários e ordenados brutos	73 055	...	...				
Salários e ordenados diretos	73 055	...	...				
Salários indiretos	0	...	...				
Contribuições sociais efetivas	17 310	...	...				
Despesas tributárias	764	...	...				
Excedente operacional bruto	182 762	...	...				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	0	...	...	Excedente operacional bruto	182 762	...	...
Renda de propriedade	0	...	...	Renda de propriedade	0	...	...
Juros	0	...	...	Juros	0	...	...
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0	...	...
Provisão para Imposto de Renda	0	...	...				
Transferências correntes	0	...	...				
Autofinanciamento	182 762	...	...				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 61 - Conta intermediária das instituições financeiras: total dos segmentos - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	11 340 112	7 319 436	3 665 918	Produção mercantil	50 290 661	27 415 295	21 670 839
				Produção imputada de intermediação financeira	39 332 653	21 780 893	16 906 922
				Produção de serviços bancários	11 144 983	5 764 304	4 825 648
				Renda de aluguéis	18 378	8 217	5 035
Valor adicionado bruto	38 950 549	20 095 859	18 004 921	Deduções	205 353	138 119	66 766
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	22 986 881	8 844 478	13 909 628	Valor adicionado bruto	38 950 549	20 095 859	18 004 921
Salários e ordenados brutos	17 957 651	7 046 047	10 723 501				
Salários e ordenados diretos	13 992 613	5 849 290	7 966 402				
Salários indiretos	3 965 038	1 196 757	2 757 099				
Contribuições sociais efetivas	5 029 230	1 798 431	3 186 127				
Despesas tributárias	868 397	514 378	332 213				
Excedente operacional bruto	15 095 271	10 737 003	3 763 080				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	39 332 653	21 780 893	16 906 922	Excedente operacional bruto	15 095 271	10 737 003	3 763 080
Renda de propriedade	120 618 139	64 961 112	51 501 688	Renda de propriedade	159 952 727	86 742 351	68 410 199
Juros	120 618 139	64 961 112	51 501 688	Juros	159 493 192	86 360 477	68 388 558
Dividendos	...	...	...	Dividendos	459 535	381 874	21 641
Provisão para Imposto de Renda	3 274 644	2 318 932	823 931				
Transferências correntes	182 639	115 248	55 536				
Autofinanciamento	11 639 923	8 303 169	2 885 202				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

NOTA - Na coluna *total* estão incluídos também os auxiliares financeiros, os bancos de investimento e as sociedades de crédito imobiliário, não disponíveis por controle acionário.

Quadro 62 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos comerciais e caixas econômicas - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	2 786 568	675 024	2 111 544	Produção mercantil	14 702 386	1 785 281	12 917 105
				Produção imputada de intermediação financeira	10 967 264	1 238 992	9 728 272
				Produção de serviços bancários	3 758 018	553 893	3 204 125
				Renda de aluguéis	6 091	3 465	2 626
Valor adicionado bruto	11 915 818	1 110 257	10 805 561	Deduções	28 987	11 069	17 918
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	10 250 814	834 189	9 416 625	Valor adicionado bruto	11 915 818	1 110 257	10 805 561
Salários e ordenados brutos	8 095 932	675 060	7 420 872				
Salários e ordenados diretos	5 787 788	556 677	5 231 111				
Salários indiretos	2 308 144	118 383	2 189 761				
Contribuições sociais efetivas	2 154 882	159 129	1 995 753				
Despesas tributárias	246 480	46 315	200 165				
Excedente operacional bruto	1 418 524	229 753	1 188 771				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	10 967 264	1 238 992	9 728 272	Excedente operacional bruto	1 418 524	229 753	1 188 771
Renda de propriedade	39 978 948	4 795 387	35 183 561	Renda de propriedade	50 946 212	6 034 379	44 911 833
Juros	39 978 948	4 795 387	35 183 561	Juros	50 924 536	6 013 146	44 911 390
Dividendos	...	...	...	Dividendos	21 676	21 233	443
Provisão para Imposto de Renda	101 594	101 594	0				
Transferências correntes	39 036	5 555	33 481				
Autofinanciamento	1 277 894	122 604	1 155 290				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 63 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos múltiplos - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	6 975 277	5 761 847	1 213 430	Produção mercantil	28 689 640	22 661 319	6 028 321
				Produção imputada de intermediação financeira	23 211 267	18 344 099	4 867 168
				Produção de serviços bancários	5 607 683	4 413 838	1 193 845
				Renda de aluguéis	6 478	4 271	2 207
Valor adicionado bruto	21 714 363	16 899 472	4 814 891	Deduções	135 788	100 889	34 899
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	11 637 665	7 458 451	4 179 214	Valor adicionado bruto	21 714 363	16 899 472	4 814 891
Salários e ordenados brutos	8 981 398	5 913 138	3 068 260				
Salários e ordenados diretos	7 425 897	4 895 256	2 530 641				
Salários indiretos	1 555 501	1 017 882	537 619				
Contribuições sociais efetivas	2 656 267	1 545 313	1 110 954				
Despesas tributárias	482 388	381 963	100 425				
Excedente operacional bruto	9 594 310	9 059 058	535 252				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	23 211 267	18 344 099	4 867 168	Excedente operacional bruto	9 594 310	9 059 058	535 252
Renda de propriedade	60 587 454	50 113 682	10 473 772	Renda de propriedade	83 799 072	68 458 127	15 340 945
Juros	60 587 454	50 113 682	10 473 772	Juros	83 590 733	68 257 588	15 333 145
Dividendos	...	...	...	Dividendos	208 339	200 539	7 800
Provisão para Imposto de Renda	1 584 183	1 271 928	312 255				
Transferências correntes	125 913	104 289	21 624				
Autofinanciamento	7 884 565	7 683 187	201 378				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 64 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos de desenvolvimento - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	47 520	..	47 520	Produção mercantil	1 433 929	..	1 433 929
				Produção imputada de intermediação financeira	1 439 907	..	1 439 907
				Produção de serviços bancários	3 909	..	3 909
				Renda de aluguéis	103	..	103
Valor adicionado bruto	1 386 409	..	1 386 409	Deduções	9 990	..	9 990
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	268 363	..	268 363	Valor adicionado bruto	1 386 409	..	1 386 409
Salários e ordenados brutos	198 798	..	198 798				
Salários e ordenados diretos	174 470	..	174 470				
Salários indiretos	24 328	..	24 328				
Contribuições sociais efetivas	69 565	..	69 565				
Despesas tributárias	11 136	..	11 136				
Excedente operacional bruto	1 106 910	..	1 106 910				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	1 439 907	..	1 439 907	Excedente operacional bruto	1 106 910	..	1 106 910
Renda de propriedade	3 994 635	..	3 994 635	Renda de propriedade	5 436 126	..	5 436 126
Juros	3 994 635	..	3 994 635	Juros	5 428 384	..	5 428 384
Dividendos	...	..	...	Dividendos	7 742	..	7 742
Provisão para Imposto de Renda	243 509	..	243 509				
Transferências correntes	416	..	416				
Autofinanciamento	864 569	..	864 569				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 65 - Conta intermediária das instituições financeiras: bancos de investimento - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	111 370	...	x	Produção mercantil	447 360	...	x
				Produção imputada de intermediação financeira	301 455	...	x
				Produção de serviços bancários	145 462	...	x
				Renda de aluguéis	906	...	x
Valor adicionado bruto	335 990	...	x	Deduções	463	...	x
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	86 422	...	x	Valor adicionado bruto	335 990	...	x
Salários e ordenados brutos	70 548	...	x				
Salários e ordenados diretos	66 535	...	x				
Salários indiretos	4 013	...	x				
Contribuições sociais efetivas	15 874	...	x				
Despesas tributárias	12 696	...	x				
Excedente operacional bruto	236 872	...	x				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	301 455	...	x	Excedente operacional bruto	236 872	...	x
Renda de propriedade	2 291 286	...	x	Renda de propriedade	2 592 741	...	x
Juros	2 291 286	...	x	Juros	2 539 996	...	x
Dividendos	...	...	x	Dividendos	52 745	...	x
Provisão para Imposto de Renda	75 999	...	x				
Transferências correntes	1 366	...	x				
Autofinanciamento	159 507	...	x				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 66 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito, financiamento e investimento - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	263 904	200 795	63 109	Produção mercantil	981 467	625 063	356 404
				Produção imputada de intermediação financeira	965 028	608 928	356 100
				Produção de serviços bancários	16 784	16 480	304
				Renda de aluguéis	233	233	0
Valor adicionado bruto	717 563	424 268	293 295	Deduções	578	578	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	56 937	55 401	1 536	Valor adicionado bruto	717 563	424 268	293 295
Salários e ordenados brutos	46 235	44 999	1 236				
Salários e ordenados diretos	39 982	38 869	1 113				
Salários indiretos	6 253	6 130	123				
Contribuições sociais efetivas	10 702	10 402	300				
Despesas tributárias	10 168	7 036	3 132				
Excedente operacional bruto	650 458	361 831	288 627				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	965 028	608 928	356 100	Excedente operacional bruto	650 458	361 831	288 627
Renda de propriedade	627 024	437 791	189 233	Renda de propriedade	1 592 052	1 046 719	545 333
Juros	627 024	437 791	189 233	Juros	1 591 840	1 046 507	545 333
Dividendos	...	...	...	Dividendos	212	212	0
Provisão para Imposto de Renda	164 083	88 979	75 104				
Transferências correntes	3 893	3 886	7				
Autofinanciamento	482 482	268 966	213 516				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 67 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	260 808	227 563	33 245	Produção mercantil	1 380 956	988 426	392 530
				Produção imputada de intermediação financeira	710 352	473 769	236 583
				Produção de serviços bancários	676 890	520 899	155 991
				Renda de aluguéis	25	25	0
Valor adicionado bruto	1 120 148	760 863	359 285	Deduções	6 311	6 267	44
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	248 025	219 151	28 874	Valor adicionado bruto	1 120 148	760 863	359 285
Salários e ordenados brutos	200 595	178 263	22 332				
Salários e ordenados diretos	165 438	146 757	18 681				
Salários indiretos	35 157	31 506	3 651				
Contribuições sociais efetivas	47 430	40 888	6 542				
Despesas tributárias	22 550	13 585	8 965				
Excedente operacional bruto	849 573	528 127	321 446				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	710 352	473 769	236 583	Excedente operacional bruto	849 573	528 127	321 446
Renda de propriedade	2 569 649	1 489 268	1 080 381	Renda de propriedade	3 280 001	1 963 037	1 316 964
Juros	2 569 649	1 489 268	1 080 381	Juros	3 239 263	1 924 841	1 314 422
Dividendos	...	...	...	Dividendos	40 738	38 196	2 542
Provisão para Imposto de Renda	246 101	137 218	108 883				
Transferências correntes	959	954	5				
Autofinanciamento	602 513	389 955	212 558				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 68 - Conta intermediária das instituições financeiras: distribuidoras de títulos e valores mobiliários - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	359 838	173 925	185 913	Produção mercantil	1 161 555	688 249	473 306
				Produção imputada de intermediação financeira	671 759	464 890	206 869
				Produção de serviços bancários	490 443	224 013	266 430
				Renda de aluguéis	65	58	7
Valor adicionado bruto	801 717	514 324	287 393	Deduções	712	712	0
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	95 180	85 838	9 342	Valor adicionado bruto	801 717	514 324	287 393
Salários e ordenados brutos	77 223	70 261	6 962				
Salários e ordenados diretos	65 675	59 883	5 792				
Salários indiretos	11 548	10 378	1 170				
Contribuições sociais efetivas	17 957	15 577	2 380				
Despesas tributárias	13 189	9 578	3 611				
Excedente operacional bruto	693 348	418 908	274 440				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	671 759	464 890	206 869	Excedente operacional bruto	693 348	418 908	274 440
Renda de propriedade	4 064 097	3 951 489	112 608	Renda de propriedade	4 735 856	4 416 379	319 477
Juros	4 064 097	3 951 489	112 608	Juros	4 655 901	4 339 532	316 369
Dividendos	...	...	...	Dividendos	79 955	76 847	3 108
Provisão para Imposto de Renda	140 975	102 652	38 323				
Transferências correntes	287	286	1				
Autofinanciamento	552 086	315 970	236 116				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 69 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de arrendamento mercantil - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	231 068	219 911	11 157	Produção mercantil	398 743	329 499	69 244
				Produção imputada de intermediação financeira	405 297	333 274	72 023
				Produção de serviços bancários	15 722	14 678	1 044
				Renda de aluguéis	224	132	92
Valor adicionado bruto	167 675	109 588	58 087	Deduções	22 500	18 585	3 915
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	109 681	104 007	5 674	Valor adicionado bruto	167 675	109 588	58 087
Salários e ordenados brutos	99 409	94 368	5 041				
Salários e ordenados diretos	94 149	89 555	4 594				
Salários indiretos	5 260	4 813	447				
Contribuições sociais efetivas	10 272	9 639	633				
Despesas tributárias	59 340	54 561	4 779				
Excedente operacional bruto	(-) 1 346	(-) 48 980	47 634				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	405 297	333 274	72 023	Excedente operacional bruto	(-) 1 346	(-) 48 980	47 634
Renda de propriedade	4 416 365	3 948 867	467 498	Renda de propriedade	4 821 662	4 282 141	539 521
Juros	4 416 365	3 948 867	467 498	Juros	4 778 993	4 239 478	539 515
Dividendos	...	...	...	Dividendos	42 669	42 663	6
Provisão para Imposto de Renda	662 113	616 256	45 857				
Transferências correntes	195	193	2				
Autofinanciamento	(-) 663 654	(-) 665 429	1 775				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 70 - Conta intermediária das instituições financeiras: sociedades de crédito imobiliário - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	139 674	...	x	Produção mercantil	352 653	...	x
				Produção imputada de intermediação financeira	343 383	...	x
				Produção de serviços bancários	5 055	...	x
				Renda de aluguéis	4 220	...	x
Valor adicionado bruto	212 979	...	x	Deduções	5	...	x
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	47 112	...	x	Valor adicionado bruto	212 979	...	x
Salários e ordenados brutos	37 323	...	x				
Salários e ordenados diretos	30 154	...	x				
Salários indiretos	7 169	...	x				
Contribuições sociais efetivas	9 789	...	x				
Despesas tributárias	8 271	...	x				
Excedente operacional bruto	157 596	...	x				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	343 383	...	x	Excedente operacional bruto	157 596	...	x
Renda de propriedade	1 864 053	...	x	Renda de propriedade	2 207 436	...	x
Juros	1 864 053	...	x	Juros	2 204 161	...	x
Dividendos	...	...	x	Dividendos	3 275	...	x
Provisão para Imposto de Renda	55 782	...	x				
Transferências correntes	10 489	...	x				
Autofinanciamento	91 325	...	x				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 71 - Conta intermediária das instituições financeiras: cooperativas - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	60 371	60 371	..	Produção mercantil	337 458	337 458	..
				Produção imputada de intermediação financeira	316 941	316 941	..
				Produção de serviços bancários	20 503	20 503	..
				Renda de aluguéis	33	33	..
Valor adicionado bruto	277 087	277 087	..	Deduções	19	19	..
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	87 441	87 441	..	Valor adicionado bruto	277 087	277 087	..
Salários e ordenados brutos	69 958	69 958	..				
Salários e ordenados diretos	62 293	62 293	..				
Salários indiretos	7 665	7 665	..				
Contribuições sociais efetivas	17 483	17 483	..				
Despesas tributárias	1 340	1 340	..				
Excedente operacional bruto	188 306	188 306	..				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	316 941	316 941	..	Excedente operacional bruto	188 306	188 306	..
Renda de propriedade	224 628	224 628	..	Renda de propriedade	541 569	541 569	..
Juros	224 628	224 628	..	Juros	539 385	539 385	..
Dividendos	...	...	..	Dividendos	2 184	2 184	..
Provisão para Imposto de Renda	305	305	..				
Transferências correntes	85	85	..				
Autofinanciamento	187 916	187 916	..				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Quadro 72 - Conta intermediária das instituições financeiras: auxiliares financeiros - 1995

(1 000 R$)

USOS				RECURSOS			
Especificação	Total	Privadas	Públicas	Especificação	Total	Privadas	Públicas
I - CONTA DE PRODUÇÃO							
Consumo intermediário	103 714	...	...	Produção mercantil	404 514	...	...
				Produção imputada de intermediação financeira	0	...	...
				Produção de serviços bancários	404 514	...	...
				Renda de aluguéis	0	...	...
Valor adicionado bruto	300 800	...	...	Deduções	0	...	...
II - CONTA DE GERAÇÃO DE RENDA							
Remunerações dos assalariados	99 241	...	...	Valor adicionado bruto	300 800	...	...
Salários e ordenados brutos	80 232	...	...				
Salários e ordenados diretos	80 232	...	...				
Salários indiretos	0	...	...				
Contribuições sociais efetivas	19 009	...	...				
Despesas tributárias	839	...	...				
Excedente operacional bruto	200 720	...	...				
III - CONTA DE APROPRIAÇÃO DA RENDA							
Ajuste da produção imputada de intermediação financeira	0	...	...	Excedente operacional bruto	200 720	...	...
Renda de propriedade	0	...	...	Renda de propriedade	0	...	...
Juros	0	...	...	Juros	0	...	...
Dividendos	...	...	...	Dividendos	0	...	...
Provisão para Imposto de Renda	0	...	...				
Transferências correntes	0	...	...				
Autofinanciamento	200 720	...	...				

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Sistema Financeiro: Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990 - 1995

"Esta publicação, resultado de convênio do IBGE com a ANDIMA, apresenta um conjunto de informações sobre o sistema financeiro, que permite ampliar o conhecimento sobre seu dimensionamento e características.

São analisados os resultados obtidos nas estimativas das Contas Nacionais, referentes ao período de 1990 a 1995, para os diversos segmentos do setor e segundo o controle acionário. Adicionalmente, estima as receitas inflacionárias transferidas às instituições financeiras no período.

Apresenta hipóteses sobre a trajetória esperada de ajuste do setor financeiro brasileiro, face às condições de estabilidade, com base na experiência internacional.

Informações específicas a respeito do sistema bancário brasileiro complementam este trabalho, relativas à sua função de produção, produtividade dos diversos segmentos no ano de 1995, comportamento dos custos de produção e cálculos de grau de alavancagem, rentabilidade e fragilidade do setor.

Inclui, ainda, os principais conceitos e classificações utilizados e tabelas, gráficos e quadros.

Esta publicação oferece importantes subsídios ao planejamento governamental e empresarial, preenchendo a lacuna de informações atualizadas sobre o setor."

ISBN 85-240-0630-7